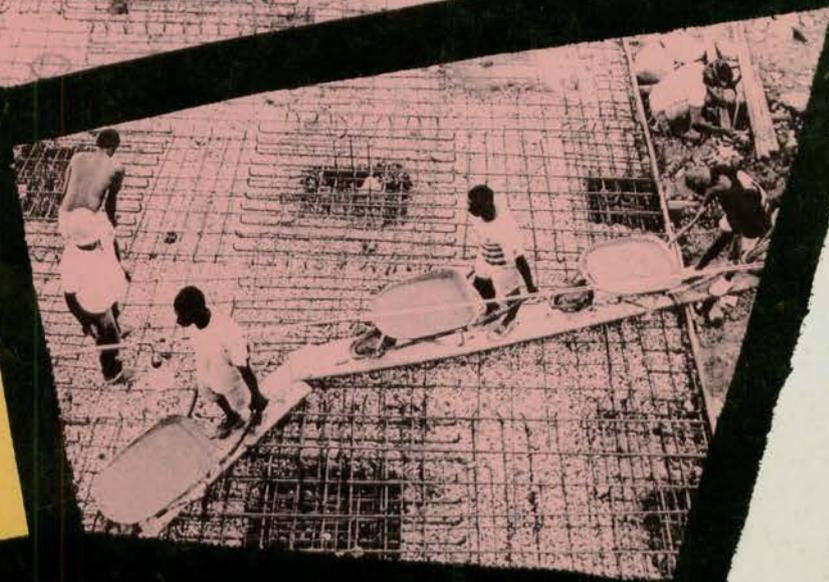


tempo e presença

Publicação do CEDI ■ Número 267 ■ Ano 15 ■ Cr\$ 20.000,00

MORADIA E CIDADANIA



Especial
SISTEMAS
DE GOVERNO
EM DEBATE

MORADIA DIGNA — SINAL DE DEMOCRACIA

*"Eu não tenho onde morar,
por isso eu moro na areia..."*
Dorival Caymmi



Gianni Carvalho / Imagens da Terra

Há aspectos do aumento da pobreza no Brasil que se tornam cada vez mais visíveis e dramáticos. Entre eles destaca-se a moradia. O déficit habitacional já alcança, segundo algumas estatísticas, a alarmante cifra de dez milhões.

Mas não é somente a falta de casas: é a absoluta

deterioração das condições de habitação. Sabe-se que qualquer iniciativa séria para melhorar a atual situação de moradia da população pobre está condicionada a mudanças substantivas em nossa política econômica. Enquanto isso não acontece, o que se observa é a ocupação de todos os espaços possíveis: terrenos baldios, construções inacabadas, cortiços, viadutos e a própria rua para famílias inteiras se alojarem.

Uma observação mais profunda detecta a trajetória que essas famílias têm percorrido: da expropriação do terreno até a marquise das lojas. É uma fragmentação da identidade dessas pessoas que acabam se transformando em seres sobrantes da sociedade.

Sinal de esperança, entretanto, é o fortalecimento dos movimentos populares pela moradia. São variados e de distintas abrangências. A coletivização das ocupações, por exemplo, significou um novo estágio na cultura política desses movimentos, pois essa população marginalizada começa a tomar consciência da sua cidadania. Em muitos lugares o povo organizou-se e por meio de trabalho comunitário, além de pressões junto aos órgãos públicos, conseguiu modificar radicalmente a situação em que vivia.

Esses movimentos da população de baixa renda pela moradia são canais de interlocução com o Estado, que tem o dever de garantir uma cidadania plena aos seus habitantes. Moradia digna é um dos sinais fundamentais de respeito aos cidadãos.

A Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de 1993 adotou o tema da habitação como elemento básico de reflexão e de ação para todas as igrejas católicas. Essa questão, entretanto, ultrapassa o espaço eclesial e passa a ser um apelo a todos os setores de nossa sociedade.

Durante os próximos meses o Brasil também estará debatendo qual forma e sistema de governo deverão ser adotados no País. A decisão, entretanto, não poderá ser simplificada a uma definição de forma. Qualquer que seja o resultado do plebiscito de 21 de abril, ele só terá plena execução se vier acompanhado de outras reformas políticas, que saneiem velhos vícios e deturpações de nossa vida pública. Não se pode negar que sob o ponto de vista da democracia houve um grande avanço no Brasil nos últimos anos, que alcançou elevado grau de legitimidade nos setores populares. Os últimos acontecimentos políticos são prova incontestante desse aumento de maturidade política. Precisa-se, no entanto, aprofundar essas conquistas, garantindo que tais reformas não se transformem em instrumentos das minorias para impor seus próprios interesses.

Além de variadas informações práticas sobre a questão do plebiscito, TEMPO E PRESENÇA oferece nesta edição análises mais amplas do quadro político do País e depoimentos sobre as diversas opções que estão sendo oferecidas ao povo brasileiro. E espera que toda essa argumentação possa contribuir para um debate mais coerente que venha a se constituir num processo duradouro de aperfeiçoamento de nossa democracia.

ÍNDICE

Moradia

- 5 DÉFICIT E ALTERNATIVAS –
UMA ANÁLISE CRÍTICA
DAS POLÍTICAS NACIONAIS
DE MORADIA
Sérgio de Azevedo
- 9 DIGNIDADE DE MORAR
Luciano Marini
- 11 MOVIMENTOS DE MORADIA:
JUSTIÇA SOCIAL E CIDADANIA
Victor Carvalho Pinto
- 14 HOMENS DE RUA: AQUELES
QUE NÃO MORAM
Maria Magdalena Alves
- 17 BATENDO DE FRENTE
NA CONQUISTA DA MORADIA
Entrevista com Sueli Maria
dos Santos Matos
- 21 MORAR EM SALVADOR
Milton Moura
- 24 MORADIA NA BAIXADA
FLUMINENSE: É PRECISO
GARANTIR ESTE DIREITO
Jorge Florêncio de Oliveira
Orlando Alves dos Santos Junior

Reformas políticas

- 26 REFORMA POLÍTICA, PARA QUÊ?
Emir Sader
- 30 O BRASIL CHOCA O OVO
DA SERPENTE
Entrevista com Francisco
Weffort

Sistemas de governo

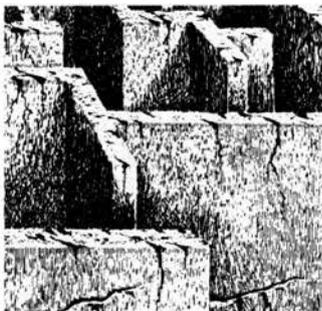
- 34 PLEBISCITO – INFORMAÇÕES
BÁSICAS
- 36 PRESIDENCIALISMO
E DEMOCRACIA
Vladimir Palmeira
- 38 QUALIFICAÇÕES
DO PARLAMENTARISMO
José Richa
- 40 A ILUSÃO PARLAMENTARISTA
Neiva Moreira



JR Ripper / Imagens da Terra

42 PARLAMENTARISMO, GARANTIA
DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO
Sérgio Arouca

44 A PROPOSTA DE
PARLAMENTARISMO
MONÁRQUICO
Otávio Velho



América do Sul

46 MERCOSUL EM DEBATE:
CONSEQUÊNCIAS E
PERSPECTIVAS PARA A AÇÃO
PASTORAL

Rubem Alves

50 AAMIZADE

Bíblia hoje

52 OS PROFETAS E A MORADIA
DOS POBRES
Ildo Bohn Gass

Pena de morte

54 IGREJAS CRISTÃS SÃO
CONTRA PENA DE MORTE

Resenha

55 ENTRE OPRIMIDOS
E A ESPERANÇA
Carlos Rodrigues Brandão

DIREITO À HABITAÇÃO

O déficit crescente de moradias para os trabalhadores de baixa renda tem aumentado assustadoramente nos últimos anos. Isso demonstra o fracasso das políticas nacionais de moradia, com as constantes mudanças dos planos e desvios de recursos destinados à construção ou ao financiamento de casas populares. Há, entretanto, alternativas que podem ser experimentadas, além das variadas formas de ação dos movimentos sociais na luta pela dignidade de morar. Páginas 5 a 25

REFORMAS POLÍTICAS

Emir Sader e Francisco Weffort, competentes analistas políticos, chamam a atenção de que as reformas políticas são necessárias, urgentes e complexas, para viabilizar a decisão a ser tomada no plebiscito de 21 de abril, qualquer que ela seja. Alertam para as perigosas consequências sociais caso o governo Itamar se constitua numa grande frustração popular. São depoimentos muito agudos que merecem reflexão e debates. Páginas 26 a 33

PRESIDENCIALISMO E PARLAMENTARISMO

Formas e sistemas de governo serão alvo de amplos debates nos próximos meses. Nota-se, entretanto, que a discussão está restrita a uma pequena parcela da sociedade, majoritariamente composta de políticos e cientistas sociais. Os setores populares estão preocupados com outras questões, como inflação, recessão, desemprego, moradia, fome, etc. Mas, afinal, em 21 de abril todos serão chamados a tomar uma decisão. Além das informações práticas, estamos publicando depoimentos abalizados e representativos das diversas tendências sobre forma e sistema de governo a serem adotados no Brasil. Páginas 34 a 45

MERCOSUL

A genuína integração dos povos latino-americanos é uma aspiração que vem sendo alimentada há muitos anos. No momento implementa-se a proposta do Mercosul. Há posições muito conflitantes sobre a forma e a fundamentação como o projeto foi gestado e está sendo conduzido. Critica-se que o Mercosul tem como bases a ampliação do mercado, a eficiência econômica e a maximização do lucro. As igrejas não poderiam ficar indiferentes a tão controversa iniciativa, e, convocadas pelo CLAI, debateram profundamente a questão e apontaram algumas pistas pastorais. Páginas 46 a 49

Biblioteca - Koinonia

(X) Cadastrado

(X) Processado

tempo e presença

Revista bimestral do CEDI
Janeiro / fevereiro de 1993
Ano 15 - nº 267

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 224-6713
Fax (021) 221-3016

Av. Higienópolis, 983
01238-001 São Paulo SP
Telefone (011) 825-5544
Fax (011) 825-7861

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Rodrigues Brandão
Emir Sader
José Oscar Beozzo
Heloísa de Souza Martins
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Márcio Santilli
Marília Pontes Sposito
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

EDITOR

Jether Pereira Ramalho

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Paulo Roberto Salles Garcia
MTb 18481

EDITORES ASSISTENTES

Rafael Soares de Oliveira
Maria Cecília Iório
Beatriz Araújo Martins

EDITORA DE ARTE

Anita Slade

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Beatriz Araújo Martins

REVISOR E DIGITADOR

Paulo Roberto Salles Garcia

CAPA

Fotos de J.R. Ripper e Nando
Neves / Imagens da Terra

PRODUÇÃO GRÁFICA

Supernova

FOTOLITO DA CAPA

Beni

FOTOLITOS E IMPRESSÃO

Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso
Cr\$ 20.000,00

Assinatura anual
Cr\$ 100.000,00

Assinatura de apoio
Cr\$ 120.000,00

Assinatura/externo
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

Caros amigos, só agora pude ler com calma vosso número de setembro e outubro/92, "Encontro da Terra". Gostei muito das análises. Vocês estão de parabéns. Gostaria que todos os Regionais da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os diretores recebessem esse número.

Jerônimo

Secretário-executivo da CPT
Goiânia/GO

Grato pela edição feita em meu artigo na TEMPO E PRESENÇA n.266, pp.28 e 29. O título ficou bom: "Cinco grupos controlam os cereais no mundo". Cabe uma errata! Na p.28, o subtítulo "Depoimento de um produtor de grãos" não corresponde à verdade. Nunca fui nem sou "produtor" de grãos. Fui, sim, exportador e pioneiro, no Brasil, tanto no Rio Grande do Sul, como no Paraná, em muita coisa. E na p. 29: as multas disputam o mercado não "como bolsos famintos" mas como "lobos famintos". Foi bom ter tido uma TEMPO E PRESENÇA sobre alimentação. Precisamos acordar. Precisamos de coisas e conceitos práticos. É só com trabalho que se levanta o País.

Arno Giltz

Curitiba/PR

Com satisfação acuso o recebimento da revista TEMPO E PRESENÇA enviada à Associação Comunitária Ary Cesar, da qual sou presidente. Li com atenção di-

versos trechos e estou convicta da importância que a mesma tem para a sociedade, notadamente aos que estão interessados em dar à vida um sentido melhor.

Adauta Luz Batista

Luciara/MT

Já faz dez anos que recebo a publicação de grande valor: TEMPO E PRESENÇA. Muito tem ajudado no trabalho executado junto aos movimentos populares e às diversas pastorais que eu e minha esposa desenvolvemos nesta cidade. Ao longo desses anos, fizemos desta publicação um verdadeiro livro de dados e fatos que comparamos e os adaptamos à nossa realidade.

João Batista do Espírito Santo Justo

Secretário municipal de Ação Social
Santana do Acaraú/CE

Em primeiro lugar desejo expressar minha gratidão pelo privilégio de continuar recebendo esta excelente revista. TEMPO E PRESENÇA nos oferece a garantia de uma atualização e conscientização em alto nível. Basta a decisão de ler e refletir cuidadosamente sobre os conteúdos publicados.

Rev. Oscar Pugsley

Ponta Grossa/PR

Venho agradecer ao prezado irmão o envio, com delicado cartão pessoal, de mais um número de TEMPO E PRESENÇA. Faço votos de

que o CEDI possa continuar seu importante trabalho ecumênico de documentação e informação.

Ivo Lorscheiter

Bispo Diocesano
Santa Maria/RS

Muito agradeço a revista TEMPO E PRESENÇA — "O Direito de Comer". Muito apreciei o artigo de Arno Giltz sobre os "Cinco grupos que controlam os cereais no mundo". Entrementes, o que fazer? Esperar uma reforma agrária ideal ou mobilizar esforços para: apoio aos pequenos produtores com título de propriedade, que também estão sendo engolidos pela monocultura — antes que sejam reduzidos a "bóias-frias"; ou para uma política agrária que inclua reforma agrária.

Marina Bandeira

Diretora executiva da Comissão
Brasileira de Justiça e Paz
Rio de Janeiro/RJ

Aprecio demais a revista TEMPO E PRESENÇA por três grandes motivos: por ser ecumênica, pois acredito que na grande ciranda dos pequenos, o ecumenismo é o jeito novo de ser povo de Deus; por colocar em discussão assuntos que desafiam os dias atuais; porque com tudo isso contribui no fortalecimento dos movimentos e igrejas populares.

Ir. Maria Veroni Martins

Itapipoca/CE

LEIA E ASSINE

TEMPO E PRESENÇA

Povos indígenas, movimentos operário e camponês, educação popular, meio ambiente, ecumenismo e dívida externa são alguns dos temas tratados em *Tempo e Presença*, uma publicação bimestral voltada para o conjunto do movimento popular. Na caminhada por uma sociedade mais justa e

democrática, é leitura indispensável.

Assinatura anual Cr\$ 100.000,00

Assinatura de apoio Cr\$ 120.000,00

Exterior US\$ 50,00

Número avulso Cr\$ 20.000,00

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI, aos cuidados do Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro, 129
CEP 22211-230 Rio de Janeiro RJ

ERRATA

Na página 3 da edição n.266 (novembro — dezembro/92), no destaque "Fome — O escândalo maior" publicou-se um dado equivocado. Onde se lê "... Quando dez milhões de crianças morrem de fome anualmente no Brasil...", leia-se "no mundo". Pedimos desculpas pelo engano.

DÉFICIT E ALTERNATIVAS UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS NACIONAIS DE MORADIA

Sérgio de Azevedo

O déficit habitacional no Brasil, especialmente para as populações de baixa renda, é alarmante. De fracasso em fracasso os planos governamentais vão mudando de responsabilidade, mas não apresentam soluções que possam atender às demandas crescentes de casas populares. Alternativas para a crise são apresentadas, de forma clara e objetiva, neste artigo

Nando Neves / Imagens da Terra



A opção habitacional para a maioria da população pobre, formada por desempregados e trabalhadores eventuais, são os cortiços, favelas e bairros clandestinos localizados na periferia de metrópoles e grandes cidades. Nessas circunstâncias, a autoconstrução espontânea torna-se a solução possível para que amplas camadas populares resolvam seus problemas habitacionais. Devido à escassez de recursos e de tempo disponível, essas construções prolongam-se por um longo período de tempo e se caracterizam pelo tamanho reduzido, baixa qualidade dos materiais empregados, acabamento precário e tendência à deterioração precoce.

No início de 1990 o déficit habitacional brasileiro era da ordem de 8 milhões, isto sem levar em conta as moradias que necessitavam de refor-

mas e restauração. Ressalte-se que 85% do déficit, ou seja, 6,8 milhões de unidades habitacionais, correspondia às necessidades das famílias com renda mensal até cinco salários mínimos. Deste total de 8 milhões, 6,3 milhões correspondiam ao déficit urbano e 1,7 milhão ao déficit rural.

Nas últimas duas décadas, aproximadamente 73% dos domicílios novos foram construídos com recursos levantados pelos próprios moradores, em sua maioria pessoas de baixa renda. Em outras palavras, no período de 1964-1985, cerca de 27% das novas casas construídas receberam algum tipo de financiamento habitacional oficial. Estima-se uma drástica redução desse índice durante a Nova República e o governo Collor.

Apesar da quantidade nada desprezível de unidades habitacionais financiadas pelo Banco Nacional de Habitação em 22 anos de existência — quase 4,5 milhões —, apenas 33,5% foram formalmente destinadas aos setores populares. Como os programas tradicionais de habitação popular oferecidos pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) absorviam apenas uma pequena parcela da clientela-alvo, fundamentalmente aquela de mais alto rendimento, a partir de meados dos anos de 1970 o Banco Nacional de Habitação (BNH) iniciou uma série de projetos alternativos baseados na autoconstrução e destinados aos segmentos mais carentes. Os dados disponíveis indicam baixo desempenho quantitativo dessas iniciativas não-convencionais. Entre as moradias

Foto:
cortiço no
centro do
Rio de
Janeiro

populares financiadas pelo SFH no período 1964-1988, apenas 23, % são oriundas desses programas especiais.

BREVE BALANÇO DA POLÍTICA HABITACIONAL RECENTE

Nos últimos anos não tem havido uma coordenação adequada entre os diversos órgãos federais envolvidos com a questão habitacional (Caixa Econômica Federal, Secretaria da Habitação, LBA, etc) e, menos ainda, entre as agências setoriais voltadas para as atividades de saneamento, transporte, telefonia, energia elétrica, etc.

Em relação especificamente à situação de financiamento de casas populares, cabe destacar:

a) A substituição do BNH, um banco de fomento, pela Caixa Econômica Federal, um banco comer-

DADOS GERAIS SOBRE AS CONDIÇÕES HABITACIONAIS DA REGIÃO NORDESTE

- Com uma população correspondente a 29,5% da brasileira, o Nordeste concentra quase 38,2% do déficit nacional.
- 76,3% do déficit rural brasileiro concentra-se na Região Nordeste (1.150.000 mil unidades habitacionais).
- 79,3% dos domicílios rústicos rurais do País encontram-se no Nordeste, apesar da população rural nordestina corresponder a 48,6% da população brasileira.
- 48,8% dos domicílios rústicos urbanos do País encontram-se no Nordeste, e a população urbana nordestina corresponde a 22,7% da brasileira.

bitacionais (COHABs) de agências promotoras e financeiras em apenas simples órgãos assessores, elitizou ainda mais a clientela destes programas. Se antes atuava-se quase que exclusivamente na faixa de renda de três a cinco salários mínimos (deixando de fora a maioria dos setores populares), com a nova política estima-se que somente famílias com rendimento superior a cinco salários mínimos terão condições de acesso às chamadas casas populares.

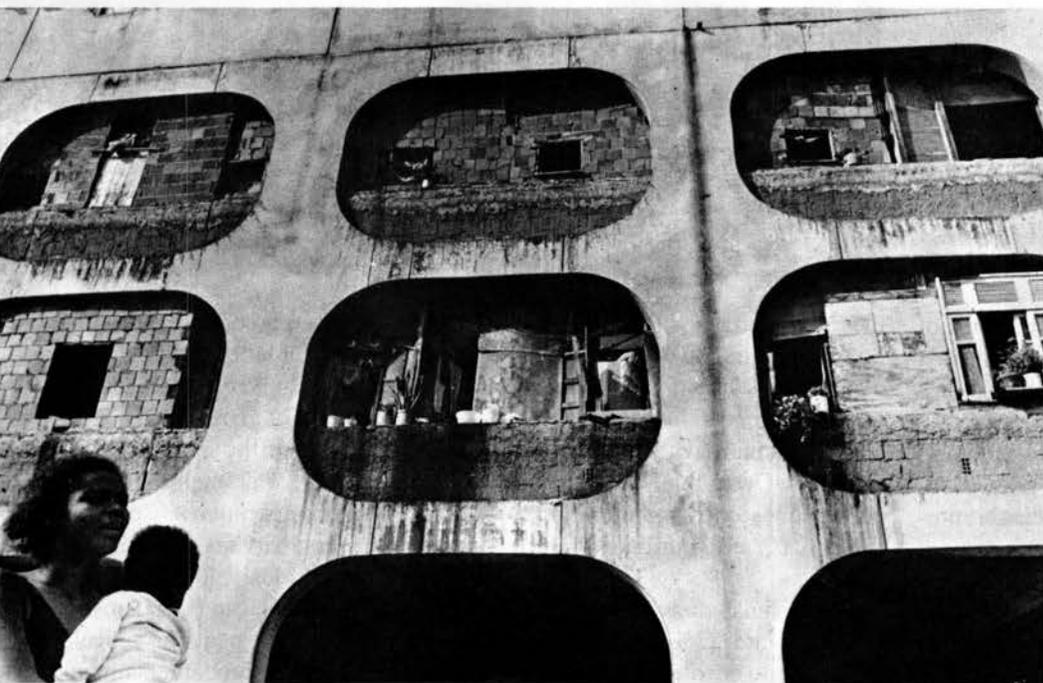
c) O programa da Secretaria Especial de Ação Comunitária (Seac), durante o governo Sarney, baseado na autoconstrução, e fora do SFH, apesar do número formalmente alto de financiamentos (550 mil unidades em dois anos), apresentou os seguintes efeitos perversos:

▪ O baixo financiamento unitário, aliado às altas taxas de inflação e a problemas de utilização indevida de recursos (facilitado por falta de controle adequado das verbas), levou a que cerca de dois terços dos financiamentos concedidos não se transformassem em casas.

▪ Distribuição clientelista dos recursos, com prejuízos àqueles estados e municípios que não dispunham de bom relacionamento político com o governo federal e àqueles com menor cacife político. Não é por acaso, por exemplo, que toda a Região Nordeste, que concentra 22,7% da população urbana do País e recebeu durante o período BNH cerca de 35% das unidades populares construídas, tenha sido contemplada apenas com 15,6% das unidades habitacionais financiadas pelo programa do Seac.

▪ A falta de recursos estáveis transformou o programa numa iniciativa de curto prazo. A dependência exclusiva de recursos orçamentários e o nulo retorno do capital aplicado diminuíram, a partir do segundo ano de existência, o dinamismo do programa. Por fim, o programa foi extinto ao final do governo Sarney.

▪ A coexistência de duas políticas federais para programas alternativos



JR Ripper / Imagens da Terra

Favela Nova Holanda, Rio: ocupação de CIEP

cial, enfraqueceu a já limitada produção de unidades habitacionais dos programas alternativos (autoconstrução), os quais exigem maior quantidade de subsídios.

b) A privatização dos programas tradicionais de habitação (conjuntos populares), a partir de 1988, com a transformação das Companhias Ha-

Com a nova política estima-se que somente famílias com rendimento superior a cinco salários mínimos terão condições de acesso às chamadas casas populares

completamente conflitantes — uma, via SFH, com prazo de financiamento de 25 a 30 anos e retorno de parte do capital investido, e outra via programas altamente subsidiados com verbas do Tesouro Nacional (Seac) — acarretou inúmeros problemas com mutuários dos programas implantados ou em fase de implementação.

d) Durante os dois anos do governo Collor não houve mudança substancial na política habitacional. Os programas constantes do Plano de Ação Imediata (PAIH) tiveram um desempenho aquém do esperado, seja em metas quantitativas (210 mil em relação aos 250 mil programados), seja em custos, e, por fim, em relação ao tempo de implementação do programa. Além disso, as verbas continuaram a ser alocadas por critérios particularistas, sem obedecer às recomendações do Conselho Curador do FGTS.

ALTERNATIVAS PARA A CRISE DA POLÍTICA HABITACIONAL

Qualquer intento de melhoria mais profunda das condições habitacionais para a população de baixa renda está condicionado a mudanças substantivas na política em nível macro. Primeiramente seria necessária uma inflexão de fato no comando institucional da política nacional de moradia. Um banco comercial como a Caixa Econômica Federal não pode ser o carro-chefe da política habitacional, especialmente no que se refere aos programas voltados para os setores de baixa renda. O resultado dessa liderança, apesar dos discursos oficiais, foi uma elitização dos programas de habitação popular, ainda maior que no período do BNH.

A agência encarregada desta política deve ter características e paradigmas institucionais que a tornem, por um lado, ágil operacionalmente, e, por outro, identificada e comprometida especificamente com a questão da habitação popular. Além dis-

so, é fundamental que esse órgão de tenha controle sobre “recursos críticos”, única forma de garantir poder real de implementação de uma política habitacional, particularmente para os setores de baixa renda para os quais diferentes graus de subsídios são necessários.

A fim de garantir um adequado desempenho social, uma das estratégias possíveis, embora não necessária, seria subdividir o atual Sistema Financeiro da Habitação, deixando o controle do FGTS com uma agên-

Qualquer intento de melhoria mais profunda das condições habitacionais para a população de baixa renda está condicionado a mudanças substantivas na política em nível macro

O CRESCIMENTO DAS FAVELAS EM ALGUMAS CIDADES DA REGIÃO SUDESTE

Com o esgotamento do padrão de crescimento periférico, devido à crise fiscal do Estado, há uma tendência a revigoramento de cortiços, adensamento das favelas centrais e surgimento de novas nas franjas das grandes cidades, em áreas de infra-estrutura precária, que abrigam 7,7% dos habitantes. No Rio de Janeiro, na década de 1970, a população favelada cresceu 27,8%, enquanto a da cidade aumentava em 19,7%. Nos anos de 1980, a degradação das condições de moradia na antiga capital do País foi ainda maior, pois a população favelada cresceu 32%, enquanto para a cidade o aumento médio foi da ordem de apenas 17%. Também em Belo Horizonte, repete-se o mesmo fenômeno, uma vez que no período 1981-1991 a cidade cresceu 13,5% e a população favelada 58,9%.

cia especificamente dedicada aos programas populares. Neste caso, o Sistema Financeiro de Poupança e Empréstimos (SFPE), voltado para atender às demandas dos setores de renda média e alta, por meio da poupança voluntária (cadernetas de poupança e letras imobiliárias), poderia permanecer sob o comando da Caixa Econômica Federal, do Banco Central ou de outra instituição federal.

Seria também aconselhável, devido às inúmeras interfaces existentes, que as políticas habitacional e de saneamento estivessem vinculadas a um mesmo órgão normativo. O resgate de uma visão de planejamento abrangente mitigado — sem cair na tentação utópica de planejamentos integrais dos anos de 1970 — aparece como uma das características básicas deste cenário reformista.

Douglas Mansur / Arquivo O São Paulo



Nessa linha de revalorização das atividades de planejamento, um aspecto importante diz respeito à criação de mecanismos institucionais que garantam um mínimo de coordenação e troca de informações entre as diversas agências federais de vocação urbana. Observa-se que não apenas em função da nova ordem jurídica instaurada com a constituição de 1988, mas também por uma questão de eficiência e desempenho, a descentralização da política é imperativa. Assim, torna-se fundamental o envolvimento direto de estados e municípios; em relação a estes últi-

Palafitas em Santos, SP

DÉFICIT É DE DEZ MILHÕES DE MORADIAS

O déficit habitacional brasileiro está diretamente ligado à concentração da população nas áreas urbanas. Estudo encomendado pela Secretaria Nacional de Habitação no ano passado já apontava um déficit de 10 milhões de moradias, que tende a se agravar nos próximos anos caso se confirme a previsão de que, até o ano 2000, a concentração urbana chegará a 80%. Hoje, 74% dos brasileiros moram em cidades, 31% deles em nove regiões metropolitanas.

A situação mais drástica está na cidade de São Paulo, onde 70% da população mora em habitações irregulares, o que inclui favelas, cortiços, loteamentos clandestinos e casas precárias. São 545 favelas localizadas em várzeas na capital paulista e 485 em áreas de risco. Se a situação não for revertida, São Paulo, que ganha 300 mil novos habitantes por ano, se transformará numa imensa favela em poucos anos. Estima-se que até o ano 2000 serão 22,5 milhões de habitantes.

Em 1991, o governo iniciou a construção de 300 mil moradias ao custo de US\$ 3 bilhões. Mas no ano passado, a recessão se instalou, a arrecadação do FGTS caiu e o setor recebeu apenas 45% do que foi investido em 1991, ou seja, o suficiente para apenas 200 mil casas.

Fonte: Jornal do Brasil, 5/1/93.



Gianni Carvalho / Imagens da Terra

Casas populares, Favela Nova Holanda, Rio

mos, é preciso que se criem condições para que as prefeituras desenvolvam a criatividade e as adaptações necessárias da política às idiossincrasias locais.

Ressalte-se ainda que, além do suporte e da participação das três esferas de governo, uma real mudança nos rumos da política habitacional exige ações explicitamente redistributivas, ou seja, que transfiram efetivamente, por meio do Poder Público, renda de setores melhor aquinhoados para as camadas mais carentes. Não se trata, portanto, de construção de casas a fundo perdido — embora isso seja necessário em determinadas circunstâncias —, mas fundamentalmente da criação de ou-

É necessário enfrentar um duplo desafio: priorizar a produção e o financiamento para os setores de menor renda, mas sobretudo construir casas em número capaz de criar impacto na melhoria das condições habitacionais da população carente

tras fontes estáveis e permanentes de recursos (federais, regionais, estaduais e municipais) oriundos de grupos específicos de maior poder aquisi-

sitivo. Obviamente há sempre muitas dificuldades para a implementação de políticas de corte redistributivista, por isso são fundamentais a mobilização e a participação popular.

Este cenário exige regras claras e normatizadas sobre prioridades e formas de alocação de recursos. Entretanto, nas condições atuais do Brasil, para que uma política habitacional seja conseqüente, é necessário enfrentar um duplo desafio: priorizar a produção e o financiamento para os setores de menor renda, mas sobretudo construir casas em número capaz de causar impacto considerável na melhoria das condições habitacionais dessa população.

A trajetória da política de habitação popular — e especialmente dos programas não-convencionais — mostra o perigo de respostas doutrinárias de caráter geral e a necessidade de uma análise específica para cada conjuntura particular. Assim, embora a política de incentivo à autoconstrução não possa ser vista como uma panacéia que resolveria os problemas habitacionais, em muitas circunstâncias pode cumprir papel não desprezível na melhoria das condições habitacionais das classes de baixa renda.

Sérgio de Azevedo é professor titular do Departamento de Ciência Política da UFMG. Fez doutorado na Universidade de Louvain e pós-doutorado na Universidade de Stanford.

A LUTA PELA CIDADE EM SÃO PAULO

Lúcia Maria M. Bógus e Luiz Eduardo W. Wanderley

(organizadores)



Um conjunto de textos abordando as conseqüências mais relevantes dos processos de urbanização, tomando a cidade de São Paulo como exemplo. São enfatizadas, de modo especial, as questões ligadas à habitação. Os movimentos sociais pela moradia são também objeto de discussão.

DIGNIDADE DE MORAR

Luciano Marini

A falta de moradias e a situação precária de habitação da maior parte da população brasileira estão desafiando, cada dia mais dramaticamente, todos os setores da sociedade. É preciso passar da descrição do atual quadro e buscar as causas mais profundas que impedem o direito fundamental da dignidade de morar

Vamos juntos visitar os quatro quartos onde todos moramos.

1. PARTIR DA PRÁTICA

Há um ditado popular que diz: "Diz-me com quem andas e dir-te-ei quem és". Isso significa que as condições do ambiente que freqüentamos condicionam a nossa vida. Poderíamos, por isso, dizer também: "Diz-me onde moras e dir-te-ei quem és". E onde mora a maioria do povo brasileiro?

Todos nós temos uma idéia, mais ou menos precisa, da necessidade de mais moradias para a nossa população. Além disso, sabemos quantas moradias carecem de condições mínimas para serem uma moradia decente para quem é gente. Tudo isso é bastante claro na cabeça de todo mundo. Mais ainda: sofremos "na pele" com a dificuldade de se construir ou comprar uma casa. E como



Alderson Pereira da Costa / Centro de Doc. e Com. dos Marginalizados

conclusão podemos dizer que desejamos que todos tenham uma casa, pois isso daria maior tranquilidade e segurança. Nisto estamos de acordo. E por que então faltam 10 milhões de moradias e mais da metade da moradia existente não tem condições dignas para ser abrigos de pessoas humanas?

2. À PROCURA DE OBJETIVO

Certa vez, uma favela inteira de uma grande periferia foi ameaçada de despejo. O advogado, que lutava pelo direito dos favelados, conseguiu, mediante negociação com o prefeito e o governador, deslocar os dez mil favelados para um conjunto recém-construído. Para grande surpresa, constatou que os favelados não queriam mudar-se, e preferiram ficar na mesma favela. Foi um espanto para o advogado. O que parecia ótimo para ele era considerado péssimo para os moradores da favela. O fato era tão evidente para ambos, advogado e favelados, mas criou um conflito tal que impediu o advogado de continuar sua missão.

O impasse nasceu da oposição entre os objetivos. O advogado lutava pelo direito à moradia dos favelados; estes, porém, lutavam pela vida, e a moradia era só um meio. Os favelados não aceitavam a nova mora-

dia nem de graça, porque tornava sua vida impossível para o futuro. O lugar da favela era próximo do trabalho e iam a pé. Na nova moradia era impossível morar porque o que ganhavam no trabalho era insuficiente para pagar o ônibus.

3. ANÁLISE DA PRÁTICA

O fato acima citado nos mostra como não é suficiente ter boa vontade e competência técnica para solucionar o problema dos necessitados. Quem não conhece uma infinidade de fatos semelhantes? Sempre o re-

CIDADES ABRIGAM 77,5% DA POPULAÇÃO

O Brasil tem hoje 77,5% de sua população morando em cidades. São aproximadamente 120 milhões de pessoas que vivem e sobrevivem nos núcleos urbanos e 35 milhões no campo. Os 543 municípios mais populosos representam apenas 12,1% dos municípios brasileiros, mas concentram 61,2% da população do País. Esse quadro dificilmente se reverterá, já que as pessoas que vivem nas cidades não voltariam para o campo sem garantias de uma vida melhor.

Fonte: Extraído do texto-base da Campanha da Fraternidade "Onde moras?", CNBB, p.14, 1993.

Foto: O contraste entre a propaganda e a realidade



Cento de Doc. e Com. dos Marginalizados

A ocupação dos viadutos por famílias é uma constante nas grandes cidades do Brasil

MORADIA vs MERCADORIA

A experiência das últimas décadas demonstra que a habitação não pode ser tratada como mercadoria acessória ou simples produto lucrativo; nem pode ser submetida às regras do mercado o qual produz e vende para aqueles que apresentam condições de fazê-lo. Compete ao Estado intervir e criar condições e instrumentos para que a classe trabalhadora possa ter sua casa.

Fonte: Extraído do texto-base da Campanha da Fraternidade "Onde moras?", CNBB, p.25, 1993.

sultado do remédio depende da análise das causas. Na maioria dos casos, o problema não é falta de boa vontade mas erro das causas, que pode fazer o necessitado tomar um remédio que o leve até à morte.

O caso típico dos últimos meses é o aumento da violência, cuja solução, para muitos, seria a pena de morte. Quais as causas e os remédios para a solução da violência ao direito da moradia? Como as pessoas vêm as causas e as soluções para esse problema? Sugerimos que o leitor faça uma pesquisa com moradores de rua, igrejas, sindicatos, partidos políticos e até cientistas para constatar as diferenças de interpretação e de solução.

Para muitos, a falta de moradia ou as condições desumanas estão relacionadas à má vontade das pessoas. "São vagabundos". "Não querem trabalhar". "São marginais". "Tem

Os favelados não aceitavam a nova moradia nem de graça, porque tornaria sua vida impossível para o futuro

que matá-los". Quem não ouviu estas afirmações ou outras semelhantes? São pessoas que nunca experimentaram o sofrimento e por isso nada entendem da vida.

Quem de nós não sentiu em seu mais íntimo o desejo de ajudar os favelados ou a população de rua, mas logo desanima porque se sente despreparado e tem medo?

Muitos dos que trabalham com os necessitados disseram que aprenderam muito com eles e que até os próprios amigos, familiares, vizinhos, colegas, padres, etc. passaram a considerá-los marginais porque estão defendendo os direitos dos marginalizados. Outros chegaram até a dizer que Jesus nasceu na gruta porque Deus quis e que por isso nós temos que nos conformar com o tipo de moradia que temos.

Como os moradores de rua vêm a si mesmo?

Conversei com vários moradores de rua e com quem trabalha e busca soluções com eles:

- A maioria dos sem-casa tem um agudo senso crítico da injustiça de que são vítimas.
- Em São Paulo eles fizeram a primeira manifestação contra o governo Collor.
- Eles têm consciência de seus direitos mas não têm força para exigí-los.
- Eles ligam diretamente sua situação ao desemprego, à fome do lucro do estado, igrejas, partidos, sindicatos e demais organizações que têm o dever de luta pelo bem comum.
- Sem descobrirem alternativas, afogam o sofrimento e a humilhação na bebida.

- A maioria teve que escolher entre o pagamento do aluguel e a compra da comida.
- A situação depende diretamente do emprego, e o emprego depende da moradia, pois quem não tem casa não consegue emprego. Quando encontram emprego tomam-se outras pessoas com dignidade e sujeitos de direitos.
- As aspirações, por ordem, são: estudo, emprego, casa, documentos, família.
- O maior sofrimento é a humilhação de pedirem esmola; não querem ser objeto da esmola, mas sujeitos de direitos.
- A humilhação é tanta que não só não conseguem voltar para sua terra natal, como escrever para casa; escrevem só quando têm notícias boas, pois não querem fazer sofrer os próprios familiares.
- 46% perdeu o emprego no último ano.
- 87% já trabalhou com carteira assinada.
- 6% tem o segundo grau completo.
- 49,3% é branco, 20,7% negro, 30% pardo, 0% indígena.

Estes dados desmentem o que se fala: a população de rua não é analfabeta e vagabunda.

4. E AGORA, JOSÉ?

A este ponto o leitor deve ter entendido que a presente reflexão tem a única pretensão proposital de provocar uma discussão ideológica. Muitas pessoas têm a sorte de ter bom abrigo, como muitos animais prontos para o matadouro, mas não têm nenhum abrigo para proteger sua dignidade humana como sujeitos transformadores da história do universo.

Ninguém aprende a nadar no livro, mas sim nas águas da vida.

Luciano Marini é sacerdote católico, assessor da Pastoral Operária em São Paulo.

MOVIMENTOS DE MORADIA: JUSTIÇA SOCIAL E CIDADANIA

Victor Carvalho Pinto

Os movimentos populares por moradia constituem canais expressivos dos setores carentes de nossa sociedade na luta pela dignidade de morar. As formas variadas como se manifestam indicam, ao mesmo tempo, uma riqueza da criatividade popular, mas também um desafio para uma articulação de esforços diante de problemas tão complexos como o da habitação no Brasil

Os movimentos sociais por moradia têm sido uma das principais formas de organização da população brasileira para a expansão de seus direitos sociais.

A idéia de moradia abriga uma ampla gama de temas e abordagens. Desde o mutuário que já está com sua casa, mas cujo salário não acompanha o reajuste das prestações, até o homem de rua que dorme nas calçadas ou sob viadutos.

Entre esses dois extremos, temos o inquilino que não pode pagar os aluguéis, o comprador de um lote que descobre que o loteamento é irregular, o morador de um bairro que precisa de urbanização, de uma favela que precisa regularizar sua posse ou de um cortiço que precisa ser reformado.

O desafio da unificação. Essa heterogeneidade representa, no entanto, grande desafio para a organização de ações comuns. Na maior parte dos estados, o movimento estrutura-se na forma de associações de moradores. São entidades permanentes, dotadas de estatutos, cujas diretorias têm mandato por prazo fixo e que se expressam externamente pelo presidente. Procuram representar os moradores de um determinado bairro e sua forma de articulação consiste na filiação formal a uma federação municipal ou estadual.

As federações, por sua vez, também têm diretorias e presidentes eleitos com mandato, e podem filiar-

se a uma confederação de nível nacional.

As associações, federações e confederações organizam-se segundo um território, no interior do qual procuram viabilizar as lutas relativas a vários temas. Para isso costumam organizar departamentos setoriais nas áreas de transporte, saneamento, habitação, etc.

Outra forma de organização consiste na criação de comissões informais para encaminhar uma luta concreta. Não possuem estatutos nem presidentes, e suas coordenações não têm mandato fixo. São movimentos setoriais. Um mesmo bairro pode ter comissões de asfalto, saúde

e educação, sem que haja qualquer vínculo formal entre elas. Muitas vezes, no entanto, as mesmas pessoas participam das várias comissões.

Terminada a luta de uma comissão, ela pode procurar definir outra reivindicação ou dissolver-se.

As comissões articulam-se por meio de plenárias. Estas, também informais, não exigem qualquer filiação formal. O movimento comparece ou não às reuniões, e pode participar de várias plenárias ao mesmo tempo.

O principal desafio para a unificação



Douglas Mansur / Arquivo O São Paulo

SOLO COMO MERCADORIA

Para poder utilizar o solo urbano é preciso pagar por ele. Trata-se de uma "mercadoria no mercado", o que significa que quanto mais se precisa do espaço mais caro ele se torna. O preço acaba sendo determinado pelo próprio processo de expansão do tecido urbano. É esse mesmo processo que faz aumentar ou diminuir a procura de espaço, e faz com que o preço dos terrenos sofra oscilações e seja um mercado altamente especulativo.

O solo urbano deixa de ser um bem de uso, uma utilidade, e se transforma num bem puramente econômico. Na realidade, quem quer investir na construção de um patrimônio acumula propriedades imobiliárias. É sobre essa base que surge e se alimenta o que chamamos de periferia, isto é, aqueles "setores da cidade precariamente atendidos por serviços públicos, nos quais os valores imobiliários são suficientemente reduzidos para serem suportados pelas populações de baixa renda".

Fonte: Revista Vida Pastoral, n. 168, p.5, janeiro-fevereiro/93.

das lutas é a convivência entre essas duas maneiras diferentes de estruturar o movimento.

Das ocupações à reforma urbana. As ocupações representaram a luta por moradia de maior impacto na sociedade durante a década de 1980; elas diferiram substancialmente das da década de 1970 por serem organizadas coletivamente. Antes, cada família ocupava um terreno e erguia seu barraco na favela. Era um atitude envergonhada, de quem se sentia no dever

de respeitar o direito de propriedade alheio. Nesse contexto, a legalização ou a urbanização de uma favela só poderiam ser entendidas como favores concedidos por políticos benevolentes.

A coletivização das ocupações resultou de importantes mudanças na cultura política. Após longos anos de trabalho, iniciado pelas Comunidades Eclesiais de Base e inspirado na Teologia da Libertação, parte significativa da população marginalizada tomou consciência de sua cidadania.

A partir do chamado de uma igreja, comunidade eclesial ou associação de moradores, pessoas que vi-



Foto:
Trabalho em
mutirão na
construção
de moradias

avam em favelas, cortiços ou de aluguel passaram a reunir-se periodicamente e a reivindicar sua inclusão nos programas oficiais. Movimentos deste tipo têm sido chamados de "sem-teto", "sem-casa" ou "sem-terra", conforme a região do País. Podem exigir financiamento de lotes ou casa pronta. Podem preferir o recebimento de recursos para a construção em mutirão. Podem perder as esperanças no governo e ocupar terrenos ociosos.

Nesse sentido, a ocupação passou a ser entendida como o exercício de um direito, resultado da decisão consciente de não reconhecer a legitimidade de um direito de proprieda-

de que permite a ociosidade de terras já dotadas de infra-estrutura, enquanto a maior parte da população não tem onde morar.

Apesar de sistematicamente reprimidos, esses movimentos não se deixaram intimidar. Foi essa corajosa resistência que trouxe para primeiro plano a questão da função social da propriedade, criando assim campo propício para o surgimento da luta pela reforma urbana.

Primazia do direito à moradia. A partir do processo de elaboração da Constituição (1987-1988), não ape-

nas os movimentos, mas também sindicatos, associações profissionais, institutos de pesquisa e entidades de assessoria uniram-se em torno da emenda popular de reforma urbana, que recolheu 160 mil assinaturas. Essa mobilização não apenas serviu para a denúncia de um processo de urbanização excludente e segregador, mas obteve resultados concretos em termos institucionais. O texto constitucional acabou por reconhecer a função social da cidade e da propriedade, e atribuiu aos planos diretores a função de concretizar esses conceitos, adequando-os à realidade de cada município e fixando penalidades para os proprietários



A ocupação passou a ser entendida como o exercício de um direito, resultado da decisão consciente de não reconhecer a legitimidade de um direito de propriedade que permita a ociosidade de terras já dotadas de infra-estrutura

Foto:
Ocupação
de terras
no Rio de
Janeiro

popular que obteve um milhão de assinaturas em 1991.

Os movimentos de moradia são, portanto, um dos principais canais de expressão dos setores mais marginalizados da sociedade, os quais, a despeito de todas as dificuldades de organização e articulação, estão obtendo o reconhecimento da opinião pública como interlocutores capazes da proposição de políticas públicas.

Victor Carvalho Pinto é assessor da Associação Nacional do Solo Urbano (Ansur).

POLÍTICAS HABITACIONAIS E URBANAS

Nas décadas recentes, um grande erro tem acompanhado quase toda a elaboração de programas habitacionais brasileiros: a desvinculação da política urbana. A dramática situação das periferias desurbanizadas das cidades brasileiras mostra que as pequenas casas somadas não constituem uma cidade. Os conflitos na circulação viária, o comprometimento de córregos e rios com deposição de esgotos e lixo sólido e as enchentes são apenas alguns dos problemas decorrentes do inadequado uso e ocupação do solo urbano. A moradia é a principal e a mais extensiva forma do uso do solo urbano e a forma que mais provoca e sofre os efeitos desses problemas.

Fonte: Extraído do texto-base da Campanha da Fraternidade "Onde moras?", CNBB, p.20, 1993.

que deixarem seus terrenos subutilizados.

A primazia do direito à moradia sobre o direito de propriedade foi reconhecida, com a instituição do usucapião pró-moradia, após cinco anos de posse. Outras conquistas se seguiram nas constituições estaduais e nas leis orgânicas municipais.

Maiores dificuldades têm sido encontradas na elaboração dos Planos Diretores e na aprovação do Estatuto da Cidade, o qual regulamentará a Constituição Federal.

O Estatuto vem enfrentando um ataque duríssimo de setores retrógrados, como a Tradição, Família e Propriedade (TFP), e de representantes do capital imobiliário, como a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). No nível da Constituição, a luta não promete ser menos árdua.

O Fundo Nacional da Moradia Popular. Não apenas na legislação, mas também no que diz respeito às políticas públicas, muitos avanços têm ocorrido, e inúmeros movimentos conquistaram casas, regularizaram posses e urbanizaram bairros.

A experiência do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) revelou que o problema não será resolvido com métodos bancários. Hoje há um consenso de que a população de baixa renda só será atingida a partir de investimentos maciços a fundo perdido, que lhe permitam obter uma moradia subsidiada. Alguns estados e municípios já direcionam parte de seus orçamentos para a habitação.

O ponto alto dessa luta pelo acesso aos fundos públicos foi a campanha pela criação do Fundo Nacional da Moradia Popular, materializada em um projeto de lei de iniciativa

VÍDEO

CAMPO DE BATALHA

Produzido pelo CEDI, o vídeo CAMPO DE BATALHA apresenta o drama vivido por ocupantes de terras na periferia da cidade de Campina Grande, Paraíba. Vendendo seus poucos pertences — camas, mesas, cadeiras — para comprar material de construção, vêem as máquinas da prefeitura e os soldados destruírem suas casas e esperanças. O vídeo registra a resistência e as vitórias destes grupos.

Preço: Cr\$ 139.600,00

Pedidos: CEDI/Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro, 129 — Glória
22211-230 — Rio de Janeiro — RJ

HOMENS DE RUA: AQUELES QUE NÃO MORAM

Maria Magdalena Alves

O viver na rua é fruto de uma dramática peregrinação: uma noite sem dinheiro para a pensão, os imóveis abandonados, os terrenos baldios, as marquises de loja. A autora convive, sofre e participa há treze anos desse problema, e denuncia que o ápice das expulsões sucessivas transforma essa população em seres sobrantes de nossa sociedade

"Pela pobreza que a gente passa, pela fome amargurada, as noites dormidas no chão duro, Santo Deus! Santo Pai, reconheço que só o senhor pode dar uma olhada para essa pobre terra em que nós vivemos, como eu e meu pobre corpo, com meu pobre espírito, Senhor Deus! Pai Santo! Olhai, Senhor! Santo Jesus, rogai ao Pai! Em nome do Senhor Jesus, Amém!"

(Severino)

Quando se está em cidades do porte de São Paulo, e se anda de olhos abertos, não é possível deixar de perceber a miséria e a enorme quantidade de pessoas que vive pelas calçadas e no meio das praças.

Mais do que o caminho geográfico que fizeram, o que precisamos considerar é a trajetória de perdas que tem sido a vida dessas milhares de pessoas. A maioria passou pelo ciclo completo: expropriada da terra, explorada na venda da força de trabalho, espoliada em seus direitos e

excluída da sociedade. O ápice do caminho de expulsões sucessivas é o alienar que fragmenta a identidade e transforma tais pessoas em seres sobrantes.

O viver na rua é a única opção desses trabalhadores descartados pelo sistema: é um viver no qual ninguém é cidadão.

O significado de morar. Morar é instintivo. Todos os animais moram; mas para o homem moradia é mais do que abrigo e proteção. Quando moramos, expressamos nossas identidades, construímos um modo de viver.

Agora, venha comigo. Vamos nos aproximar de um mocó — a casa de mentirinha — montado por uma família que está debaixo do viaduto.

O espaço de ficar, o lugar de dormir e de cozinhar são próximos, mas distintos. Pedacos de um velho sofá ajudam a perceber o que seria a sala. Se prestarmos atenção, poderemos ver a imagem de uma santa, às vezes enfeitada de flores. O coador de café, pendurado na parede, mostramos o lugar onde a comida é posta no fogo e partilhada. Estas pessoas do nada fazem tudo. No privatizar do espaço público, reconstruem na rua a casa que não conseguem ter.

Diante dessa situação, qual a reação dos moradores das casas de verdade? Às vezes são compreensivos e até mesmo buscam ajudá-los no dia-a-dia. Outros, em nome da cidadania, pedem a retirada...

Expulsa, mais uma vez, à maioria desses seres só resta carregar sua casa numa sacola — o galo, como a



Alderon Pereira da Costa / Centro de Doc. e Com. dos Marginalizados

chama. Neste viver, o dormir torna-se uma tortura. Momento de tensão e não de descanso.

Com ar cansado, a roupa mal arranjada e arrastando uma sacola desajeitada, estes seres têm dificuldade em conseguir trabalho. Afinal, têm má aparência, não podem fornecer endereço de residência... O olhar desconfiado já deixa perceber que a resposta é não. Mais uma vez, a rejeição.

Parentes, pensão, alojamento, rua. “Como se chegou a isso?”, você deve estar se perguntando. A história dessas pessoas, em geral, perpassa por muitas opções, a começar pelo hospedar-se em casa de parentes e amigos. A chegada de um parente ou amigo é motivo de festa. Põe-se mais água no feijão, e o espaço é como coração de mãe: sempre cabe mais um. Bem-vindo a princípio, o “hóspede” vê a situação alterar-se à medida que conseguir emprego é difícil. Os sorrisos acabam, e a sensação de ser um peso morto leva-o a perceber que é hora de buscar outra opção.

A pensão, apesar da precariedade, dá uma certa privacidade, e o permite levantar a cabeça ao dar o endereço da moradia. Mas os recursos são escassos, o preço cobrado por dia é alto e é mais uma opção a ser descartada.

Os alojamentos das obras, o pernoitar nos depósitos de papelão conseguem juntar à insalubridade de moradia o fato de ser obrigado a submeter-se, sem nunca poder dizer um “ai”. “No alojamento é ruim. Mesmo pagando, não se pode nem falar alto” — reclama Aluizio. “O preço do papelão que ele me paga é muito menor que em outros lugares, e ainda cobra a luz e a água. Mas não tenho para onde levar minha companhia, nem o nenê” — diz Gerson. “Lá eu não podia dormir” — diz outra depoente. “Minha filha é pequenina, tem só dois aninhos. E tem uma ratazana enorme lá”.

Chega-se, assim, ao viver na rua.

Homens e mulheres de rua iniciam este peregrinar aos poucos: uma noite sem dinheiro para a pensão, os imóveis abandonados, os terrenos baldios, as marquises de loja...

O homem é um ser em relação: precisa viver em sociedade, estar com o outro. O “apareça lá em casa pra tomar um cafezinho” é costume cultural que reafirma o caráter acolhedor do nosso povo. Quem não pode receber o outro, quem não vive este concreto, parece-nos inferior.

O modo de homens e mulheres receberem as pessoas mostra-nos a condição de classe. Alguns recebem as visitas na sala. Afinal, o lugar bem cuidado mostra a quem chega o que temos e como sabemos viver bem. Outros recebem-nos diretamente na cozinha: lugar acolhedor, onde o calor do fogo e o cafezinho fazem-nos sentir o quanto somos bem-vindos.

E os homens de rua, você já pensou como eles recebem? Pois é, eles também fazem isso. Tão logo você chega, surgem roupas limpas, cobertas e papelão para que você possa arrumar um lugar limpo para se sentar. A pinga, o cigarro, um refrigerante e, dependendo do horário, comida são imediatamente oferecidos. Nesse receber, garantem o clima de paz durante a sua permanência junto a eles, impedindo que aconteçam brigas ou outras situações embaraçosas. Se você ficar para dormir, alguém ficará acordado velando seu sono e garantindo sua segurança, e todos oferecerão cobertores para que não sinta frio.

O caminho de volta. Carol, que conseguiu sair do mundo da rua, conta-nos sua trajetória. Reproduzimos, aqui, o relato do que se passou quando conseguiu emprego de faxineira, mas não tinha moradia:

MORADORES DE RUA

Eles são os analfabetos, indigentes, desempregados, aidéticos, homens e mulheres que não constam dos 18,2% analfabetos, 18% indigentes, 12.405 aidéticos e da população de 150 milhões de brasileiros registrados nas estatísticas oficiais. O único número que se tem notícia diz que existem 100 mil na Grande São Paulo.

Geralmente são migrantes que, sem documentos nem dinheiro, vivem de biscates, catam papelão, roubam e às vezes vendem o próprio sangue. Estão com piolhos e muquiranas (parasita que prolifera na sujeira do corpo), alguns bêbados, outros drogados, têm as roupas surradas e “moram” debaixo dos viadutos, mocós, albergues e ruas da cidade. Chamados de mendigos, maloqueiros, vadios, eles são os homens de rua. E estão-se organizando.

Fonte: Extraído do Jornal da Tarde, 20/4/91 — “Sofredores de rua: anônimos, mas unidos” e publicado na revista *Pólis*, n.7, 1992.



“... Dormia na rua ou na rodoviária do Tietê. Quando dormia fora da rodoviária, ia pra lá no primeiro metrô. Tomava banho pra sair às 6 horas e retornar ao trabalho. As minhas coisas ficavam guardadas no guarda-volumes que eu pagava a cada 24 horas. Eu chegava no serviço supercansada, mais cansada que se tivesse trabalhado 24 horas por dia”.

Como todo segmento do qual não se pode extrair mais-valia, esta população é invisível aos olhos do capital. Precisamos abrir espaços, ouvir o que essas pessoas têm a dizer. A vida que vibra nos levará a um processo que buscará mais do que mudar comportamentos. A convivência, não o moralismo, permitirá o reforçar das singularidades e do sentido de pertença. Para isso, Estado e sociedade civil precisam rever-se. Projetos-piloto com essa população, em São Paulo, têm priorizado a con-

HOMEM DE RUA

Vadio, bêbado, ladrão, trombadinha, maloqueiro, refratário, embotado, malandro, vagabundo, incapaz. Estas e muitas outras designações são os estigmas com que a sociedade lida com as pessoas da rua. Identificáveis ao primeiro olhar, despertam em nós o desprezo, às vezes a indiferença e bem mais raramente o interesse e a perplexidade pelas condições subumanas de vida.

Fonte: Extraído do texto "Quem é o homem de rua — rótulos e estigmas", preparado pela OAF e publicado na Revista *Pólis*, n.7, 1992.

*Do nada fazem tudo.
No privatizar do espaço
público, reconstroem
na rua a casa que não
conseguem ter*

vivência, o reforço dos laços de amizade e de companheirismo e a sugestão do morar coletivo que favoreça a reconstrução da nova identidade.

As respostas serão dadas pelo próprio povo. Buscando sobreviver, eles têm-se organizado em casarões abandonados, em barracos ou até mesmo em buracos nos baixos de viadutos, ou ainda em esqueletos de

prédios cuja construção está interrompida...

Um projeto habitacional para esta população passa pelo entendimento desse modo de morar. Quem sabe se a saída poderia ser moradias nas quais o espaço privado (quartos individuais) se complementa com espaços coletivos que reforcem os vínculos. Sujeitos de sua história, esses seres reconstituirão suas vidas, formando novas famílias.

Maria Magdalena Alves, assistente social, é mestranda na PUC/SP, participa do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos. É secretária-executiva do MNDH Sul 1 e integra o Instituto Civitas de Desenvolvimento Político e Social.

PERFIL DA POPULAÇÃO DE RUA

Freqüentadores das casas de convivência mantidas pela Prefeitura de São Paulo

COR

Branco	Pardo	Negro
50%	30%	20%

IDADE

30 anos	30 a 40	40 e mais
27%	40%	33%

ESCOLARIDADE

Analfabeto	Semi-analfabeto	1º grau incompleto
4%	7%	73%
		Completo
		10%

ORIGEM

Sudeste	Nordeste	Outros
46%	42%	12%
SP Capital 14%		
SP interior 14%		

TRABALHO (alguma atividade para ganhar dinheiro)

Sim	Não
85%	15%

TRABALHO REGISTRADO

Nunca	Há 6 meses	De 6 meses a 1 ano	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Há mais de 5 anos
13%	16%	12%	11%	17%	31%

TEMPO NA RUA

Até 6 meses	6 meses e mais
44%	56%



Fonte: Dados da Pesquisa SEBES/PMSP-1992, publicado no Jornal da Tarde em 4/6/92.

BATENDO DE FRENTE NA CONQUISTA DA MORADIA

Entrevista a Jether Ramalho e Anita Slade

Esta é uma impressionante história de luta concreta do povo favelado na busca de moradia. Quem a relata é Sueli Maria dos Santos Matos, 34 anos, casada, dois filhos, agente comunitária da Favela Nova Holanda. A favela surgiu do processo de remoção das favelas da zona sul (áreas ricas) para as partes pobres da cidade, feita durante o governo Carlos Lacerda, na década de 1960, no Rio de Janeiro. Com toda emoção, Sueli conta à TEMPO E PRESENÇA como o povo organizado está construindo casas populares na favela e vencendo muitas dificuldades

A Favela Nova Holanda, localizada na zona norte do Rio de Janeiro, tem hoje uma população de cerca de 15 mil habitantes. Na década de 1960, as pessoas chegaram de muitas outras favelas — Praia do Pinto, Morro do Esqueleto, Macedo Sobrinho, Catacumba, etc. — e foram colocadas em grandes barracões, sem

as mínimas condições de moradia. Os caminhões do governo levaram as famílias para esse local e as deixaram lá ao “Deus dará”. Por trás de tudo havia uma fundação municipal, a Leão XIII, que dava cobertura à remoção. A prioridade do governo não era fornecer moradia, mas retirar os pobres da zona privilegiada da cidade e removê-los para longe.



Marcos N. Gama / CEDI

Como vocês se alojaram quando chegaram à Favela Nova Holanda?

Eram uns barracões grandes, tipo galpões — lembravam assim um trem —, e abrigavam muitas famílias. Como as pessoas vinham de lugares diferentes, formavam grupos diversos. Havia mesmo certa rivalidade entre os grupos. Uns queriam se mostrar melhores do que outros, principalmente nos jogos de futebol, bailes, festas, etc. Assim, por exemplo, tinha o pessoal da Praia do Pinto, do morro Macedo Sobrinho, etc. O morador não podia melhorar o barraco, porque se dizia que ali era somente um lugar de triagem. Fomos abandonados sem luz, sem água, sem esgoto, nos barracos de madeira.

Então vocês passaram a construir seus próprios barracos?

Não. Primeiro a gente queria melhorar nossas condições de vida, ter água, luz. Isso foi feito quando a gente já morava nos próprios galpões. Para se conseguir água era preciso atravessar a Avenida Brasil, que naquela época não tinha ainda passarela. Muitos morreram atropelados com a lata d’água na cabeça. Se alguém quisesse fazer uma pequena melhoria na casa, logo o governo proibia, alegando que aquilo não era da gente e que íamos ser removidos de lá também. Quando a discussão “engrossava”, vinha a Polícia Militar para impedir nosso trabalho. Não podíamos mudar, vender o barraco, já que não eram barracões sem divisão. Era quarto, sala, cozinha, banheiro. As casas eram separadas umas das outras por paredes de

Assembléia de moradores na Favela Nova Holanda



J.R. Ripper / Imagens da Terra



Acima: casa "histórica" da Nova Holanda (preservada)

Evento "O olhar de Nova Holanda", utilizando a documentação da luta pela construção das casas

Fábrica de blocos de concreto para a construção de casas populares, Favela Nova Holanda



madeira. Começamos a ver que estávamos sendo massacrados e que tínhamos que fazer alguma coisa. E começou a idéia da organização popular.

Quando e como começou o processo de se ter um trabalho mais organizado dos moradores?

A iniciativa da organização partiu das mulheres, que se reuniam de casa em casa. Sentimos a necessidade de ter uma associação

de moradores, com dirigente eleito pela comunidade. Em 1984 foi a primeira eleição. Formamos uma chapa, que chamamos de Chapa Rosa. Era um movimento de mulheres, com o apoio de alguns homens.

Esse processo de organização foi demorado?

Foi um período de muito sofrimento — sem água nem luz, vigiados pela polícia, manipulados pelo governo —, mas começamos a nos organizar. A nossa chapa ganhou a eleição e a nossa primeira presidente foi uma jovem estudante chamada Eliana Souza e Sil-

va. O governo apoiou uma outra chapa, mas ganhamos fácil, porque o povo ficou do nosso lado. A nossa vitória foi uma festa, um delírio. Começamos, então, uma série de lutas para melhorar nossa situação. Muitas pessoas dali mesmo, por causa desse tempo todo de sofrimento, não acreditavam que íamos exigir e conseguir do Estado que ele cumprisse os deveres para com a comunidade. Mas estávamos confiantes de que se continuássemos unidos iríamos ter muitas vitórias. E assim foi. Depois de fortes brigas começamos a ser atendidos. Vieram a creche comunitária, a escola, um posto de saúde, um odontológico, o início do saneamento básico, iluminação pública, etc.

E a questão da moradia?

O problema da moradia continuou persistindo. A discussão era difícil. Resolvíamos todas as nossas coisas em assembléia, com a maior participação possível. Havia sempre alguns moradores que, apesar das vitórias já obtidas, diziam: "Mas a gente quer fazer a nossa casa; como a gente pode fazer casa, quando dizem que o terreno não é nosso, que vamos ser removidos?...". Tínhamos que enfrentar o problema da moradia. Os barracos estavam em péssimas condições, caídos, podres, desmanchando. Em uma parte da Favela Nova Holanda os barracos eram de dois andares, e já estavam condenados pela Defesa Civil. Neles moravam as pessoas mais carentes. Resolvemos começar por aí. Fomos procurar o antigo Banco Nacional de Habitação (BNH). Batemos de porta em porta convidando para uma assembléia.

Quantas casas estavam nessa área tão perigosa?

Umhas 200 casas, mais ou menos, todas de madeira. Os moradores que viviam naquele sufoco participaram ativamente da assembléia. Arrumamos ônibus e levamos os moradores para a sede do BNH. Fizemos uma grande manifestação, vieram a imprensa, a televisão, filmaram a gente. E conseguimos o primeiro passo: uma proposta de fazer as casas de tijolo. O terreno seria o mesmo e o BNH daria o financiamento. Mas nessa época o BNH acabou e voltamos à estaca zero. Fomos, então, para a Caixa Econômica Federal. Colocamos o pessoal em ônibus — crianças, mulheres, homens, um montão de

gente. Ficamos o dia inteiro, até que a Caixa Econômica resolveu negociar com a gente. Resolveram financiar a construção das casas.

E quem construiu as casas?

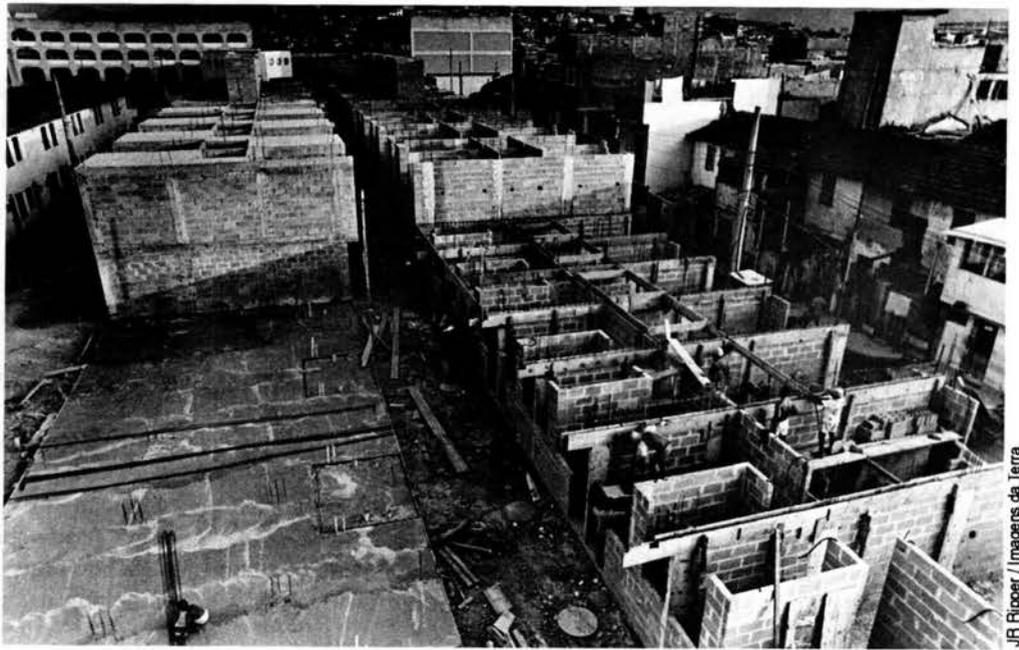
Uma empreiteira foi contratada pela Caixa, o que deu muito trabalho e aborrecimento. Nós queríamos que os moradores opinassem sobre as casas, mas a empreiteira não tinha interesse nisso. A Associação brigou muito para que houvesse participação dos moradores, mas conseguiu pouco. Mas foram feitas as casas. As pessoas começaram a acreditar mais na Associação. Elas, que estavam morando em casas de madeira podre, passaram a viver em casas de alvenaria. Pagariam à Caixa Econômica 10% do salário mínimo por mês.

E o resto da comunidade?

Existiam muitas outras casas a serem construídas. Por isso surgiu a idéia de a Associação criar uma cooperativa para construção de casas. Em 1988 nos inscrevemos num programa de governo chamado "Fala Favela". Tivemos uma decepção. Propuseram a reforma dos nossos barracos, mais ou menos uns 300. O que se ia fazer com essas casas tão precárias? Comprar uma porta, janelas e pendurá-las nessas casas de madeiras podres? Quando a pessoa está numa situação muito crítica, qualquer ajuda serve. Convocamos uma grande assembléia da Associação de Moradores e propusemos a criação de uma cooperativa. Pensamos que com a verba do Programa Fala Favela poderíamos começar. Foi feito um levantamento de quantos barracos de madeira existiam na Favela Nova Holanda. Saímos, todos nós da Associação, de rua em rua, com caderninho na mão, anotando o que vimos, e concluímos que havia mil barracos em condições precárias. Desses, tínhamos que escolher apenas 60.

E o que a assembléia decidiu?

Depois de uma discussão, a Associação decidiu fundar a cooperativa. Tínhamos que fazer um estatuto. Contamos com a assessoria da Universidade Santa Úrsula na organiza-



JRi Ripper / Imagens da Terra

ção e na parte de arquitetura. Pedimos ajuda à Caixa Econômica para montar a estrutura da cooperativa. Escolhemos as 60 famílias com barracos mais precários para serem os primeiros associados da cooperativa. Sentimos que isso ainda era pouco. Não dava para ir longe. Fomos novamente à luta. Fizemos projetos e enviamos para diversas entidades daqui e do exterior. Mandamos um projeto para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) do Rio de Janeiro.

E afinal quem financiou a cooperativa?

Como não tivemos resposta do município, apelamos de novo para a Caixa Econômica, que aprovou o financiamento. Montamos a fábrica da cooperativa e compramos todo o maquinário.

Que tipo de fábrica?

Fábrica de fazer blocos de concreto. O projeto inicial foi o de construir 46 casas. Eram para as pessoas que moravam agregadas nas casas dos outros. Conviviam três e quatro famílias em um só barraco.

A comunidade aceitou a escolha dessas famílias?

Tudo foi discutido em assembléia. A situação dessas famílias era a pior possível, pois algumas não tinham nenhum grau de parentesco com quem moravam. A Caixa Econômica passaria a verba

Construção das casas na Favela Nova Holanda



JRi Ripper / Imagens da Terra

Conjunto "duplex", casa de agregados, Favela Nova Holanda

para a CEHAB, que convidou a cooperativa para ser a empreiteira da obra.

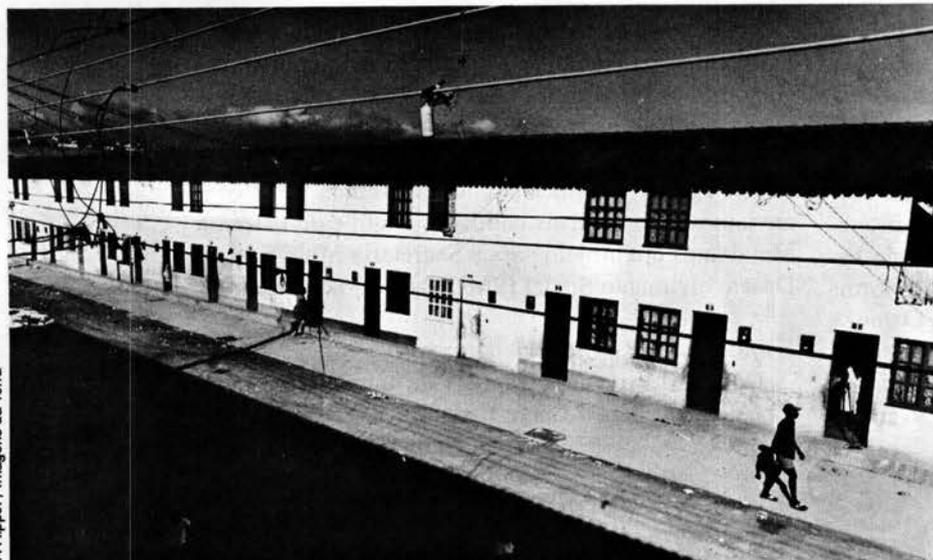
E a cooperativa aceitou ser a construtora das casas?

Esse foi o grande desafio. Topamos a parada. Arrumou-se a mão-de-obra na própria comunidade e as 46 famílias se reuniram para participar das decisões da construção. Foi o próprio morador que desenhou sua casa, com a assessoria do pessoal da Universidade Santa Úrsula. Havia pedreiros que trabalhavam na construção do seu futuro lar. Uma coisa linda!

Quanto tempo durou a construção das 46 casas?

Um ano e meio, mais ou menos. Todo o processo foi documentado. Foi um projeto que deu certo. Se o morador está hoje numa casa de dois pavimentos, foi porque escolheu assim. Isso é muito gratificante.

Conjunto de casas já habitadas. Favela Nova Holanda



JR Ripper / Imagens da Terra

E depois dessa etapa?

A cooperativa hoje tem mais de 700 sócios, com mais ou menos 400 ativos, que pagam mensalmente 2% do salário mínimo. A cooperativa aceitou construir mais 50 casas, em convênio com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. A cooperativa pagaria a construção dessas casas à prefeitura com o material que ela fabricava: blocos de concreto e lajes.

Como os moradores pagam essas casas?

Pagam mensalmente 35% do salário mínimo. A cooperativa, no momento, só está atendendo aos moradores da Favela Nova Holanda, mas o sonho é atender também a outras comunidades pobres. Está faltando um meio de transporte para a produção. Hoje fabricamos 1.500 blocos por dia.

Quais são os planos futuros?

Ainda há muitos barracos de madeira para serem substituídos por casas de alvenaria. Mais de 200. Temos agora dois convênios com a SMDS, pelos quais a cooperativa não tem responsabilidade direta com a construção. Ela recebe o material para a obra e paga com produção. É preciso que haja mais reconhecimento do Estado pelo trabalho dos moradores da Favela Nova Holanda. Queremos servir mais ainda, levando nossa experiência a outras comunidades.

Quais as dificuldades que a cooperativa enfrenta atualmente?

A maior é como o pessoal dessas 50 novas casas vai pagar o seu débito. O município estipulou em 35% do salário mínimo. E isso é muito, especialmente para os moradores das 200 casas que estão faltando. Há muito desemprego e mais ou menos 10% das famílias não estão podendo pagar suas dívidas. Também somente agora é que estão sendo obtidos os títulos de propriedade para esses moradores, luta também patrocinada pela Associação.

Muitas pessoas vendem ou alugam a casa depois de pronta?

Essa é uma das preocupações da Associação. Algumas pessoas estão fazendo negócio com as casas e os resultados são muito negativos. Geralmente não sabem avaliar o preço, o que fazer com o dinheiro, acabam ficando sem ter onde morar e vão para debaixo dos viadutos e outras favelas. Estamos fazendo um trabalho de conscientização com todos os moradores sobre essa questão.

O que você gostaria de dizer para as outras favelas?

Trabalhar em conjunto dá muito bom resultado. Que venham conhecer nossa experiência. Temos material que conta a história que estamos construindo. Foi uma coisa que deu certo. Foram famílias que moravam com agregados e que hoje têm uma casa, um lar. Vemos como isso é importante. Sabemos que é tarefa do governo, mas diante de um Estado capenga temos que fazer alguma coisa. Se já se mora numa área carente, há que se lutar. O trabalho comunitário, apesar de cansativo, é muito recompensador. Temos que ter força, garra, bater de frente, não ter medo, porque o retorno é lento, mas chega. Não importa se se fala bem ou mal. O que vale é a certeza de se estar defendendo a reivindicação e o direito da comunidade pobre. E isso não é favor, é direito de todo cidadão.

MORAR EM SALVADOR

Milton Moura

"... Porque não havia lugar para eles na hospedaria."
(Lucas 2.7)

Para compreender o drama de morar na terceira cidade mais populosa e líder da quarta região metropolitana do País, é preciso situá-la brevemente no conjunto estrutural brasileiro.

Salvador arrancou, a partir dos anos de 1950, de uma letargia de várias décadas para um desenvolvimento que combina a produção industrial moderna

com a multiplicação das atividades periféricas e parasitárias a que se costuma chamar "informais". A própria produção industrial é subsidiária daquela concentrada em outras áreas. O crescimento demográfico não teve contrapartida numa ampliação correspondente da oferta de empregos e o turismo não tem-se revelado uma opção complementar suficiente.

É claro que o visitante pode comprar aqui o que há de mais atual, bem como ter acesso a serviços sofisticados de apoio à vida das classes médias e altas. No conjunto, porém, Salvador é uma grande cidade pobre. Seus habitantes mais típicos são aqueles que se batem pela sobrevivência, marcados pelo signo da provisoriabilidade e fluidez dos acertos de trabalho, de níveis acentuadamente baixos de remuneração e, ao mesmo tempo, de esquemas alarmantes de exploração da mão-de-obra. Este

quadro fica mais inteligível quando consideramos o grande contingente que sequer tem acesso a alguma forma de geração de renda, para o qual as únicas perspectivas são o delito, o recurso à solidariedade familiar e/ou a candidatura a alguma ocupação que lhe salve da penúria extrema.

A pobreza é, assim, o espaço e a referência fundamental das possibilidades e iniciativas da grande maioria da população de Salvador, tanto mais que, no panorama atual da sociedade brasileira como um todo, não se divisa a curto prazo um horizonte risonho. A crise não deixa antever soluções estruturais abrangentes para problemas agudos como a saúde, o saneamento e a educação.

Os contrastes da moradia. Não acontece diferente no que diz respeito à moradia. Os bairros mais pobres de Salvador oferecem um espetáculo da ausência de serviços de infraestrutura urbana. Esgotos a céu aberto, casas e barracos construídos com padrões sofríveis de habitabilidade, numa contigüidade e acumulação que configuram uma promiscuidade arquitetônica, são o resultado possível da iniciativa de famílias de baixa renda sem um planejamento sério da qualidade de vida da maioria da população pelos poderes públicos.

Nos últimos anos, dois agravantes vieram se somar à má qualidade da habitação em Salvador. Em primeiro lugar, está a dependência maior de um serviço de ônibus precário. Enquanto a população mais pobre passa a morar mais distante do local de trabalho, as tarifas de ôni-

Apesar de todas as suas atrações, Salvador é uma grande cidade pobre. Ao lado dos imóveis suntuosos, vive uma numerosa parcela da população em moradias de miséria. A história das "invasões" e a mobilização popular pela habitação são desafios para uma conexão fecunda entre setores organizados da sociedade civil e as massas populares

Foto: Em qualquer espaço, o povo constrói suas casas

bus sobem consideravelmente e, em muitos casos, a frota é diminuída. São milhares e milhares aqueles que fazem a pé o trajeto entre o lugar de moradia e o(s) local(is) de trabalho. Em segundo, o recrudescimento da violência. Somos a capital que ostenta o maior índice de linchamentos. A violência explode ritualmente nas festas populares, e integra cotidianamente a convivência, em casa e na rua. A abundância de grades e muros altos mesmos nos bairros populares reflete o temor permanente de assaltos e revela a tensão do simples fato de estar em casa.

Enquanto isso, Salvador despenca como grande mercado de imóveis suntuosos, com prédios que contam até com teleféricos a levar os condôminos até pequenas praias particulares. Tais prédios, não esqueçamos, são construídos com os recursos do FGTS recolhidos dos trabalhadores. Para estes, os poderes públicos têm colocado soluções parciais e limitadas, alguns conjuntos de classe média situados nas áreas que constam nos textos dos órgãos oficiais como "de vocação para a pobreza". Não é encarada de frente a necessidade de se prover a moradia não apenas para a pobreza, mas também — e principalmente — para a miséria. São poucas as oportunidades de moradia

oferecidas pelo governo às famílias de renda mais baixa. Apenas alguns conjuntos distantes, às vezes sem serviços regulares de água e esgoto.

Uma história de invasões e hotéis de luxo. Até os anos de 1940, a ocupação da terra se pautava de maneira relativamente simples pela necessidade imediata de habitar. Dada a abundância do espaço e sua pouca valorização como mercadoria, até então não se opunha muita resistência ao movimento de expansão lento e permanente das famílias pobres em direção às periferias imediatas e aos interstícios dos bairros.

Na Bahia, foi a partir de 1944 que o Estado passou a respaldar jurídica-

mente a mercantilização do solo urbano, ou seja, instituiu a especulação imobiliária por inspiração dos grupos econômicos que lhe controlavam, principalmente o capital comercial.

A primeira grande invasão coletiva foi a do Corta-Braço, em 1946, que deu origem ao que hoje é o bairro do Pero Vaz. Deu-se no mesmo ano a invasão da Massaranduba, a primeira parte dos Alagados. A partir daí, seguiram-se centenas de outros movimentos. Em 1949, outra invasão se continuou à da Massaranduba. Assim se formou cerca de metade da Cidade Baixa. Todas as grandes invasões dos anos de 1940 se consolidaram como bairros populares.

Com a modernização da cidade, o solo urbano tornava-se uma mercadoria progressivamente valorizada. Enquanto isso, dezenas de milhares de famílias continuavam chegando do interior, somando-se às outras tantas famílias há décadas habitando a capital mas sem acesso a uma moradia razoável. O Estado, além de não oferecer propostas viáveis para resolver ou amenizar a gravidade da questão habitacional, contribuía decisivamente para a especulação imobiliária, com a montagem de infraestrutura urbana em terrenos subutilizados ou não-utilizados, valorizando-os consideravelmente e desestimulando sua destinação a investimentos sociais. O problema se agravou sobretudo desde o período que coincide com o governo municipal de Antônio Carlos Magalhães, quando a Lei da Reforma Urbana (1968) colocou à venda 21 km² de terras do município a preços baixos e com divulgação sumária, muitas delas depois da instalação de equipamentos de infraestrutura. A oportunidade foi capturada por alguns poucos empresários.

Cerco às invasões. A partir daí, vem-se intensificando o cerco às invasões. Várias delas foram destruídas pela Polícia de Choque e pelos

Os habitantes mais típicos de Salvador são aqueles que se batem pela sobrevivência, marcados pelo signo da provisoriedade de níveis baixos de remuneração e de esquemas alarmantes de exploração de mão-de-obra

As ocupações são uma constante em Salvador



Luis S M Filho

ONDE MORAS?

CAMPANHA DA FRATERNIDADE DEFENDE MORADIA POPULAR

Sob o lema *Onde Moras?*, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou a Campanha da Fraternidade de 1993, que trata da questão da moradia, um dos mais dramáticos problemas sociais do Brasil. O documento da CNBB, embora considere a propriedade particular justa e legítima, conclui que "o direito natural à moradia tem primazia sobre a lei positiva que preside a apropriação do solo". "Apenas um título jurídico sobre uma propriedade não pode ser um valor absoluto, acima das necessidades

humanas de pessoas que não têm onde instalar seu lar", diz o documento.

A CNBB afirma, em relação às ocupações de terrenos, que "não se pode exigir que, em nome do Evangelho, se condenem, sem mais, as ocupações. Se elas (as ocupações) não podem constituir o caminho normal de solução para moradia por configurarem uma situação não-legal, elas são, em última análise, efeitos desta mesma situação jurídica reconhecidamente inadequada e injusta. A Igreja se põe assim do lado dos pobres injustiçados, compreendendo seu gesto e defendendo-os da repressão".

Fonte: Jornal do Brasil, 5/1/93.



CAMPANHA DA FRATERNIDADE - CNBB 1993

tratores das construtoras, principalmente na orla marítima. Boa parte de seus moradores foi literalmente colocada na rua. As áreas de onde são expulsas as invasões podem ver imediatamente a realização de projetos imobiliários ou simplesmente aguardar maior valorização, ou seja, prestar-se à especulação absoluta. Com o acúmulo dos casos, contudo, a aglomeração de despejados poderia criar sérios problemas para os poderes públicos. Por esse motivo e pela própria necessidade de o governo legitimar-se diante do conjunto da população, as expulsões passaram a ser completadas com medidas no sentido de prover o alojamento das famílias. Em alguns casos, pagam-se indenizações suficientes no máximo para comprar ou construir um barraco em outra invasão. Noutros casos, são oferecidos lotes ou embriões em locais sempre mais distantes, de acesso mais difícil, com pouca ou quase nenhuma infraestrutura urbana. Muitos moradores desses conjuntos terminam reinventando a moradia, novamente, com a invasão.

Bem poucas invasões próximas

ao centro da cidade lograram se consolidar, como o Calabar, e mesmo assim, paira sobre seus moradores a ameaça permanente de novas investidas da especulação imobiliária. Entre as invasões próximas às áreas reservadas à classe média, os casos mais exitosos são Saramandaia, Nordeste de Amaralina e Santa Cruz. Várias outras têm sua situação indefinida. A União Paraíso, que se deu no terreno de maior extensão e mais valorizado, foi removida entre 1989 e 1992, mediante negociação razoável.

Iniciativa e pobreza. A história da moradia popular em Salvador é a luta do pobre por ocupar e permanecer num lugar de sua conveniência e preferência, que normalmente não é o mesmo apontado como tal pela racionalidade da "opinião pública", dos órgãos governamentais e do empresariado. Nessa luta, os laços de solidariedade do mundo da pobreza, sobretudo aqueles associados ao parentesco e à amizade, são fundamentais. Muda a cidade, modernizam-se seus padrões musicais, de consumo, etc. Muda o partido no poder, mu-

dam as rotas dos ônibus... Cada nova invasão, contudo, é quase igual à anterior. Em mutirão, arrancam-se pregos enferrujados de tábuas podres para edificar novos barracos, aproveitam-se vinte centímetros de arame, dorme-se ao relento com crianças pequenas...

Os limites deste artigo não permitem aprofundar o problema da organização de moradores de baixa renda em entidades representativas formalmente constituídas. Brevemente, podemos constatar um desgaste acentuado desta forma de organização e de suas articulações. Isto se completa com a clientelização generalizada das lideranças e a perda de sentido da linguagem usada pelas organizações progressistas. A pobreza se intensifica, se expande e se reproduz sem que tenha tido tempo para colocar uma resposta-proposta substantiva de civilização. O maior desafio para as organizações não-governamentais que procuram apoiar a luta pela moradia popular é que a miséria aguda torna cada morador de invasão extremamente vulnerável às "negociações" acenadas pelo empresariado. Isto tem dispensado, em vários casos, o recurso à violência física para constringer à remoção.

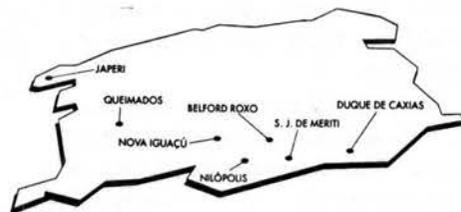
É possível que novas formas de enfrentamento e elementos importantes para a construção de uma cidadania popular estejam contidos na continuação da luta pela moradia. Somente observando e tentando participar de alguma forma é que descobriremos como realizar, neste âmbito, as conexões entre sociedade civil e massas populares. Sem isso, a democracia continuará sendo uma palavra vazia para aqueles que, neste momento, estão procurando se ajeitar em algum pedaço de terra disponível por aí, já que continua não havendo lugar na hospedaria.

Milton Moura é sociólogo e integra a Equipe Urbana do CEAS — Salvador (BA).

MORADIA NA BAIXADA FLUMINENSE: É PRECISO GARANTIR ESTE DIREITO

Jorge Florêncio de Oliveira
Orlando Alves dos Santos Junior

A Baixada Fluminense possui grande contingente de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. Refletir sobre a moradia numa situação de tanta carência é sobretudo discutir a cidadania e a democracia como direito ao acesso de milhões de pessoas a condições dignas de vida. Sugestões de como combinar ações articuladas para equacionar tão grave problema são apresentadas neste artigo



O problema da moradia no Brasil está intimamente vinculado ao processo de urbanização e de gestão de nossas cidades. Hoje, o País concentra 77,5% da população em núcleos urbanos, o que corresponde a aproximadamente 120 milhões de pessoas. Além disso, a maior parte da população urbana vive em um número restrito de grandes cidades.

A concentração urbana no Brasil é base e resultante do processo de industrialização desenvolvido a partir de 1950, e acentuada nos anos de 1960, caracterizada por:

- necessidade de desenvolver um mercado de mão-de-obra para as indústrias recém-implantadas;
- ausência de uma política agrária que pudesse garantir a fixação do homem no campo, propiciando intensos fluxos migratórios para as cidades que não tinham condições de absorver essa população;
- desenvolvimento de grandes projetos e formação de complexos agroindustriais;
- padrão de gestão urbana concentrador de renda e beneficiador do capital imobiliário e das empreiteiras de obras públicas.

Todo esse processo fez parte da estratégia desenvolvimentista posta em prática no período conhecido como modernização conservadora.

O retrato das nossas cidades não deixa dúvidas sobre o tipo de gestão das cidades brasileiras, que não consegue atender às necessidades básicas da população urbana de morar e viver com sua cidadania respeitada: violência urbana crescente; ausência de saneamento básico; educação e saúde ineficientes para atender às demandas sociais; transportes precários; desemprego; cultura e lazer voltados às necessidades das elites. O resultado de tais políticas de gestão tem estimulado o desenvolvimento de um padrão de vida nas cidades que traz como consequência a manutenção das desigualdades sociais no espaço urbano.

MORADIA, SANEAMENTO E POBREZA NA BAIXADA FLUMINENSE

A Baixada Fluminense é um exemplo ilustrativo das consequências da dinâmica urbano-industrial dos cen-

tros urbanos brasileiros. Composta por sete municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro — Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados e Engenheiro Pedreira —, a Baixada tem hoje, segundo o Censo do IBGE de 1991, uma população composta de 2.533.837 habitantes.

Enraizada na segunda maior metrópole do País, possui um grande contingente de pessoas que vive abaixo da linha de pobreza, contribuindo nos índices que tornam o Rio de Janeiro a metrópole que concentra o maior número de pobres do País, estimado em 3,6 milhões de pessoas (1989).

Na Baixada, cerca de 70% das famílias residentes na região recebem até dois salários mínimos; a rede escolar pública e privada consegue atender apenas a 85% das crianças entre 7 e 14 anos; dois terços das ruas não têm pavimentação nem microdrenagem; o déficit de consultas médicas é da ordem de 12 milhões por ano, representando uma carência de 500 consultórios; a coleta de lixo é precária e inexistente na maioria dos logradouros; as enchentes fazem parte do cotidiano dos moradores a cada verão; o déficit de moradias é estimado em 230.000 casas; enfim, as condições de moradia e saneamento são extremamente precárias, devido à inexistência ou insuficiência de equipamentos fundamentais urbanos e comunitários. A vida de milhões de trabalhadores é marcada pelo sofrimento e pela miséria.

SANEAMENTO PRECÁRIO

No Brasil, a precariedade na área de saúde é tão intensa como na de saneamento. Os números espelham com perfeição essa realidade: 30 milhões de pessoas não têm acesso a sistemas de água tratada. O quadro é mais trágico quando se verificam os dados relativos à coleta de esgotos sanitários: 98 milhões de habitantes (73 milhões em centros urbanos e 25 milhões na zona rural) vivem sem rede de esgoto. A precariedade do sistema de saneamento básico é responsável pela ocorrência de 80% de todas as doenças e por 65% das internações hospitalares infantis.

Esses números, pesquisados pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, são utilizados pelo Ministério do Bem-Estar Social em estudos técnicos que traçam as prioridades da política de saneamento.

Fonte: O Estado de São Paulo, 6/12/92.

rização fundiária pode dar uma resposta à situação dos inúmeros loteamentos irregulares e clandestinos;

4. O incentivo à criação de cooperativas habitacionais populares, combinado a políticas de urbanização de loteamentos e construção de casas populares, dará uma resposta à necessidade de produção das unidades habitacionais. A constituição do Fundo Nacional de Moradia Popular é um instrumento fundamental para viabilizar esta política;

5. A produção de habitação deverá chegar a aproximadamente 12 mil unidades por ano, atendendo as necessidades do crescimento demográfico da região e o déficit atual de moradias, ao mesmo tempo em que pressiona para baixo o valor dos aluguéis, hoje incompatível com a realidade econômica da população.

Enfim, qualquer política pública habitacional para a Baixada Fluminense deverá envolver a participação ativa de todos os atores sociais, movimentos populares e instituições da sociedade civil, garantindo a cidadania e uma apropriação democrática da cidade por seus habitantes.

Jorge Florêncio de Oliveira é educador e técnico da FASE-RJ.

Orlando Alves dos Santos Júnior é sociólogo, técnico da FASE-RJ e mestrando do IPUR/UFRRJ.

Foto:
Caminhada
de luta pela
moradia na
Baixada
Fluminense

MORADIA, CIDADE E CIDADANIA

Analisar a questão de moradia nesse quadro de carências urbanas é muito mais do que concluir por um certo número que quantifique o déficit habitacional. Falar de habitação, portanto, é mais do que discutir uma construção de quatro paredes. É como se, ao comprar um imóvel, o proprietário também adquirisse o direito a uma cota de serviços urbanos, a uma certa qualidade de educação, saúde, saneamento, lazer, etc. Por isso é preciso levar em consideração as condições de habitação, o direito à cidade e à participação nas decisões que dizem respeito à vida dos moradores.

Significa, portanto, discutir a cidadania a partir de uma nova cultura política, que entende o exercício da democracia como direito ao acesso de milhões de pessoas a melhores condições de vida e à participação popular na gestão pública da vida urbana.

É nesse sentido que devemos perceber a importância dos movimentos populares urbanos na Baixada. Palco de diversos movimentos representativos e combativos, é preci-

Fundado em 1984, o Comitê conseguiu ao longo dos anos conquistar legitimidade ante o Estado e a sociedade civil, mediante um trabalho que combina a tradução das demandas populares em proposta de políticas públicas, o reconhecimento social da importância do saneamento na região e a relação do saneamento com a vida urbana.

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE A MORADIA NA BAIXADA

Pensar alternativas para o problema habitacional na Baixada Fluminense exige um diagnóstico profundo sobre a realidade da moradia, que ultrapassa os objetivos deste pequeno artigo. O primeiro passo é constatar a ausência de qualquer política habitacional por parte dos governos municipais da região.

No entanto, podemos traçar, a partir do debate nacional, o esboço de uma proposta que deve combinar um conjunto de ações articuladas, e que pode constituir um projeto a ser implementado pelos governos municipais e estadual:

1. Os Planos Diretores Municipais podem se constituir em instrumentos de reforma urbana, garantindo um controle democrático do uso do solo, combatendo e especulação e a ação dos grupos imobiliários;

2. O projeto Reconstrução Rio, que prevê obras de meso e macrodrenagem dos rios da Baixada, aprovada pelo BIRD,

deve conter um plano de reassentamento de grande parte das cinco mil famílias ribeirinhas, garantindo moradia com infra-estrutura necessária e plano de financiamento compatível com a renda dos moradores;

3. A criação de núcleos de regula-



Mário Azevedo

so destacar o papel que têm exercido as federações de associações de moradores nos diversos municípios e o Comitê Político de Saneamento e Meio Ambiente da Baixada Fluminense, órgão que integra as diversas federações da região.

REFORMA POLÍTICA, PARA QUÊ?

Emir Sader

Nos próximos meses teremos amplas discussões sobre a escolha da forma e do sistema de governo no Brasil. Há, entretanto, outras reformas fundamentais na estrutura política que estão exigindo decisões urgentes. Vivemos um período complicado, mas extremamente importante, com o governo Itamar. Emir Sader, agudo analista político, disseca a atual conjuntura e indica questões básicas para interpretação de nossa realidade

—Você poderia me dizer que caminho eu devo pegar para sair daqui?

—Isso depende, fundamentalmente, do lugar pra onde você quer ir — respondeu o Gato.

—Não me preocupa muito o lugar — disse Alice.

—Nesse caso, tanto faz o caminho — declarou o Gato.

(Lewis Carroll, *Alice no País das Maravilhas*)

A experiência de governo de Fernando Collor permite uma radiografia das relações de poder no Brasil e torna possível extrair dela uma pauta do que deveria ser uma plataforma de democratização política no País. O pouco tempo de governo Itamar Franco pode tornar possível, nas suas diferenças e continuidades, complementar essa pauta.

Reforma política, para quê? Não apenas para criar antídotos a messianismos fraudadores do mandato popular, mas também para que o poder possa corresponder às reais necessi-

dades, vontades e desejos das pessoas. Para que deixe de ser o que secularmente tem sido — instrumento dos interesses das minorias que se valem de seus recursos econômicos, sociais, de meios de comunicação e militares para se impor às maiorias, em nome de um suposto interesse nacional.

O “salvador das elites”. Collor resume bem esses mecanismos, por ser um fenômeno recente e por ter sido produto de características muito presentes nas elites dominantes, que sobrevivem a ele. Em primeiro lugar, ele foi possível graças ao que a burguesia brasileira se havia imposto, durante duas décadas e meia, com o poder ditatorial exercido pelas Forças Armadas. Não construiu partidos — no sentido de instrumentos de exercício do poder em nome das classes e alianças de classes —, e aquele que saiu do período ditatorial como sua expressão mais direta — o PMDB — foi dilapidado por ela mediante uma transição conservadora. Abriu-se o espaço para um novo tipo de político no Brasil — o



“salvador das elites”. Erigindo-se aparentemente por cima dela, falando diretamente aos excluídos, mas indiretamente a essa elite, impôs-se a ela como única alternativa diante do risco de candidaturas populares, alimentadas pelas políticas de concentração de renda, de exclusão, de extermínio, praticadas por essas mesmas elites.

Se dessa forma uma candidatura como a de Collor pôde se impor às classes dominantes — como mal menor —, sua viabilização dependeu fundamentalmente de outros dois fatores: a despolarização de grandes massas excluídas pelo processo concentrador de renda do capitalismo brasileiro e o monopólio



Calicut

Inadiáveis reformas. As reformas necessárias para atacar as causas dessas deformações apontam para: proporcionalidade da representação na Câmara de Deputados; reforma partidária e eleitoral; democratização dos meios de comunicação; e reforma do Judiciário.

Em primeiro lugar, não se pode pensar, mesmo no sistema político atual, em manter a proporcionalidade distorcida da representação dos deputados. Uma deformação maior ainda seria entregar mais poderes a um Congresso com representação ilegítima do princípio básico da democracia eleitoral — cada homem um voto —, como pretendem os parlamentaristas, que desejam aprovar esse sistema de governo sem antes alterar a proporcionalidade.

Em segundo lugar, é necessário uma reforma partidária que imponha normas à representação partidária, impedindo que ela descaracterize qualquer projeto de construção de uma vontade nacional expressa em torno de plataformas políticas. O direito das minorias não se confunde com isso. Um núcleo de partido pode atuar em aliança com outros.

*Reforma política, para quê?
Não apenas para criar
antídotos e messianismos
fraudadores do mandato
popular, mas também para
que o poder possa
corresponder às reais
necessidades do povo*

Não é outra a situação, por exemplo, do PC do B, do PV e do PPS, que lutam por critérios mais baixos para poder ter representação parlamentar, mas que, a cada eleição, se subordinam a outros partidos para conseguir eleger um ou dois deputados. Isso demonstra que podem sobrevi-

dos grandes meios de comunicação de massas, propriedade de meia dúzia de famílias, elas mesmas integrantes da elite no poder.

Assim Collor pôde ganhar, valendo-se também de fraquezas da própria esquerda — no trabalho de politização e organização daqueles setores excluídos, e também pela ausência de uma plataforma democrática e nacional que pudesse se constituir em projeto hegemônico alternativo. E como ele pôde governar a seu bel-prazer durante mais de dois anos? Pela existência de um Congresso Nacional que falseia radicalmente a representação popular. Pela convivência de uma Justiça cuja existência está acima de qualquer con-

trole social. Pela adesão ativa dos grandes meios de comunicação à ideologia neoliberal, de que Collor se fez o defensor.

O conjunto desses fatores explica como um aventureiro obteve 35 milhões de votos; dispôs da elite brasileira — empresários, economistas, proprietários de meios de comunicação, jornalistas, partidos — a seus pés; governou a seu arbítrio; desmentiu no dia seguinte à sua posse as promessas de campanha; montou, em pouquíssimo tempo, um dos maiores esquemas de corrupção e colocou-o em funcionamento com a cumplicidade de grandes empresários e proprietários de meios de comunicação.

REFORMAS POLÍTICAS NECESSÁRIAS E POLÊMICAS

• **Proporcionalidade.** Revisão da proporcionalidade das bancadas de cada estado na Câmara Federal. Hoje, os estados mais pobres e menos populosos têm, proporcionalmente, mais deputados que os estados mais ricos. Enquanto um deputado de Roraima representa menos de 10 mil eleitores, um deputado paulista representa mais de 300 mil. Há desde propostas que apenas diminuem esta disparidade até propostas de 1 eleito = 1 voto.

• **Tipo de eleição.** Atualmente os parlamentares são eleitos de forma proporcional à votação do seu partido. Assim, o partido elege um número determinado de deputados, que são aqueles mais votados na sua chapa. Muitos parlamentares estão propondo a adoção do voto distrital. Neste sistema, cada estado é dividido em distritos, onde geralmente há apenas um candidato de cada partido, elegendo-se os mais votados em cada distrito. Há propostas também para a adoção de um sistema misto, pelo qual metade dos deputados seria eleita pelo voto distrital e metade pelo voto proporcional.

• **Organização partidária.** Existem propostas para tornar mais rígidas as exigências para o registro definitivo de partidos, como por exemplo um percentual mínimo de votos espalhados por determinado número de estados. O objetivo é impedir o surgimento de "partidos de aluguel". Com o mesmo objetivo se propõe a instituição da fidelidade partidária e tempo mínimo de filiação para obtenção de legenda para eleição.

• **Revisão do papel do Senado.** Hoje o Senado tem representação de todos os estados (três senadores por estado) e todas as matérias aprovadas pela Câmara têm que passar por ele, que funciona assim quase como uma casa revisora em relação à Câmara. Há propostas para reduzir os poderes do Senado e outras que simplesmente o extinguem, adotando o sistema unicameral.

• **Financiamento de campanhas.** Devem ser propostas novas normas para o financiamento de campanhas eleitorais. Hoje as empresas estão proibidas de financiar candidatos, mas todo mundo sabe que isso acontece. Há propostas para a criação de um fundo partidário com recursos do orçamento federal, que destinaria recursos para todos os partidos, e outras que propõem liberdade total de doações de empresas e pessoas físicas para candidatos, que poderiam ser descontadas no Imposto de Renda.

• **Propaganda na TV.** Há propostas para ser modificada a forma de distribuição do tempo de TV entre os partidos. Hoje a divisão é proporcional às bancadas dos partidos na Câmara Federal e nas Assembleias Legislativas.

• **Revogabilidade de mandatos.** Propõe-se que, assim como o presidente, os parlamentares estejam sujeitos à perda do mandato. Os mecanismos propostos para a revogação são variados.

Fonte: Jornal Brasil Agora, n. 31, p. 7, janeiro-fevereiro/93.

ver sem legenda própria e que, se seguirem essa tática, nunca conseguirão as porcentagens, por menores que sejam, dado que não concorrem sozinhos.

Comunicação para o consumo.
Em terceiro lugar, se coloca a demo-

cratização dos meios de comunicação de massas. Os interesses minoritários em nossa sociedade conseguem hoje passar por interesses gerais devido centralmente ao monopólio de jornais, televisão e rádios no País. Os Marinho, Mesquita, Frias e outro punhado pequeno de famílias detêm os grandes meios de comunicação de massas e, por meio deles, impõem temáticas, opiniões, protagonistas dos debates, forçando assim consensos aparentemente democráticos. O que é apenas uma concessão pública funciona como propriedade privada de indivíduos. Estes, por sua vez, dirigem suas empresas com os olhos nos seus interesses ideológicos e nos lucros que elas propiciam. Não lhes importa o aumento do número de leitores, porque os lucros vêm da quantidade de anúncios — portanto, lhes interessa o poder aquisitivo dos leitores, menos do que sua quantidade. O analfabetismo no País não se choca com os interesses dos donos de jornais, por exemplo, porque, mesmo que viessem a se alfa-

betizar, não se incorporariam ao mercado de alto consumo, que é aquele efetivamente rentável para os proprietários de jornais. Assim, o monopólio dos meios de comunicação de massas é um obstáculo maior à democratização do País e tem que constar obrigatoriamente da pauta

de reformas políticas de cunho popular.

Quanto ao Judiciário, foi necessário que a indignação levasse amplos setores da população às ruas, para que os juízes, pressionados também pelos meios de comunicação que finalmente se somaram às manifestações, decidissem em direção oposta ao que haviam feito durante dois anos do governo Collor. Nisto se inclui o ano em que Collor governou discricionariamente, a começar pelo confisco da poupança e das contas correntes da população, em que a Justiça decidiu vergonhosamente a favor do governo, alegando a necessidade de combate à inflação. Isto é, julgou baseada em situações de fato e não de direito, demonstrando sua parcialidade. A nomeação pelo presidente dos ministros que, de forma supostamente autônoma, devem controlar até mesmo os atos do Executivo, é um arremedo de divisão dos poderes e tem que ser alterado. Na democracia todos os órgãos de poder se devem ao povo e por ele têm que ser escolhidos.

O que esperar do governo Itamar. Mas se queremos chegar à democracia, ao direito de cidadania estendido a todos, o governo Itamar Franco nos proporciona um outro dado. Trata-se do primeiro presidente que o País tem, desde há muito tempo, que chega a esse posto sem ligações notoriamente espúrias. Suas declarações de intenções têm sido muito positivas, ao atingir o coração do neoliberalismo: dar prioridades às políticas sociais é alvejar de morte uma corrente que, ao contrário, privilegia o mercado, isto é, aquele mecanismo que, ao contrário, só multiplica e acentua as desigualdades e concentrações de renda já existentes.

No entanto, se suas sinceras declarações servem para abalar consensos neoliberais impostos anteriormente ao nível do discurso, correm o sério risco de se manterem no papel, se ele não alterar radicalmen-

te a política econômica. Enquanto se continuar a gastar mais de 80% do orçamento para pagar a dívida interna e se canalizar outro tanto de recursos para seguir pagando a dívida externa, serão mantidos pressupostos fundamentais do neoliberalismo, que se opõem frontalmente à prioridade dos enfrentamentos dos déficits sociais que o País acumula. O orçamento continua voltado para esses pagamentos; o ministro da Fazenda afirma que não haverá medidas drásticas, cedendo às pressões dos empresários que, com isso, querem reafirmar que as leis do mercado — oligopolizado — continuem a vigorar; declara ainda que a taxa de juros baixará lentamente — e portanto, não haverá retomada do desenvolvimento e criação de novos empregos; e espera — como Mailson e Marcílio — que a inflação baixe aos poucos, graças à boa vontade dos empresários.

Depois de fragorosamente derrotado com Collor e, também, nas eleições municipais, o PFL continua a ter papel importante no governo, e elegeu, pela primeira vez, à cabeça de um bloco de direita, o presidente da Câmara de Deputados, no ano do plebiscito sobre formas de governo e reformas constitucionais. O governo Itamar paga um preço por isso, a começar porque não pode falar de reforma agrária, já que tem um representante desse partido, que mais se opôs a ela na Constituinte, no Ministério da Agricultura. Tem também um coordenador político do PFL, que trabalhou por aquela articulação para que o partido tivesse a presidência da Câmara, o que não havia conseguido sequer no governo Sarney.

Amarrado aos compromissos da política econômica de cunho monetarista e aliado ao PFL — e, por eles, à direita —, Itamar tende a se esvaizar e, eventualmente, até a desmoralizar, pela banalização, as denúncias sociais que começou a fazer. A democratização efetiva do País se

É preciso ter coragem e ousadia de se enfrentarem as causas que possibilitaram deformações como as do governo Collor

choca também com a política econômica neoliberal e com a ausência de reforma agrária. Nessas condições, os direitos de cidadania nunca serão estendidos à grande maioria da população, postergada econômica e socialmente.

A arbitrariedade da esquerda. Mas não é somente no campo do sistema de poder vigente que se encontram obstáculos para uma democratização real da nossa sociedade. Como já foi dito, o trabalho político e organizativo de base por parte da esquerda é ainda muito insuficiente. Com a conquista de espaços institucionais, o PT, por exemplo, teve debilitado seu trabalho, organizado com os setores marginalizados da população, como se seu caráter de principal expressão política desses setores lhe fosse dado por decreto e para sempre. A vitória de Maluf em São Paulo e as derrotas no ABC, em Campinas e em Piracicaba, são bons exemplos disso. Em São Paulo, depois de Lula ter sido derrotado nas eleições presidenciais pela diferença que Collor obteve ali, Plínio de Arruda Sampaio ficou em quarto lugar e, na capital, Suplicy teve menos votos do que Luiza Erundina no primeiro turno, depois de quatro anos de governo do PT. Foi uma derrota grave, que tem que ser tomada como tal, analisada em profundidade e tiradas as devidas conclusões. Justamente onde estão os mais bem-sucedidos dirigentes políticos nacionais do PT que, ao mesmo tempo, exibem traços que a institucionalização provoca: debilitamento do papel do partido como dirigente político; en-

fraquecimento organizativo dos movimentos sociais e das forças políticas de esquerda; concessões crescentes aos consensos liberais e neoliberais nos espaços dos grandes meios de comunicação de massa.

Setores excluídos. A apatia — refletida na abstenção, no voto branco e nulo, mas também na venda do voto, na decisão de última hora por razões contingentes — tem sido fator de perpetuação do poder das minorias nas sociedades capitalistas e valorizado como tal. O professor Leoncio Martins Rodrigues chegou a declarar à Folha de São Paulo que este tipo de comportamento, presente hoje no Brasil, seria um fator de amadurecimento político, que nos aproximaria dos sistemas políticos de Primeiro Mundo.

Os teóricos das “democracias restringidas” pensam assim: se todos se integrarem e reivindicarem, o capitalismo não suporta. Daí se tomar como normal — e positivo — que 50% dos norte-americanos não votem, justamente os postergados, os marginalizados, os mais pobres, os negros, os chicanos, os idosos.

No Brasil se discute a abolição do voto obrigatório, como mais um elemento da reforma política. Parece justo, porque isso obrigaria os partidos a terem que disputar os votos das pessoas e não contar como um dever o que na verdade é um direito. Mas isso não pode significar para as forças de esquerda a dispensa do trabalho de chegar até os setores excluídos, porque são eles, como parte integrante dos trabalhadores, junto aos setores médios ameaçados pela crescente marginalização imposta pelo grande capital monopolista e financeiro, que podem protagonizar as reformas políticas que conduzam a uma democracia no Brasil.

Emir Sader, analista político, é professor de Sociologia da USP. Ele integra atualmente o Conselho Editorial de TEMPO e PRESENÇA.

O BRASIL CHOCA O OVO DA SERPENTE

O cientista político Francisco Weffort, professor da USP e pesquisador do Cedec, em entrevista a Carlos Alberto Ricardo, de TEMPO E PRESENÇA, demonstrou pessimismo com o futuro da democracia no Brasil. Aos 55 anos, o ex-membro da direção nacional do PT e autor de Qual democracia? (Companhia das Letras, 1992) se diz parlamentarista, mas alerta que a atual conjuntura do País pode levar a decisões políticas que comprometerão a governabilidade e a eficácia de qualquer sistema de governo que resulte do plebiscito de abril

Sem muito tempo para esclarecimentos e sem a votação prévia de uma série de reformas políticas, mesmo aqueles cidadãos mais informados não correm o risco de dar um cheque em branco ao Congresso no plebiscito sobre regime e sistema de governo?

Se o plebiscito vier efetivamente a se realizar em abril, a população vai votar em torno de duas noções extremamente genéricas: presidencialismo e parlamentarismo. Acho que a agenda está começando pelo fim, porque há definições, como as chamadas reformas políticas, que deveriam ser prévias. Refiro-me principalmente às reformas dos sistemas federativo, partidário e eleitoral. São aspectos mais ou menos independentes da questão do regime de governo. É possível se ter um sistema partidário mais sólido, mais enxuto ou um sistema de voto distrital misto, com presidencialismo ou parlamentarismo. O mesmo vale com respeito a uma limpeza no funcionamento do financiamento eleitoral ou um reequilíbrio do sistema representativo. Várias dessas reformas deveriam ser feitas previamente, para que quando as pessoas escolhessem entre parlamentarismo ou presidencialismo estivessem optando por alguma coisa com conteúdo mais definido.

Como os políticos estão tentando superar essa dificuldade?

Na base de um acordo político no Congresso, em torno daquilo vão entender por parlamentarismo ou presidencialismo. Ou seja, a população vai votar em termos genéricos, e eles vão interpretar esse voto a partir de um acordo parlamentar. Haverá um plebiscito em que aparentemente a população vai decidir, mas na verdade ela estará dando um cheque em branco ao Congresso, para que este coloque conteúdo na forma que a população escolher.

Esse seria um estilo brasileiro de se fazer política, pensando em outras questões cruciais da história brasileira?

Não acho. Isso foi marcado por duas conjunturas muito específicas. Uma delas é que no plebiscito de abril, originariamente marcado para setembro, a escolha entre presidencialismo ou parlamentarismo entra em uma proposta de plebiscito em torno de monarquia ou república. A Constituinte (1987-1988) caminhava para uma fórmula de tipo parlamentarista, mas houve aquela briga em torno dos quatro ou cinco anos para Sarney, o que resultou numa mudança de rumo. Em função disso, os parlamentaristas que achavam que iam ter um regime parlamentarista já na Constituição de 1988 ficaram a ver navios. Eles não tinham a iniciativa de uma emenda. Mas os monarquistas, que eram minoria, apresentaram uma proposta desse tipo; embora conscientes de que iam perder a disputa monarquia/república (e perderam na Constituinte), eles queriam o plebiscito e que a população decidisse a respeito. Então, os parlamentaristas entraram na rabeira desse movimento. Se você quiser, pode chamar essa uma maneira brasileira de fazer política. É uma incapacidade de prever grandes mudanças institucionais.

E a outra conjuntura?

A outra conjuntura, muito específica, é a queda do Collor, que é muito surpreendente e que muda em vários sentidos o cenário político. Quando nós tínhamos o plebiscito marcado para setembro, todas as expectativas eram de um governo normal, funcionando regularmente no País. Quando se pediu a antecipação do plebiscito de setembro para abril, essa expectativa ainda se mantinha. Ninguém previa a extensão da crise do

governo Collor. Até antes da crise final, havia, no mínimo, quatro grandes candidatos a presidente da República — Antonio Carlos Magalhães, Quéricia, Lula e Brizola —, com liderança de massa comprovada. Maluf se recuperou depois das eleições de São Paulo. As definições em torno de presidencialismo/parlamentarismo levavam em conta esses líderes importantes, e as pessoas discutiam a mudança de regime de governo de uma maneira mais neutra. Com o *impeachment* de Collor, todos esses líderes caíram, com exceção de Lula. Ou seja, o conteúdo de um plebiscito, cujo resultado mais previsível — não o objetivo — será o de diminuir as chances de Lula chegar à Presidência da República, com os direitos previstos na tradição presidencialista. É uma coisa muito paradoxal porque o próprio Lula se declara parlamentarista.

No momento, o próprio Lula continua se dizendo parlamentarista, mas cada vez mais baixinho ...

Eu sou parlamentarista, em termos gerais, mas esta é uma situação extremamente complicada, do ponto de vista político. Meu raciocínio é o seguinte: Por que a conjuntura mudou? Tomemos o PSDB. Para esse partido, é simples ser parlamentarista porque tem Covas, importante líder de massas em São Paulo. No mais, o PSDB tem alguns importantes líderes parlamentares. Ele não tem outro destino, a não ser o parlamentarismo. Agora, no PT é diferente. E o pior, do ponto de vista dos parlamentaristas desse partido ou de outras cono-

tações políticas que não o PSDB, é que só sobrou o Lula. Essa mudança da conjuntura exigiria uma definição mais clara a respeito das reformas políticas, antes de se votar regime de governo. Porque, se não se tiver isso, corre-se o risco de que a fórmula parlamentarista venha a ser aquilo que ninguém quer — conservadora — que, provavelmente, a maioria dos parlamentaristas não deseja. Ela poderá vir a ser eficaz para deslocar Lula, mas não será eficaz para todos os outros resultados relativos à dinâmica do sistema político, que todo mundo espera.

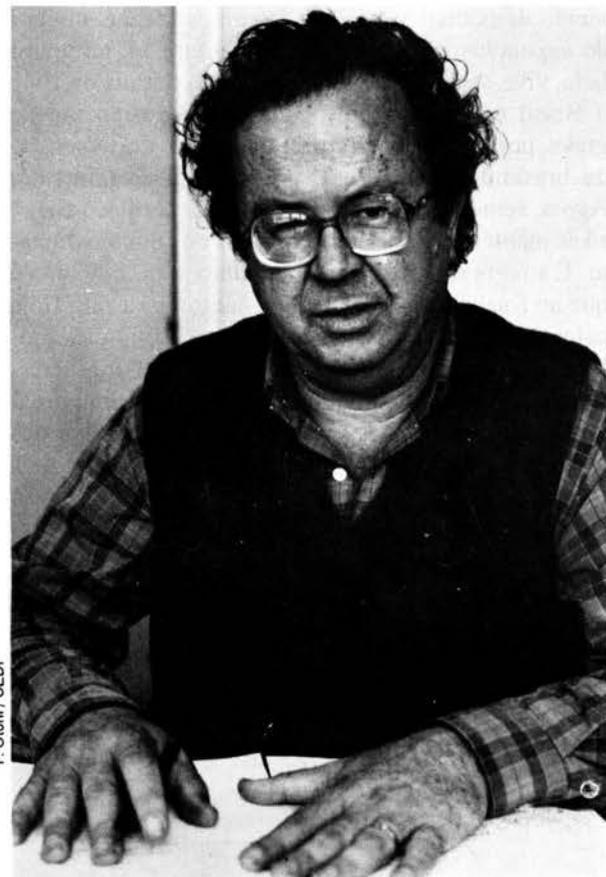
Antes de abril será possível ao Congresso votar algumas das reformas políticas?

Não acredito. As reformas políticas são muito mais difíceis de se votar assim rapidamente. As forças políticas precisariam de alguns meses para preparar esse debate. Além disso, acho muito difícil que agora seja possível um adiamento do plebiscito para setembro novamente, a não ser que a Justiça decida. Após o plebiscito, a elite política parlamentar vai definir um parlamentarismo, com um presidente eleito pelo voto direto, ou um presidencialismo, com ministros nomeados pelo Congresso ou passíveis de demissão pelo Congresso. Ou seja, na verdade, vai haver um compromisso da elite nos seguintes moldes: um parlamentarismo presidencialista ou um presidencialismo parlamentarista. Por um caminho ou por outro, será uma fórmula mista. Isso, do ponto de vista político, é muito complicado. Se o meu raciocínio sobre Lula se mantém, a única mudança é que ele deixe de ser o presidente da República ou não possa concorrer à Presidência da República com plenos poderes. Com isso vai se dizer que houve mudança de sistema de governo, no caso da aprovação do parlamentarismo, por exemplo, mas na verdade não será um sistema parlamentarista a sério, e sim uma fórmula casuística para cercar o poder do presidente. Seria uma solução péssima. É mais ou menos como o parlamentarismo que se adotou no Brasil em 1961, para evitar que o Jango assumisse a presidência da República,

SISTEMA FEDERATIVO

Os mecanismos que conduzem à sobre-representação de miniestados do Norte e do Centro-Oeste (37% dos eleitores e 40,5% dos deputados na Câmara federal) e à sub-representação de São Paulo (22% da população do País e apenas 11,9% dos deputados), são distorções conservadoras à democracia brasileira. Se não se mudou esta situação até hoje, quem garante que isso será possível com o aumento de poder dos congressistas num sistema parlamentarista, por exemplo?

O plebiscito vai no rumo da concessão de um cheque em branco da cidadania ao Congresso



com poderes plenos de presidente. Assim, o sistema não vai funcionar.

Mas, então, quais seriam as opções mais eficazes?

Se é para voltar ao parlamentarismo, adotemos aquele no qual o presidente da República é eleito pelo Congresso. Esta é a fórmula mais clássica de parlamentarismo republicano que existe. Do lado presidencialista,

se nós viermos a adotar a fórmula mista, da demissibilidade dos ministros pelo Congresso, realmente se institucionaliza o choque entre Executivo e Congresso, porque esta capacidade que tem o presidente da República, em um sistema presidencialista, de designar e demitir ministros passa a ser bloqueada. Então o dinamismo do próprio sistema presidencialista passa a ser prejudicado. Ou seja, a conjuntura na qual estamos optando entre esses dois sistemas, antes das reformas políticas, é desfavorável a uma escolha eficaz.

Fugindo um pouco dos termos em que a questão está posta, do ponto de vista da agenda política, como você está pensando a questão da democracia no Brasil hoje?

Vejo dois aspectos importantes. Um deles é o tema da governabilidade. Efetivamente as reformas políticas são necessárias, porque, sobretudo, elas consolidariam o sistema de partidos, criariam um modelo mais representativo de eleição, limpariam o sistema eleitoral, moralizando-o e reequilibrariam o sistema federativo. Isso é muito importante, porque poderia assegurar condições de governabilidade a qualquer governo que venha a existir. Um dos dramas da democracia no Brasil é, no momento atual, a sua ineficácia. O problema não é de legitimidade. Do ponto de vista da legitimidade da democracia, o País conseguiu um progresso extraordinário, se se analisar dos anos de 1960 até o momento atual. Houve enorme crescimento dos movimentos sociais, do eleitorado e dos meios de comunicação. Hoje, perto de 60% da população vota (eleições de 1989). Estou falando dos movimentos sociais, movimentos populares, do crescimento do associativismo no País; não apenas do movimento sindical, mas de todas as formas de associação. Nesse sentido, do ponto de vista

democrático, há uma grande mudança nas concepções sobre democracia dentro da sociedade brasileira. Não se trata do que alguns intelectuais pensam sobre a democracia, mas de que a democracia alcançou um grau de legitimidade popular no País. Nisso o Brasil é um caso novo e diferente no contexto latino-americano.

Outro aspecto positivo da legitimidade da democracia no Brasil é que, desde a direita até a esquerda, existe o empenho de que o sistema se consolide e venha a funcionar, embora não funcione. Ou seja, nós não temos ainda os fenômenos encontrados em vários processos de transição de regime autoritário para democracia, como na Espanha ou no Peru, das chamadas oposições desleais, que são aqueles grupos, relativamente pequenos na esquerda ou na direita, que optam por saídas armadas de qualquer tipo e tentam desqualificar o funcionamento do sistema como tal. Mas quanto tempo vai durar isso?

Mas você não acha que todo esse arrazoado que fez dos últimos anos no Brasil, ao mesmo tempo tem uma contraface que compromete a democracia? Ou seja, o crescimento da economia informal, os níveis de pobreza extrema, a falta de educação, o aumento brutal da criminalidade, o aumento de outro tipo de associativismo no País, do crime organizado, do narcotráfico? Esse cômputo da chamada sociedade civil popular brasileira, organizada nesses últimos 25 anos, dá democracia?

O problema é que está havendo um enorme crescimento democrático no País (a campanha das diretas, do impeachment, a participação eleitoral) e, por outro lado, vive-se um contexto de crise. Na década de 1980 o Brasil estancou, o que, para nós, é extremamente grave, porque a tradição brasileira é a de uma sociedade brutalmente desigual, porém com crescimento. Agora, sem crescimento é um inferno, porque o Brasil só se mantém em equilíbrio quando está em movimento. É a regra da bicicleta. No entanto, o pior de tudo é que no final dos anos de 1980 começamos a cair. Hoje caímos mais. Neste contexto de crise econômica prolongada, começam a surgir fenômenos de degenerescência social, que convivem com um enorme crescimento da capacidade de autodefesa corporativa dos setores empregados. Há uma massa da população que, mesmo com dificuldades, se defende, e outra que não consegue se defender. É aí que lavram os fenômenos de degenerescência social, e se tem o caldo de cultura para todo tipo de violência. O grande tema da marginalidade dos anos de 1960 se realiza em várias áreas do Brasil em uma escala que ninguém previa naquele período. É uma massa de pobres que não está sendo necessária ao funcionamento do sistema. Então, existe esta contradição: operários industriais, cuja capacida-

SISTEMA ELEITORAL

O sistema brasileiro de lista aberta, instituído em 1946, dificulta a consolidação dos partidos políticos, reforçando a capacidade individual de competitividade dos candidatos. As alternativas estariam entre a implantação do voto distrital, puro ou misto, ou um sistema de lista fechada.

Parlamentarismo presidencialista ou presidencialismo parlamentarista? Você não decide!

de de organização cresce e que bem ou mal se defendem, e uma massa grande de pobres, cuja capacidade de se defender é muito pequena, se é que tem alguma.

Mas quais são as conseqüências desse quadro no âmbito da política?

Nessas circunstâncias, o fenômeno da “política da antipolítica”, em escala de massas, se torna possível. Os líderes clássicos do sistema político-institucional perdem legitimidade e começam a surgir pelas margens do sistema lideranças que reivindicam uma legitimidade não-política, técnica ou carismática. O que quero evidenciar é que essas condições de crise social favorecem a liquefação do sistema institucional. O paradoxal é isto: um crescimento da legitimidade da democracia política e, no mesmo processo, uma obsolescência dos mecanismos tradicionais pelos quais a democracia política funciona. Por isso, as reformas políticas são absolutamente necessárias e se tem o problema da governabilidade. As reformas políticas e a governabilidade estão ligadas ao tema da crise econômica e de sua repercussão social e, portanto, ligadas à eficácia. Se temos a chance da democracia no Brasil, que ela seja capaz de criar governos democraticamente eficazes. Ou seja, não basta hoje alguém dizer: “eu sou democrata” — isso foi importante no início dos anos de 1970; é preciso uma democracia capaz de mexer na economia. E nisto o Brasil está atrás de vários países da América Latina, como Chile, Peru, México e Argentina. Alguém dirá que isso se justifica porque eles estão lidando com o modelo neoliberal. Mexa-se como queira. Aqui, não se tem tido capacidade para se formular uma política econômica consistente, tanto assim que nos últimos dez, doze anos, nós já tivemos quatro ou cinco moedas diferentes, dez ou doze planos de estabilização, cinco ou seis políticas monetárias. E neste contexto é profundamente lamentável que o debate sobre regime de governo seja abstrato e que a população vá decidir sobre presidencialismo ou parlamentarismo sem saber o que sejam. E, mais ainda, sem saber que relação isso tem com a sua vida, o que é absolutamente decisivo, porque se a democracia não for capaz de contornar a crise, então a crise vai comer a democracia.

E os militares voltariam...

Não necessariamente. Pode ocorrer coisa pior do que isso. No repertório das brutalidades no campo da política, existe uma enormidade de coisas que podem acontecer. Podemos ter bandos armados, ligados a grupos políticos, que por sua vez estejam associados ao narcotráfico e com legitimidade de massas. Podem-se imaginar fórmulas de degenerescência absolutamente escabrosas. Acho que a galinha, que é a sociedade brasileira, está atualmente sentada, esquentando o ovo da

serpente. Se não formos capazes de fazer reformas políticas que permitam ao Estado brasileiro democraticamente interferir na economia, de mudar, mesmo minimamente, as condições de desgraça que afetam a grande maioria da população brasileira, o calorzinho vai produzindo alguma coisa monstruosa que ninguém é capaz de prever. Mas eu não tenho nenhuma dúvida de que estamos produzindo alguma coisa terrível. A única possibilidade de se cortar isso é mudando a sociedade. Não estou falando de mudanças drásticas, mas de que as pessoas precisam trabalhar, precisam de emprego, precisam comer.

Os sinais da crise são imensos, de ponta a ponta, não apenas entre os excluídos das margens do sistema, das chamadas classes populares, mas também, na outra ponta, com a maior evasão de cérebros (cientistas e técnicos) da história do País.

Em todos os setores há uma perda de energia social, de foco político, e o Congresso está prensado entre essa agenda política e o governo Itamar. Os próximos dois anos são decisivos?

Absolutamente decisivos. Se entrarmos num outro período governamental com a mesma indecisão dos dois períodos anteriores, ou seja, do governo Sarney e Collor, vamos pavimentar o caminho do pior. Corremos agora o risco de encaminarmos mal o processo de reforma política e de tomarmos uma decisão errada; se isso vier a se concretizar o novo governo não terá condições de governar, qualquer que seja ele. E sem essas condições, a crise vai-se agravar terrivelmente. Não acredito que haja mais reservas, dentro da sociedade brasileira, para agüentar mais dez anos de estancamento e — o caso agora é pior — de queda. Nós temos um cenário muito grave.

Entrevista realizada em 15 de janeiro de 1993.

Carlos Alberto Ricardo é antropólogo, coordenador do Programa Povos Indígenas no Brasil do CEDI.

SISTEMA PARTIDÁRIO

Hoje existem 40 partidos no Brasil, com registro provisório ou definitivo, dos quais 19 funcionam no atual Congresso. A facilidade legal para criação e funcionamento de partidos leva a um conjunto de distorções: inoperância do Congresso; dificuldade para se compor maioria dentro de cada partido; legendas de aluguel; acesso à propaganda eleitoral gratuita; entre outras. Há propostas tramitando no Congresso com vistas a impor performances eleitorais mínimas para o funcionamento dos partidos no âmbito nacional: 5, 3 ou 1% dos votos. Se aprovado o limite de 3%, por exemplo, permaneceriam apenas oito dos atuais partidos.

Sem rever a questão eleitoral, partidária e federativa não haverá governabilidade

PLEBISCITO – INFORMAÇÕES BÁSICAS

Em 21 de abril o povo brasileiro será chamado a tomar importantes decisões políticas com referência à forma e sistema de governo. A maior parte da população está desinformada sobre o significado e as implicações práticas que os resultados do plebiscito vão ocasionar. TEMPO E PRESENÇA publica informações básicas sobre a questão e uma série de depoimentos em que são apresentados os principais argumentos das diversas posições em debate.

PLEBISCITO/REGRAS

O plebiscito é uma das formas de exercício da soberania popular, através do voto direto e secreto, definidos pela Constituição de 1988. A convocação dos eleitores brasileiros para escolherem a forma e o sistema de governo que devem vigorar no País também foi aprovado pelos constituintes de 1988.

No plebiscito que será realizado em 21 de abril, o voto é obrigatório; somente será facultativo para eleitores entre 16 e 18 anos, maiores de 70 anos e analfabetos.

Os resultados sairão no dia 3 de maio, exceto nos municí-

pios em que for realizado novo plebiscito por problemas na primeira votação.

O QUE É FORMA DE GOVERNO? MONARQUIA OU REPÚBLICA

A primeira opção que o eleitor fará no plebiscito de 21 de abril será entre a Monarquia e a República.

Monarquia: é a forma de governo em que um rei, que ascende ao cargo por direito hereditário, representa o Estado no cenário internacional. Em geral o governo é exercido por um primeiro-ministro. Na

Monarquia parlamentarista, o rei exerce a chefia de Estado, o comando das Forças Armadas, a presidência do Conselho de Estado e o Poder Moderador. O poder está nas mãos do ministério, que é a expressão da maioria parlamentar, eleita pelo voto direto dos eleitores. São asseguradas ao rei e à família real as mesmas imunidades dos representantes eleitos.

República: o presidente e o parlamento dividem o poder, segundo combinações variáveis. É garantida a independência dos Poderes. Valem os princípios definidos pela Constituição em vigor. A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados, municípios e do distrito federal, constitui-se em um Estado democrático fundamentado na soberania, cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho

e da livre iniciativa, e no pluralismo político. A república pode se reger pelo sistema presidencialista ou parlamentarista.

O QUE É SISTEMA DE GOVERNO? PRESIDENTE OU PRIMEIRO-MINISTRO

A fórmula popularizada é a seguinte: no presidencialismo quem manda é o presidente, e no parlamentarismo quem manda é o primeiro-ministro. Mas não é bem assim. Os dois sistemas de governo têm como única fonte de autoridade a vontade popular expressa nas urnas. A questão consiste, portanto, em saber quem é que a nação elege para exercer o poder em seu nome; daí a grande responsabilidade cívica que cada cidadão brasileiro deverá ter no momento de votar no plebiscito de 21 de abril. Há duas alternativas: Presidencialismo e Parlamentarismo.

DEFINIÇÃO DOS SISTEMAS

	PRESIDENCIALISMO	PARLAMENTARISMO
Executivo		
Quem chefia	Presidente da República auxiliado por ministros ou secretários de estado.	Gabinete ou conselho de ministros chefiado pelo primeiro-ministro. O presidente da República tem funções de chefe de Estado, com poderes limitados.
Como é escolhido	O presidente é eleito por voto direto ou indiretamente e escolhe ministros ou secretários de sua confiança.	O primeiro-ministro é: a) indicado pelo presidente dentro do partido que tiver maioria no Parlamento; ou b) eleito pelo Parlamento. Ele escolhe os demais ministros. O gabinete e seu plano de governo devem ser aprovados pela maioria absoluta do Parlamento.
Como é destituído	O presidente tem mandato fixo. Só pode ser destituído legalmente mediante um <i>impeachment</i> (impedimento) votado por dois terços do Congresso Nacional. Os ministros podem ser demitidos a qualquer momento pelo presidente	O primeiro-ministro e seu gabinete não têm mandato fixo. Podem ser obrigados a se demitir por uma moção de desconfiança votada pela maioria absoluta do Parlamento. Os ministros individualmente podem ser demitidos a qualquer momento pelo primeiro-ministro
Legislativo		
Como é destituído	Deputados e senadores só perdem o mandato se forem condenados por crime ou ofensa ao decoro parlamentar e cassados por decisão da maioria absoluta de seus pares.	O presidente pode dissolver o Parlamento se este não compuser uma maioria estável para apoiar o Gabinete. Eleições para um novo Parlamento são convocadas imediatamente.

SISTEMAS ELEITORAIS

PROPORCIONAL	DISTRITAL	MISTO
Cada estado é um grande distrito eleitoral. Todos os candidatos a deputado podem ser votados no estado inteiro.	O estado é dividido em distritos com aproximadamente o mesmo número de eleitores. Cada distrito elege um deputado.	Metade dos deputados é eleita pelo sistema proporcional. A outra metade, pelo sistema distrital.
Cada partido inscreve um número de candidatos igual a até três vezes o número de deputados do estado.	Cada partido inscreve um candidato por distrito.	Cada partido inscreve um candidato por distrito e uma lista de candidatos igual à metade do número de deputados por estado.
O eleitor pode votar na legenda do partido ou num candidato individual.	O eleitor vota num candidato individual.	O eleitor vota num candidato individual pelo sistema distrital e na legenda de um partido pelo sistema proporcional.
Cada partido elege um número de deputados proporcional à soma dos votos dos candidatos e da legenda do partido sobre a votação total do estado.	Em cada distrito é eleito o candidato mais votado.	Cada partido elege um número de deputados proporcional à soma dos votos dos seus candidatos pelo sistema distrital, mais os votos da legenda pelo sistema proporcional, sobre a votação total do estado.
As vagas conseguidas por cada partido são preenchidas pelos candidatos mais votados individualmente na chapa do partido.		As vagas conseguidas por cada partido são preenchidas primeiro pelos candidatos eleitos pelo sistema distrital, e as restantes conforme a ordem de inscrição dos candidatos na chapa do partido pelo sistema proporcional.

MODELOS DIFERENTES DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO MUNDO

	Países					
	EUA	FRANÇA	GRÃ-BRETANHA	ITÁLIA	ALEMANHA	JAPÃO
Regime	Presidencialismo	República mista entre parlamentarismo e presidencialismo	Monarquia parlamentarista	República parlamentarista	República parlamentarista	Monarquia constitucional
Voto	Distrital simples para a Câmara	Distrital em dois turnos para a Câmara	Distrital simples	Proporcional	Distrital misto	Distrital
Principais partidos	Democrata e Republicano	Socialista, União Democrática Francesa, União pela República e Comunista	Conservador, Trabalhista e Liberal Democrata	Democrata Cristão, Socialista, Social Democrata, Liberal Liga Norte e Democrático de Esquerda	Social Democrata, Democrata Cristão e Liberal	Democrata Liberal, Socialista, Komeito (ligado a uma seita budista), Comunista e Social Democrata

Fontes: Folha de São Paulo, 10.1.93 (Guia do Plebiscito); O Estado de São Paulo, 17.1.93; Folha de São Paulo, 24.1.93; Revista Isto é, 10.2.93; Documento elaborado por Fernando Henrique Cardoso e José Serra, "Parlamentarismo no Brasil, como e por quê", Brasília, 1992; Consulado do Japão no Rio de Janeiro.

PRESIDENCIALISMO E DEMOCRACIA

Vladimir Palmeira

Fazendo considerações que vão desde a origem do parlamentarismo até suas características atuais, o autor critica fortemente esta forma de governo e indica os riscos para o Brasil caso venha a ser aceito. Vladimir Palmeira é um dos líderes do movimento presidencialista

É de nossa tradição ideológica colonial uma certa queda para soluções mágicas. Volta e meia nos deparamos com salvadores da pátria dispostos a resolverem os problemas nacionais por meio de alguma pajelança. Jânio Quadros perseguiu este objetivo proibindo biquini e briga de galo. Fernando Collor, andando de jet-ski, dizia que nos levaria ao Primeiro Mundo, mas antes naufragou num mar de lama. Agora Itamar Franco, como se nada tivesse para fazer, resolve ressuscitar Amaral Neto, reinventando a pena de morte. Haja paciência.

Enquanto isso, o conjunto das elites agita a suprema pajelança: o parlamentarismo, última descoberta dos sábios alquimistas de Amsterdã. Curiosamente, a idéia da implantação do parlamentarismo, que acaba assim com a escolha direta do chefe do Executivo, surge num momento em que todo o mundo reconhece que nosso sistema de governo é democrático e está funcionando bem. Foi isso que mostrou o *impeachment*

contra Fernando Collor, desmentindo cabalmente a tese de que no presidencialismo toda crise de governo se transforma necessariamente em crise de Estado, a ser resolvida por golpe. Mas, para transformar nossa curiosidade em espanto, não se divulga nenhuma proposta iluminada para resolver a grave crise econômica e social, procura-se apenas acabar com o que está dando certo. Salve Macunaíma. Dir-se-ia que o espírito de Pelé iluminou os corações das elites.

Vale ainda registrar os métodos que estão sendo usados pelos parlamentaristas. Na regulamentação do plebiscito, fizeram uma distribuição de tempo para propaganda no rádio e televisão e uma cédula, as quais

revelam a clara intenção de enganar a opinião pública e surrupiar os votos dos monarquistas. Repetindo 1961, o parlamentarismo quer se impor por meio de golpe.

Origens. O parlamentarismo surgiu na Europa como pacto possível entre a realeza e a burguesia ascendente e serviu para viabilizar a transição política do feudalismo para a era moderna. Por isso este sistema ainda hoje paga um tributo a obsolescências e arcaísmos típicos da Idade Média, como príncipes, reis e Casas de Lordes. Nos Estados Unidos, como não existia realeza nem outros atrasos, os fundadores criaram um sistema completamente democrático, moderno, em que não apenas o Legislativo é eleito pelo povo, mas também o Executivo.

Aqui no Brasil, o parlamentarismo

tem história. No século passado, de 1889, fomos uma monarquia parlamentarista intimamente ligada ao trabalho escravo. Tanto é assim que um ano após a Abolição da Escravatura, a monarquia parlamentarista veio a falecer e foi substituída por uma república oligárquica. Os parlamentaristas gostam de vituperar o período republicano. É verdade que a República Velha era reacionária e borocoxô. Pior do que ela só a monarquia parlamentarista.

O parlamentarismo teve, no entanto, uma outra oportunidade. Voltou à cena imposto por baionetas e militares golpistas em 1961, quando estes tentaram impedir a posse de João Goulart, legítimo sucessor de Jânio Quadros. Durou 17 meses,



ADIRP

PRESIDENCIALISMO E RENOVAÇÃO

MARCO MACIEL, senador pelo PFL-PE

O recurso utilizado num caso extremo de risco de ingovernabilidade e desobediência civil, como foi o exemplo brasileiro, mostrou que o sistema presidencialista dispõe de remédios consistentes e eficazes para a solução das crises que envolvam as mais altas esferas do poder.

Em países como Grã-Bretanha, Alemanha, Japão, Itália, Espanha, Portugal, Áustria e Suécia, que englobam as diferentes modalidades de sistema parlamentar, está se operando, de forma sutil e insidiosa, uma autêntica e incontestável oligarquização política, com efeitos desastrosos para o futuro deste sistema.

Fonte: O Estado de S. Paulo, 28/1/93.

produziu três gabinetes diferentes, o de Santiago Dantas foi rejeitado pela Câmara, e Brochado da Rocha morreu no dia em que foi nomeado. Este parlamentarismo terminou sendo revogado pelo povo, por esmagadora maioria, no plebiscito de 7 de janeiro de 1963.

Características. O parlamentarismo é um sistema monista, nele apenas o Legislativo é eleito pelo povo. O Executivo é uma emanção do Legislativo. O primeiro-ministro é escolhido pela bancada majoritária no Parlamento. Ao contrário do que sustentam seus defensores, isso não fortalece o Legislativo, mas gera uma simbiose que termina por castrá-lo. Nos países parlamentaristas da Europa, 95% das leis são originárias do Poder Executivo.

O presidencialismo é dualista, nele tanto o Executivo como o Legislativo são eleitos pelo povo. Ele estabelece também uma clara separação entre as diferentes esferas de poder e estimula a fiscalização e o controle de um pelo outro. É do choque entre os poderes que surge a democracia. Dois terços das leis americanas são originárias do Congresso. Recentemente (1992) o parlamento inglês foi oficialmente informado da existência do serviço secreto de Sua Majestade, fundado em 1909. Dificilmente este tipo de vexame seria imaginável no congresso americano.

A propalada flexibilidade parlamentarista é largamente fictícia. A idéia de que, neste sistema, o governo pode ser substituído a qualquer momento é perfeitamente discutível. A experiência inglesa da última década mostra que o correto seria dizer que as eleições são convocadas para o momento em que isso interesse ao partido dominante. Ou seja, o parlamentarismo permite ao partido dominante que faça manobras para se perpetuar no poder. Margaret Thatcher convocou eleições gerais logo depois da Guerra das Malvinas com

O presidencialismo é dualista, nele tanto o Executivo como o Legislativo são eleitos pelo povo. Ele estabelece também uma clara separação entre as diferentes esferas de poder e estimula a fiscalização e controle de um pelo outro

vistas a explorar o prestígio adquirido. Bush não pôde fazer o mesmo com a Guerra do Golfo, e teve que esperar dois anos e marchar para uma derrota anunciada, porque o calendário da democracia presidencialista americana não permite manobras oportunistas.

Vale ainda ressaltar que, quando discutimos sistema de governo, estamos supondo um ambiente democrático. Os parlamentaristas gostam de dizer que o presidencialismo é imperial e autoritário. Quando dizem isso, esquecem-se do namoro escandaloso que estão mantendo com os monarquistas e que figuras tão célebres quanto Hitler e Mussolini chegaram ao poder em sistemas parlamentaristas.

Desdobramentos. Os desdobramentos mais evidentes de uma vitória do parlamentarismo seriam a eliminação da eleição direta para o chefe de governo e a transformação do chefe da Nação numa espécie de rainha de Inglaterra. Depois disso, sem dúvida, algum luminar proporia o restabelecimento do voto censitário, a exclusão dos pobres, mulheres e pretos do processo eleitoral.

Porque é evidente que os delírios parlamentaristas não são capazes de deter a sociedade. O estabelecimento deste sistema, com claras preten-

PARLAMENTARISMO: DE NOVO, UM CASUÍSMO

LEONEL BRIZOLA, governador do Rio de Janeiro

O movimento parlamentarista no Brasil é mais um expediente cínico e traiçoeiro entre aqueles que as elites brasileiras têm utilizado para conservar o poder e evitar que a população defina, pela sua vontade soberana, os destinos do País. As oligarquias e os grupos dominantes começam a destruir o presidencialismo no próprio processo eleitoral, pela interferência do poder econômico, pelas restrições legislativas e judiciárias que impõem às eleições e, mais recentemente, pela desabusada interferência dos meios eletrônicos de comunicação no processo de formação da consciência nacional. O parlamentarismo, agora, surge como o mecanismo de usurpação de um direito que negaram ao povo brasileiro por tantos anos.

Fonte: Jornal do Brasil, 27/12/92.

sões antidemocráticas, abriria um período de crise política e de choques entre a sociedade e o poder, o que certamente surpreenderia aqueles que buscam a estabilidade mediante a eliminação dos riscos inerentes à democracia. O País que precisa de planos de longo prazo se veria forçado a conviver com governos de curta duração. Os que buscam a estabilidade a qualquer custo terminariam por produzir uma instabilidade duradoura.

Mas nós, que temos participado do esforço da sociedade pela conquista da liberdade, que sob bandeiras tipicamente presidencialistas, como "Diretas-já", "Lula Presidente" e "Impeachment para Collor", derrotamos a ditadura e ampliamos significativamente os espaços da democracia, temos razões para acreditar que o povo brasileiro não recuará neste itinerário.

Vladimir Palmeira é deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

QUALIFICAÇÕES DO PARLAMENTARISMO

José Richa

O parlamentarismo supõe sincronia entre a vontade do Conselho de Ministros e as aspirações nacionais. A reforma de nossa legislação partidária é um imperativo que virá, ainda mais rapidamente, caso vença a proposta parlamentarista. José Richa, presidente da Frente Parlamentarista Nacional Ulysses Guimarães, indica neste artigo deficiências no presidencialismo e aponta as vantagens do parlamentarismo

Ao exercitar sua opção pelo parlamentarismo no plebiscito, o eleitor precisa saber que, antes de tudo, trata-se de um sistema centrado na responsabilidade política dos governantes. Estes, uma vez escolhidos, passam a depender da confiança popular, que se expressa pela Câmara dos Deputados. Governo de maioria, o parlamentarismo supõe sincronia entre a vontade do Conselho de Ministros e as aspirações nacionais. Em outras palavras, exige a manutenção permanente do acordo entre maioria e governo. Essa sincronia se exercita por intermédio de mecanismos institucionais que a Frente Parlamentarista Nacional Ulysses Guimarães desde já definiu e se comprometeu a inserir na revisão constitucional e que nada têm de complexos.

Segundo o nosso modelo, o presi-

dente da República, após consulta aos partidos políticos, indica o primeiro-ministro, que deverá ter seu plano de governo previamente aprovado pela Câmara dos Deputados. Só então ele escolhe os demais membros do Conselho de Ministros e os indica ao presidente da República, para nomeação.

Votos de confiança. O apoio da Câmara ao ministério pode ser periodicamente aferido mediante votos de confiança, que o governo pede, ou por meio de moções de censura construtiva. Estas supõem a simultânea indicação do nome de um novo primeiro-ministro, o que desde logo elimina ou reduz o número de propostas de censura meramente opor-



tunistas. Negada a confiança ou aceita a censura, o governo cai e é substituído sem delongas, na estrita conformidade de regras institucionais de antemão definidas em nosso modelo.

Por isso, as trocas de ministérios, quando ocorrerem, constituirão fatos normais que não afetam a vida do País nem arrancam a ordem democrática. A administração não pára; a economia segue o seu ritmo; as Forças Armadas permanecem cumprindo tarefas específicas; tudo continua como antes. Se, entretanto, o primeiro-ministro pedir ao presidente da República, mediante exposição motivada, que dissolva a Câmara, ele o fará, convocando-se novas eleições que se realizarão, no máximo, em dias. Não é o que ocorre no presidencialismo, cujos governantes são politicamente irresponsáveis, e ainda que repudiados pela opinião pública e sem dis-

PARLAMENTARISMO SOB CONDIÇÕES

LEANDRO KONDER, filósofo

Sou parlamentarista, mas concordo com muitas críticas quanto ao processo do plebiscito. O parlamentarismo tem potencialidades mais democratizantes mas depende de uma série de reformas na vida política partidária e na legislação eleitoral. Frente à crise social, que espera medidas de urgência, a escolha do regime político é menos significativa, tanto que a população não está mobilizada.

Fonte: Jornal do Brasil, Caderno de Idéias, 13/2/93.

Quem plasmou o sistema do voto proporcional que está aí, com todos os vícios, foram os presidencialistas, que sempre se opuseram a mudanças eleitorais consistentes, com medo de perderem privilégios e vantagens indevidamente conquistados

porem de qualquer base congressual, devem permanecer até o fim do mandato. E lá se vai mais um quinquênio perdido...

No parlamentarismo, se o governo é bom, permanece. Há garantia de continuidade administrativa. Por que mudar, se deu certo? Inglaterra, Portugal e Espanha, por exemplo, conhecem primeiros-ministros que ultrapassaram sucessivos mandatos legislativos. Por que seria diferente entre nós? Em compensação, ministério ruim dura pouco, não se alonga ou se eterniza como nos governos presidencialistas.

Vínculo de solidariedade. Corolário do princípio da responsabilidade política dos governantes é o vínculo de solidariedade que, no parlamentarismo, se estabelece entre os partidos e o governo. Em nosso sistema, as agremiações partidárias tornam-se avalistas do primeiro-ministro e de seus pares. Não se limitam a aprovar-lhes os nomes, para a seguir deixá-los entregues à própria sorte, como acontece no presidencialismo. Mal se ultrapassou a metade do mandato do presidente da República que elegeram, os partidos o abandonam e passam a trabalhar a próxima candidatura, notou-o muito bem o professor Artur Valenzuela. Bem ao contrário, o parlamentarismo é um

RANÇO PRESIDENCIALISTA

LUIZ CARLOS BRESSER,
ex-ministro da Fazenda

O parlamentarismo é, na verdade, a grande arma da democracia, que o presidencialismo, com sua perspectiva salvacionista e imperial, ameaça. O Brasil só solucionará sua crise quando a sociedade, representada pelos partidos, der-se conta da gravidade dos problemas que enfrenta e assumir os custos de resolvê-los. A alternativa de esperar pelo "presidente esclarecido" ou pelo "bom monarca" é, no mínimo, arriscada. Afinal estamos esperando há muito tempo.

Fonte: Folha de São Paulo, 8/1/93.

RESTRIÇÕES AO PRESIDENCIALISMO

JOSÉ DIRCEU, deputado do PT-SP

O presidencialismo tende a fortalecer o mandato imperial e messiânico; dificulta a participação da sociedade organizada no governo; cria uma tendência a submeter o legislativo à vontade do presidente; inviabiliza uma política de acúmulo de forças e de construção de alianças.

Fonte: Jornal Brasil Agora, n. 29, p.7, dezembro/92.

nais, de organização moderna e nitidez programática, aptos a gerirem o nosso futuro, a culpa, com toda a certeza, não é dos parlamentaristas que, na República, governaram apenas por 16 meses e 4 dias...

A mesma linha de raciocínio vale para outra crítica dos presidencialistas. Dizem eles que sem o voto distrital e as correções dos desvios da representatividade popular na Câmara dos Deputados, o parlamentarismo converter-se-ia numa experiência frustrada. Ora, quem plasmou o sistema do voto proporcional que está aí, com todos os vícios, foram os presidencialistas, que sempre se opuseram a mudanças eleitorais consistentes, com medo de perderem privilégios e vantagens indevidamente conquistados. E foi a ditadura militar, fruto dos sucessivos erros dos governos presidencialistas, quem alterou as regras da representação popular em detrimento dos grandes aglomerados urbanos. Nada tem a ver com essas corruptelas de prática eleitoral o parlamentarismo, se em 102 anos de presidencialismo, com elas, no mínimo, compactuou, ou delas se serviu!

Como se vê, o sistema parlamentar de governo, tal como o propugna a Frente Parlamentarista Nacional Ulysses Guimarães, tem méritos que o credenciam à preferência do eleitorado, no plebiscito.

José Richa, senador pelo PSDB/PR, é presidente da Frente Parlamentarista Nacional Ulysses Guimarães.

governo de partidos. Estes, ainda que numerosos, não tardarão a agrupar-se em dois ou três blocos: ou se é a favor ou contra o governo. Por isso, a aglutinação das forças políticas decorre da própria natureza do sistema. Daí a inteira procedência da afirmação do professor Juan Linz: partidos fortes, de perfil definido, bem estruturados, são consequência e não causa do parlamentarismo.

Cai por terra, assim, uma das mais caras teses dos presidencialistas: o parlamentarismo estaria fadado ao insucesso entre nós, porque a pulverização dos partidos jamais enjaneiria base política duradoura do governo. No entanto, na Espanha e em Portugal, países egressos de ditaduras que se alongaram por décadas inteiras, e proscreveram toda a vida partidária, tão logo o parlamentarismo foi implantado, as forças políticas se organizaram em quadros estáveis que hoje sustentam e garantem a ordem democrática.

Novo quadro político. Vitorioso o parlamentarismo, ainda que a reforma de nossa legislação partidária seja imperativa e não deva tardar, a definição de um novo quadro político será apenas questão de tempo. Além disso, a tese presidencialista é, no mínimo, farisaica: se até hoje não criamos, no Brasil, partidos nacio-

PARLAMENTARISMO

PAULO SÉRGIO PINHEIRO,
cientista político

O parlamentarismo é o único sistema capaz de evitar tragédias como a do despotismo do governo Collor. Não existe nenhuma democracia estável, com exceção dos Estados Unidos, que não tenha regime parlamentarista em vigor. As objeções quanto à falta de preparo dos parlamentares são irrelevantes. A representação popular se aperfeiçoa.

Fonte: Jornal do Brasil, Caderno Idéias, 13/2/93

A ILUSÃO PARLAMENTARISTA

Neiva Moreira

Vivendo de forma intensa toda a história da implantação do parlamentarismo na época de João Goulart, Neiva Moreira, então deputado federal, dá um depoimento histórico. Segundo sua perspectiva, corremos o risco de cair num casuísmo perigoso que aumentará o poder das elites no País, caso o sistema parlamentarista vença no plebiscito de abril

Recordamos a experiência de 1961, quando João Goulart assumiu o governo com a renúncia de Jânio Quadros e lhe foi imposto um parlamentarismo absolutamente estranho à realidade nacional. Foram dias dramáticos. Brizola estava sublevado no Sul, com o apoio da imensa maioria do povo e da maior parte do III Exército. Uma divisão do Exército do Rio e de São Paulo se deslocava para o sul. Hoje, sabe-se que os seus integrantes — grande parte dos quais apoiava a posse de Jango — estavam mais para a legalidade do que para a guerra, mas na ocasião o que se esperava era uma batalha entre as duas forças.

Na Câmara dos Deputados a resistência foi extraordinária, até que, nos bastidores, os caciques políticos e os generais chegaram a uma solução negociada. Lembro-me daquela madrugada tensa e perigosa, quando o deputado do PTB gaúcho, Rui Ramos, entrava no plenário anunciando o acordo. Os militares e seus aliados civis permitiriam a posse de João Goulart, mas num sistema par-

lamentarista de governo. Era um enquadramento disfarçado, no estilo autoritário do momento.

Um parlamentarismo oportunista. À época, eu desempenhava um mandato de deputado federal pelo Maranhão e foi-me possível acompanhar de dentro a imensa confusão que aquele parlamentarismo oportunista gerou no País. Anote-se que os partidos estavam, naquela etapa, um pouco mais consolidados do que hoje (esse era um dado que poderia ter favorecido a eficácia da mudança, que nem assim deu certo).

O Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) — os três grandes do País e do Congresso — refletiam, apesar de sua incipiente organização, tendências políticas e camadas sociais mais definidas. Respondiam a uma certa homogeneidade social: os pessedistas eram conservadores, com forte influência no campo; a UDN congregava as classes médias urbanas; e o PTB avançava no seio dos trabalhadores que, no bojo das grandes lutas das décadas de 1930, 1940 e 1950, consolidavam sua posição de classe.

Registravam-se, na formação e sustentação dos gabinetes, apesar das posições de cada um, alianças heterodoxas e, por vezes, contradi-

tórias e conflitivas. Muitos entendimentos desbordavam a direção e a linha dos partidos, criando no poder e no País um clima de desordem política e também de cambalachos. Pequenos grupos, em posições de decisão, exerciam pressões arbitrárias, quase sempre ditadas por interesses pessoais, a famosa “lei” do “é dando que se recebe”, que então já vigorava.

Iniciava-se, por exemplo, uma sessão da Câmara e um determinado ministro tinha apoio amplo. Mas, quando a sessão se encerrava, ele já havia perdido, por interesses de grupos ou pessoas, a sustentação parlamentar.



Os militares e seus aliados civis permitiram a posse de João Goulart num sistema parlamentarista de governo. Era um enquadramento disfarçado, no estilo autoritário do momento

O clima no Congresso era tenso. Havia sempre a idéia de que estávamos à véspera de algum fato surpreendente. Não me recordo de grandes projetos aprovados nesse período dominado pelas discussões meramente políticas e pessoais. Para completar o quadro, os debates passaram a ser, em grande parte, irra-

PRESIDENCIALISMO OU PARLAMENTARISMO?

LEÔNICIO MARTINS RODRIGUES,
cientista político

Os dois sistemas têm virtudes e defeitos. No parlamentarismo, o maior problema costuma ser a frágil estabilidade do governo. Já o presidencialismo pode ser um estímulo ao caudilhismo, com um risco adicional permanente que é a eleição de presidentes sem base parlamentar.

Pretendo votar no presidencialismo. As razões são de natureza mais prática do que ideológica: o País anda saturado de mudanças feitas por leis e decretos. Não dá tempo nem de respirar, é preciso deixar que as instituições e as leis do mercado político funcionem.

O parlamentarismo não daria certo no Brasil de hoje. Faltam partidos consistentes, condição vital para que o parlamentarismo funcione. Os partidos são fragmentados, a vida política é caracterizada pelo personalismo, não existe uma burocracia autônoma do Poder Executivo capaz de sustentar a governabilidade do País nas crises de gabinete.

Os eleitores não terão tempo de entender o que é um ou outro sistema de governo. O plebiscito será uma pseudoconsulta popular. Os eleitores não sabem que tipo de parlamentarismo se pretende implantar, portanto, aqueles que votarem no parlamentarismo estarão passando um cheque em branco para que os parlamentares decidam que modelo de regime deverá vigorar no País.

Fonte: Folha de São Paulo, 6/12/92;
Revista Veja, 6/1/93.

diados ao vivo, com toda a sua carga de emoções e, também, de vedetismos oportunistas, que transferiam a tensão do plenário para as ruas. Em pouco tempo, a experiência parlamentarista se esgotou e o tema dominante passou a ser o referendo no qual venceu, por larga margem, o presidencialismo.

PRESIDENCIALISMO

ORESTES QUÉRCIA, presidente
nacional do PMDB

Historicamente, no Brasil o presidencialismo é o melhor instrumento para gerar o desenvolvimento. O regime presidencialista significa a aprovação, nas urnas, pelo voto direto de todos os cidadãos, de um projeto de governo amplamente discutido e comparado com as demais plataformas apresentadas ao eleitorado. O presidencialismo dota o presidente da República de condições e instrumentos para atacar, ao mesmo tempo, todos os problemas do País. O presidente comanda um ministério cuja eficiência pode ser cobrada diariamente, com os possíveis equívocos resolvidos sem delongas.

Somente o presidencialismo é transparente para toda a sociedade, especialmente na sua capacidade de superar crises, aperfeiçoar as instituições, promover o desenvolvimento e fortalecer a democracia.

Fonte: Folha de São Paulo, 19/1/93.

*Muitos entendimentos
desbordavam a direção e a
linha dos partidos, criando
no poder e no País um clima
de desordem política e
também de cambalacho*

Fortes mudanças políticas. De lá para cá, a situação política modificou-se muito. O quadro partidário é mais complexo e, possivelmente, menos coerente. O *impeachment* foi, no entanto, um fato novo e determinante, e demonstrou as amplas possibilidades do sistema presidencialista de corrigir suas distorções e até suas mazelas.

Em 1994 vamos ter eleições simultâneas para presidente da República, governadores, senadores (dois terços do Senado) e deputados federais e estaduais. Essa coincidência ajuda a fortalecer os partidos e permite que o presidente eleito possa

contar com maioria menos fluida no Congresso, formada no calor de uma campanha conjunta.

Também o parlamento e os partidos poderão fortalecer-se. Aquela figura do presidente com poderes imperiais, encarnada por Collor, é anacrônica e antidemocrática, e terá que dividir muitas prerrogativas com o Legislativo e o Judiciário. Uma lei partidária pode ajudar muito no funcionamento eficaz dos partidos.

Retrocesso. A eleição direta de um presidente é uma das mais arraigadas tradições da nossa vida política. Nenhum movimento contemporâneo deitou mais raízes no espírito do povo do que a campanha das "Diretas-já", suscitada pela emenda Dante de Oliveira. Seria um erro e, mais do que isso, um retrocesso cassar o direito de quase 90 milhões de eleitores de escolher o seu primeiro mandatário ou, então, colocá-lo numa espécie de "trono republicano" com atribuições quase simbólicas.

Os defensores do parlamentarismo, escudados numa mídia generosa, na ilusão do "já ganhou" e no imobilismo dos presidencialistas, se consideram vitoriosos. Até mesmo candidatos a primeiro-ministro já se perfilam e constituem os seus *lobbies* impertinentes. Podem estar completamente equivocados. Uma campanha de esclarecimento popular, mesmo modesta, poderá ajudar a derrotar, mais uma vez, a ilusão parlamentarista que se tenta implantar no País como ferramenta de poder das elites conservadoras, numa hora em que elas estão ameaçadas de perder força e influência. O povo saberá compreender que se trata de um novo e perigoso casuismo, contrabandeado na imensa aspiração nacional de mudanças com desenvolvimento econômico independente, justiça social e verdadeira democracia republicana.

Neiva Moreira é jornalista e presidente nacional do PDT.

PARLAMENTARISMO, GARANTIA DE UM ESTADO DEMOCRÁTICO

Sérgio Arouca

Uma ampla reforma democrática do Estado é o desafio que está colocado para o Brasil nos dias atuais. Segundo o autor, a adoção do sistema parlamentarista será resultado natural da mobilização da sociedade organizada, efetivada nos últimos tempos. O exercício pleno da cidadania teria melhores condições se houvesse melhores canais de comunicação entre o povo e o governo, o que o presidencialismo não possibilita

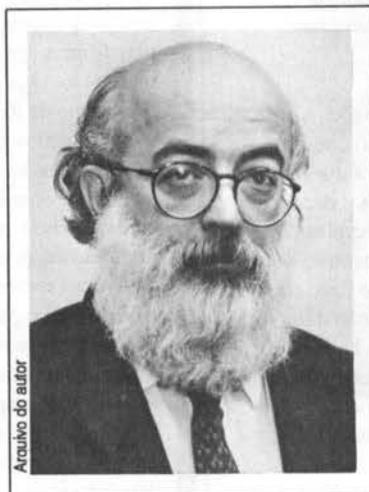
O próximo desafio a ser enfrentado pelo País, para se adequar aos novos tempos e demonstrar maturidade, é a realização de uma ampla reforma democrática do Estado, objetivo perseguido desde os tempos da ditadura militar. Um primeiro passo foi dado na Assembléia Nacional Constituinte, quando o Estado foi reorganizado. Agora, busca-se uma integração completa deste com o cidadão, abrindo-lhe caminhos cada vez maiores para a participação no controle de suas ações, o que só será possível com a adoção do parlamentarismo.

Ampliando espaços. A sociedade organizada vem buscando maior espaço de atuação política, desde a oposição ao regime militar até a

campanha pelo afastamento do ex-presidente Collor. A adoção do sistema parlamentarista não seria mais do que o resultado natural dessa mobilização. Ao escolher seus representantes na Câmara dos Deputados, a sociedade estará elegendo um programa de governo a ser implementado. Se o primeiro-ministro não cumprir a contento aquelas diretrizes, ela pressiona os parlamentares para substituí-lo. E isso ocorre sem traumas ou riscos para a democracia.

Dessa forma, o chefe do Poder Executivo não fica incólume durante o tempo de seu mandato, mas está permanentemente dando satisfação de seus atos aos deputados e à sociedade de uma forma geral. Se os resultados de sua administração forem mais negativos do que positivos, ele pagará com a perda do cargo, sem a necessidade de se abrir um processo criminal e esperar o fim do julgamento. A mudança é rápida e sem seqüelas para as instituições. Outro é escolhido entre os partidos que representam a maioria da sociedade para se ter início um novo governo, mas sempre comprometido com aquele plano de governo escolhido pela população.

Por outro lado, se o primeiro-ministro estiver realizando boa administração, com amplo apoio da sociedade, e encontrar obstáculos à sua



Arquivo do autor

atuação na Câmara, a situação também terá rápida solução. Ele solicita ao presidente da República, outro representante eleito pela maioria da população, a convocação de novo pleito para a escolha de deputados comprometidos com os novos

PARLAMENTARISMO COMO MUDANÇA

HERBERT DE SOUZA, BETINHO, presidente do IBASE

O parlamentarismo favorece a ampliação da participação política em todos os níveis. Na relação entre Estado e sociedade, a sociedade está permanentemente marcando sua presença nos debates, nas pressões, nas negociações, nas votações. Como o parlamento é um centro permanente de decisões e de mudanças, a sociedade não comparece somente nas situações excepcionais. O parlamentarismo é uma sessão permanente que supõe e propicia participação permanente. Como as pressões devem se fazer sobre um conjunto amplo de partidos, de parlamentares, existem muito mais possibilidades de compor e recompor relações de força que levem à mudança. A participação, como sabemos, é uma das qualidades ou virtudes da democracia.

Fonte: Texto mimeo, de Herbert de Souza, dezembro/92.

anseios da população. Assim, ninguém, a não ser o presidente da República, tem um mandato intocável, enquanto não cometer crimes de responsabilidade. E, mais uma vez, a sociedade é conclamada a participar ativamente do processo político.

Novos canais de comunicação. Assim, o exercício pleno da cidadania deixará de ser uma meta e passará a ser o cotidiano da vida política nacional. A mobilização será permanente. As entidades representativas da sociedade civil terão um papel preponderante em todo o processo, pois serão o canal de comunicação entre a sociedade organizada e os partidos políticos na Câmara dos Deputados, responsáveis pela sustentação do governo. Isso significa que a distância entre a população e os políticos será mínima, e a toda hora os partidos estarão sendo cobrados por sua atuação.

O exercício pleno da cidadania deixará de ser uma meta e passará a ser o cotidiano da vida política nacional

A conseqüência natural será o fortalecimento dos partidos políticos. Por essa razão, não se deve esperar o quadro partidário brasileiro consolidar-se para só depois adotar o parlamentarismo. Seria o mesmo que esperar o doente curar-se para então receitar-lhe o remédio. A responsabilidade delegada aos partidos, especificamente os representados na Câmara, de dirigir o País exigirá dos mesmos um grau de maturidade só alcançável com a prática desse sistema.

No parlamentarismo, a condução das políticas social e econômica é de responsabilidade direta dos partidos que escolheram o primeiro-ministro. Se o partido for fraco, o governo

POR QUE PARLAMENTARISMO?

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, ministro das Relações Exteriores, e JOSÉ SERRA, ex-líder da bancada do PSDB na Câmara dos Deputados

É a alternativa para dar ao Brasil o que ele não teve até hoje nem vai ter com o presidencialismo: uma sucessão de governos fortes para resolver os problemas do País, e ao mesmo tempo democráticos para garantir a participação de todo o povo nos frutos do desenvolvimento.

O parlamentarismo estimula a disciplina partidária, penaliza a falta de consistência da maioria parlamentar, reforça o senso de responsabilidade política dos parlamentares e põe freio ao fisiologismo. É um sistema de governo colegiado. Se o governo como um todo for mal, todos os ministros caem juntos.

Fonte: "Parlamentarismo no Brasil, como e por quê", de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, Brasília/1992.

também será fraco e não terá condições de adotar medidas consistentes para resolver os graves problemas nacionais. Assim, antes de assumir o poder, o partido deverá demonstrar aptidão, segurança e ser forte para sustentar, executar e dar viabilidade prática ao seu programa partidário.

Sobrevivência dos partidos. Os partidos políticos ficarão responsáveis diretos pela sustentação do governo e pela manutenção da própria democracia. Afinal, eles elegerão e destituirão o chefe do Poder Executivo. Com essa responsabilidade nas mãos, é inconcebível que permaneçam fracos. Eles serão obrigados a agir e, com isso, acumularão a experiência necessária para o amadurecimento. Afinal, estarão mais próximos da sociedade e a toda hora serão cobrados por seus atos. Sem a infalibilidade temporária que tem o presidente no presidencialismo, eles serão obrigados a corrigir os erros e tentar evitá-los ao máximo para ga-

OPÇÃO PARLAMENTARISTA

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, presidente nacional do PT

É a forma mais democrática de se exercitar o poder. O Congresso fica mais vulnerável às pressões da sociedade, as eleições têm de ser diretas, o presidente tem que ser eleito para poder ter força. A figura do primeiro-ministro jamais poderá ser mais forte que o presidente. O presidente tem que ter poderes para pedir a destituição do primeiro-ministro.

O importante é definir antes qual parlamentarismo, que tipo de reforma partidária e eleitoral precisa ser feita, enfim é preciso mudar a cultura política do País para que o regime possa dar certo.

Fonte: Entrevistas dadas ao O Estado de S. Paulo (15/5/93) e Jornal Brasil Agora, n. 30 (dezembro/92-janeiro/93).

rantir sua própria sobrevivência.

Dessa forma, a adoção do parlamentarismo é condição para o País ter partidos políticos fortes. Responsabilizados diretamente pelos êxitos e fracassos que a Nação venha a experimentar, serão cobrados a toda hora e não mais poderão esperar a campanha eleitoral para dar satisfação ao eleitorado. A proximidade entre a sociedade organizada e os partidos políticos, entre o cidadão e os responsáveis diretos pela administração do País é um dos principais objetivos da democracia moderna e que se deseja permanente.

Essa proximidade do cidadão com os responsáveis pelas ações do Estado foi o desejo manifestado pela sociedade na última grande mobilização. Ao ir às ruas exigindo ética na política, a população demonstrou seu interesse em participar efetivamente do controle do Estado. Isso somente terá condições práticas de ocorrer com a adoção do parlamentarismo como forma de governo.

Sérgio Arouca é deputado federal pelo Partido Popular Socialista (PPS).

A PROPOSTA DE PARLAMENTARISMO MONÁRQUICO

Otávio Velho

A república presidencialista no Brasil certamente não tem sido bem-sucedida na promoção da democracia entre nós. Muito menos da justiça social. Pelo contrário, temos tido uma história de caudilhismos, populismos, intervenções militares e domínio das oligarquias. Nesse panorama, segundo o autor, é natural que se examine a opção pelo parlamentarismo monárquico no plebiscito deste ano

O projeto de parlamentarismo republicano debate-se num dilema: o da forma de eleição do chefe de Estado, no caso o presidente da República. Caso o presidente seja eleito pelo parlamento, seguindo o modelo clássico, afasta-se o povo do processo e entrega-se simultaneamente a escolha do chefe de Estado e do chefe de governo a um mesmo reduzido colégio eleitoral, com evidentes riscos de oligarquização. Por outro lado, caso mantenha-se a escolha direta do presidente pela população, vai-se mobilizar uma campanha eleitoral cujo resultado será um presidente saído de um processo que inevitavelmente implicará compromissos de governo. Esse presidente se confrontará com um primeiro-ministro saído do parlamento, e torna-se difícil de acreditar — dada, sobre-



Arquivo do autor

tudo, nossa experiência republicana — que isso não redunde em sérios conflitos de competência cujo resultado provavelmente

será, diante da primeira crise grave, a desestabilização do sistema. Além do mais, em ambos os casos, o chefe de Estado e o de governo serão produtos de um processo de natureza político-partidária.

Vantagens do parlamentarismo monárquico. Desse ponto de vista, a grande virtude do parlamentarismo em sua modalidade monárquica resulta do fato de o chefe de Estado e o chefe de governo serem oriundos de processos radicalmente diversos, reduzindo praticamente a zero os riscos de conflito de competência. Isso tem funcionado na Suécia, Es-

Tendemos a acompanhar em boa parte das questões o pensamento dos liberais. É o que parece estar acontecendo com a questão da monarquia parlamentar

panha, Dinamarca, Noruega, Japão, Grã-Bretanha e toda a Comunidade (Canadá, Austrália, etc.), Holanda, Bélgica, etc.

Assim, por que a tendência que prevalece na esquerda (não no po-

vão) de considerar a monarquia ultrapassada? A esquerda sempre se dividiu em muitas tendências. Hoje, no entanto, fomos todos, de uma maneira ou de outra, apanhados pela temática da modernidade, mas com pouca capacidade de elaborarmos um pensamento próprio. Assim, tendemos a seguir, em boa parte das questões, as idéias majoritárias entre os liberais. É o que parece estar acontecendo com a questão da monarquia parlamentar.

A ideologia da modernidade. Vale a pena, portanto, começar por uma breve caracterização do que seja a ideologia da modernidade entre nós. Essa caracterização, diante da absurda injustiça social espelhada em nossa distribuição de renda, talvez possa ser a de uma variante exacerbada e compensatória dessa ideologia. Quanto menos modernos concretamente, mais temos que declará-lo no discurso.

MONARQUIA

RUBEM CESAR FERNANDES,
antropólogo

A república chegou ao Brasil de forma abrupta e elitista, ligada aos militares e ao positivismo. Esse caminho viciou a idéia republicana. Seria positivo a recuperação de determinados símbolos místicos e tradicionais do passado, naturalmente combinados com um moderno sistema de representação popular.

Fonte: Jornal do Brasil, Caderno Idéias, 13/2/93.

OPÇÃO PELO PARLAMENTARISMO MONÁRQUICO

IVES GANDRA, jurista/tributarista

Sou republicano mas, sobretudo, a favor do parlamentarismo; por isso voto na monarquia. O

parlamentarismo monárquico é a única forma de assegurar a eficácia do sistema parlamentar de governo, na eventualidade de permanecer no parlamentarismo republicano a eleição direta para presidente da República.

Entre a pátria e a república, prefiro ficar com a pátria, pois esta será melhor servida por um sistema parlamentar, em que o presidente da República não seja eleito diretamente. É fundamental para o parlamentarismo que o presidente da República seja escolhido pelo Congresso. Se eleito diretamente pelo povo, será um chefe de Estado a sabotar permanentemente o chefe de governo, e as instituições não funcionarão a contento.

Fonte: Folha de São Paulo, janeiro/93.

O caso da monarquia parlamentar pode ser bem útil para relativizarmos as manifestações dessa ideologia entre nós e alargarmos nossas vistas. Será que a esquerda é obrigada a acompanhar a modernidade superficial das elites liberais que mais se assemelha ao culto mágico aos objetos modernos que por vezes acomete os povos primitivos quando atingidos pela "civilização"? Ou poderá tentar aqui (como em outros campos) enfrentar a tarefa de pensar com maior autonomia?

Mesmo sem embarcar em modismos, talvez se pudesse explorar o que as discussões mais recentes sobre a "crise de modernidade" e, mesmo, sobre a pós-modernidade possam trazer-nos estrategicamente de referência crítica para pensar a modernidade que nos apresentam. Um desses elementos é uma consciência mais nítida do quanto a noção de tempo a que nos acostumamos — linear e irreversível — tem de construção, nada natural. Os próprios

eventos no Leste europeu estão aí para dar força a essa constatação. Se, por um lado, isso abala seguranças, traz também novos espaços de liberdade e a possibilidade de tratarmos o passado como um patrimônio vivo, fonte de recursos sempre suscetíveis de serem recuperados.

Percepções populares. Mas para nós, no Brasil, o interessante é perceber quanto o nosso povo sempre soube disso e como nunca se rendeu à domesticação da história que se pretendeu impor-lhe. As discussões intelectuais que se travam agora podem ajudar a resgatar a dignidade dessas percepções populares, que a própria esquerda nem sempre soube valorizar.

O povo sempre soube e gostou de misturar as linguagens da família e do sagrado com a da política

Um dos tabus que essa possibilidade contesta é o do domínio absoluto de determinadas linguagens, como a da política. O povo sempre soube e gostou de misturar as linguagens da família e do sagrado com a da política. E nós, como bons agentes de uma modernidade estreita, em nome da educação popular, da conscientização ou do que seja, sempre nos horrorizamos com isso. Talvez assim tenhamos colaborado para evitar que essa contramodernidade potencial se desenvolvesse, contribuindo, em vez disso, para que, reprimida, se manifestasse de forma perversa por via do caudilhismo e do populismo.

Realeza e imaginário popular. Possivelmente estejamos diante da possibilidade de ultrapassar o grande fosso existente entre a vida da maioria da população e o mundo da política, e não custa lembrar como o parlamentarismo monárquico tem,

modernamente, viabilizado a chegada ao poder de partidos socialistas e sociais-democratas (como na Suécia e na Espanha). A propósito, também não custa recordar o compromisso entre nós do imaginário popular com a realeza, devido à sua relação com o tempo, que torna essa linguagem — por via não só de memória da monarquia histórica brasileira, mas sobretudo de uma "cultura bíblica" — absolutamente atual e capaz de organizar a sua experiência. Isso pode permitir revigorarmos os laços de solidariedade social, tão abalados entre nós. Mesmo sem abdicarmos da perspectiva do conflito de classes, parece difícil hoje não se reconhecer que de outra forma o caminho não será o da revolução social, mas o do caos e da anomia.

Trata-se, enfim, de uma proposta democrática e moderna, no bom sentido da expressão, resgatando valores com os quais se possa cultivar um senso de fraternidade e de destino comum. Por via de consequência, dadas as condições de vida absurdas de nossa população, trata-se necessariamente também de um instrumento de ação no sentido da equidade e da justiça social, deixando o campo aberto, até mesmo, para o pleno desenvolvimento de propostas de conteúdo autenticamente popular e socialista.

Otávio Velho é antropólogo do Museu Nacional (UFRJ), ex-presidente do ISER e do Conselho da FASE.

ARAWETÉ

O POVO DO IPIXUNA
Eduardo Viveiros de Castro
CEDI

Trata-se de uma versão condensada e atualizada de uma extensa pesquisa antropológica sobre um povo tupi da Amazônia brasileira contemporânea, os Araweté: seu modo de vida, sua visão de mundo, sua história, seus desafios do presente e perspectivas de futuro. Escrita em linguagem direta e fartamente ilustrada, essa edição é para ser lida por um público mais amplo, além do especializado.

MERCOSUL EM DEBATE

CONSEQÜÊNCIAS E PERSPECTIVAS PARA A AÇÃO PASTORAL

A instalação do Mercosul começa a ser alvo de debates em amplos segmentos da sociedade dos países que o compõem. Como se trata de um processo cujas conseqüências profundas atingirão especialmente os trabalhadores dessa parte do continente latino-americano, as igrejas não poderiam se ausentar da reflexão crítica sobre as implicações socioeconômicas e pastorais que tal processo vai provocar. Elas advertem que o anseio de integração latino-americano não pode subordinar-se a uma proposta que tem por lógica o mercado e por intencionalidade a maximização do lucro, o que necessariamente produz privilegiados e excluídos. O texto que publicamos é o resultado da consulta realizada pelo CLAI, de 25 a 28 de novembro de 1992

INTRODUÇÃO

A constituição de um Mercado Comum do Sul (Mercosul), formalizada pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai mediante o Tratado de Assunção, firmado em 26 de março de 1991, é um projeto de grande alcance cujas conseqüências econômicas e sociais afetarão, sem dúvida, de maneira significativa, o conjunto dos povos dos países envolvidos. Por isso, as igrejas cristãs que alentam uma profunda vocação ecumênica, cuja meta é não apenas a unidade dos cristãos mas a genuína integração dos povos dos quais fazem parte, não podem nem querer permanecer indiferentes diante da dita iniciativa.

Com o objetivo de estudar a natureza do Mercosul e suas conseqüências para as sociedades dos países integrantes, e de refletir acerca dos desafios que estas representam para a missão pastoral e profética das comunidades cristãs, o Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI) realizou uma consulta a suas igrejas-membros presentes na região. Aus-

picada pelo Conselho Mundial de Igrejas, pelo Conselho Nacional de Igrejas do Brasil e pelas Federações de Igrejas da Argentina e do Uruguai, a consulta se deu na cidade de Porto Alegre, de 25 a 28 de novembro de 1992. Participaram cerca de quarenta representantes das igrejas-membros do CLAI e de organismos ecumênicos aderentes, que contaram com o assessoramento de centros de investigação da região vinculados fraternalmente ao movimento ecumênico.

Este documento é uma síntese dos debates realizados durante a dita consulta. Nós o compartilhamos com nossas comunidades, com as demais igrejas cristãs e com o conjunto da sociedade, conscientes de que não falamos a partir de um espaço sagrado, mas imersos no processo histórico e participando de todas as suas contradições. Reconhecendo a responsabilidade que nos cabe e as limitações que nos são próprias, esperamos, contudo, dar uma contribuição a um debate que consideramos fundamental para que nossas

sociedades avancem rumo à verdadeira integração.

O NOVO CONTEXTO MUNDIAL

O contexto mundial caracteriza-se hoje por uma série de profundas mudanças e inovações nos campos científico e tecnológico. Seu principal resultado é que o papel central que o produto tinha na fase da segunda revolução industrial, hoje é desempenhado pelo controle e propriedade do conhecimento nele "embutido". O resultado desta mudança produz transformações de grande alcance não apenas nas relações produtivas, tanto na indústria como na agricultura, mas também nas relações econômicas, sociais e políticas entre os países.

Os países centrais são o palco de um acelerado processo de inovação científico-tecnológica e de reestruturação produtiva, que dá lugar ao surgimento de corporações estratégicas e megaconglomerados, criando simultaneamente macromercados, cujas projeções ultrapassam as fronteiras nacionais. Os países periféricos a este processo presenciam o surgimento de uma "nova ordem internacional" impulsionada pelas profundas transformações que ocorrem principalmente no campo do conhecimento e articulada mediante novos padrões de produção, de organização empresarial, de desenvolvimento econômico, político e estratégico.

Esta nova configuração, com centro no eixo Norte/Norte é fundamentalmente dinâmica e se consolidou com o colapso dos regimes do bloco socialista e com a dissolução da União Soviética.

A recomposição do sistema capitalista mundial deu lugar à formação

de três grandes blocos econômico-políticos, com pólos motores localizados em determinados países, caracterizados por uma forte dominação regional e de influência planetária: (a) a Comunidade Econômica Européia, com a Alemanha Unificada como pólo propulsor; (b) o bloco asiático, com o Japão como economia hegemônica; e (c) o bloco constituído pelo Canadá, México e Estados Unidos (NAFTA), tendo este último país como pivô político.

Esta "idade de ouro" do sistema capitalista é concomitante com uma maior concentração de riqueza e, conseqüentemente, com o aumento da pobreza de setores majoritários da sociedade, tanto nos países do Norte como nos do Sul.

Esta configuração do sistema capitalista encontra sua legitimação ideológica privilegiada no discurso neoliberal. Este, ainda que se pretenda científico, neutro e secularizado, opera com uma lógica e com categorias religiosas que tendem a sacralizar o mercado como mecanismo perfeito e o lucro como valor supremo das relações econômicas e sociais.

Como todo ídolo, o mercado global exige sacrifícios humanos; os excluídos pelo sistema são as vítimas necessárias. Como toda religião, o neoliberalismo tem uma ética: esta consiste na busca egoísta do interesse próprio que — segundo o credo neoliberal —, graças à mão invisível do mercado, traz como resultado o bem comum.

O MERCOSUL

Neste contexto, o Mercosul aparece como uma iniciativa orientada fundamentalmente para a ampliação do mercado e regida pelo critério de eficiência econômica, esta compreendida como a maximização do lucro. Daí o fato de que sua formulação e implementação tenha estado em mãos exclusivamente dos governos, das empresas transnacionais e dos grandes grupos econômicos locais.

A falta de participação das organizações sociais e dos setores populares significa um vício de origem que não pode ser deixado de lado.

O processo começou em 1986 com a Declaração de Iguazu, firmada entre a Argentina e o Brasil; nela se sublinhava a necessidade de aumentar o poder de negociação diante do resto do mundo, e se mencionavam as dificuldades derivadas do endividamento no comércio internacional, da deterioração dos termos de intercâmbio e da fuga de divisas. Ambos os países assinaram em 1988 o Tratado de Integração e Cooperação Econômica, que estabelecia a criação de um mercado comum num prazo de dez anos, mediante a eliminação de barreiras tarifárias e não-tarifárias; o objetivo era não apenas incrementar o intercâmbio comercial, mas encarar projetos comuns de cooperação. Em julho de 1990, a Ata de Buenos Aires, firmada pelas novas administrações que governavam ambos os países, antecipou para 1995 o prazo de constituição do mercado comum. E mediante o Tratado de Assunção (março de 1991), o Paraguai e o Uruguai se incorpora-

ram ao processo, dando lugar à criação do Mercosul.

O Mercosul consiste em um conjunto de acordos bilaterais, regionais e setoriais que têm como objetivos: (a) a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos (capital, trabalho, tecnologia, matérias-primas); (b) o estabelecimento de tarifas aduaneiras externas e a adoção de uma política comercial comum com relação aos demais países e blocos; (c) a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os membros. O caráter do Tratado de Assunção é predominantemente comercial; a questão tarifária não aparece ligada a uma estratégia de desenvolvimento regional mais ampla (industrial, financeira, tecnológica, etc.). Além disso, até mesmo seus defensores reconhecem que provocará uma crise nos setores frágeis, maior concentração de capital, aumento do desemprego e nivelamento abaixo das condições sociais e de trabalho.

O Mercosul não parece ser uma ferramenta adequada para a consecução do legítimo anseio de integração de nossos países. Este anseio,

DEZ CONDIÇÕES PARA UM MERCADO COMUM

- 1. Plena soberania dos países-membros em relação aos centros externos de poder e de decisão.
- 2. Efetiva vontade política e representatividade política dos governos que protagonizam o processo.
- 3. Real interesse das classes dominantes dos países-membros no processo de integração.
- 4. Visão clara, bem definida, do que é um mercado comum.
- 5. Necessidade básica de uma moeda comum, ou pelo menos, da paridade cambial.
- 6. Código de ética objetivando estabelecer normas mínimas de moralidade na administração pública e nas práticas da iniciativa privada.
- 7. Estabelecimento dos índices mínimos de nacionalização dos produtos industriais fabricados pelos países-membros.
- 8. Regulamentação dos problemas sociais-trabalhistas, desde salários, condições de trabalho, sindicalização, previdência social, etc.
- 9. Arquivamento definitivo de todos os planos e teorias expansionistas.
- 10. Um mínimo aceitável de estabilidade e desenvolvimento nos países em processo de integração.

Fonte: Paulo R.Schilling, *Mercosul: integração ou dominação?* São Paulo, CEDI, 1992, pp.105-131.



expresso de diversas maneiras ao longo de nossa história, e em nome do qual foram levadas a cabo várias iniciativas de diversas índoles que coincidiram no fracasso, não pode concretizar-se mediante uma iniciativa que por sua lógica (o mercado) e sua intencionalidade (a maximização do lucro) necessariamente produz privilegiados e excluídos.

DESAFIOS ÀS IGREJAS: UM ENFOQUE BÍBLICO-TEOLÓGICO

A vontade de Deus, revelada no Antigo e no Novo Testamentos, é o evangelho de vida abundante e plena para todos os seres humanos sem distinções. Esta afirmação de vida se contrapõe a todo sistema firmado em uma lógica vitimária: aquela na qual a satisfação de uns poucos custa o sacrifício de muitos.

Quando falamos de desafios pastorais, temos em mente um conceito de pastoral baseado em uma ação coletiva, na qual não há diferença entre o clero e o laicato, e que coadjuva necessariamente uma dimensão profética. Esta pastoral tem dois aspectos inseparáveis, a denúncia e o anúncio, no marco de uma interpretação de processo histórico “a partir

do reverso”, a partir do lugar dos excluídos.

Como cristãos somos chamados a acompanhar a marcha histórica da comunidade humana, sem a pretensão de qualquer tutela. Pelo contrário, estamos conscientes de que compartilhamos da responsabilidade por suas injustiças e falências. Entretanto, nossa tarefa é — respeitando a autonomia da história — descobrir os paradigmas do reino de Deus articulados ou emergentes nela.

A história humana é uma história de conflitos, mas a superação destes conflitos não consiste na aniquilação do outro, mas no seu reconhecimento e participação. O reino não aparece como o triunfo de uma fração, mas como a irrupção do novo.

Hoje em dia está se produzindo uma modificação dos cenários e das formas de poder para a qual não temos explicações acerca da dinâmica histórica, mas tampouco nos exime dos esforços para construir um conhecimento necessário ainda que estejamos conscientes de sua qualidade provisória.

A partir de uma ótica teológica, podemos afirmar que os processos

Os países centrais são o palco de um acelerado processo de inovação científico-tecnológica e de reestruturação produtiva, que dá lugar ao surgimento de corporações estratégicas e megaconglomerados, criando simultaneamente macromercados, cujas projeções ultrapassam as fronteiras nacionais

econômicos e políticos em curso, com suas conseqüências sociais, podem ser interpretados como uma manifestação de poderes demoníacos.

As devastadoras conseqüências humanas do sistema hoje dominante nos apresentam sérios desafios; basta mencionar as seqüelas antropológicas do empobrecimento (transtornos neurofisiológicos, mutações culturais e sociais), que em muitos casos são irreversíveis ao final de várias gerações; o surgimento de formas de violência tanto “horizontal”, isto é, ao interior de um mesmo setor social, como xenófoba, enraizada em fenômenos de identificação

nacional estimulados pela dissolução dos marcos de referência imediatos e que conduzem a atitudes sectárias, discriminatórias e excludentes.

Neste contexto, impõe-se a necessidade de uma pastoral que, além da dimensão profética, incorpora de maneira realista uma tarefa de contenção afetiva e solidária. Como critérios orientadores para esta pastoral sugerimos os seguintes:

a) **A exclusão.** Esta traduz-se na situação de numerosíssimos contingentes humanos reduzidos à condição de objetos descartáveis. Esses setores devem ser o pólo privilegiado em torno do qual se constrói a comunidade fraterna e solidária.

b) **A dignidade humana.** A lógica do sistema que atualmente impera pretende eliminar a solidariedade da vida social, enquanto afirma a absoluta ausência de alternativas. A atitude profética consiste, então, em reafirmar em nome de Deus, o Criador, a inalienável dignidade de todo ser humano.

c) **A gratuidade.** A ideologia neoliberal consagra a competitividade e a eficiência como valores supremos para a vida individual e social. Entretanto, a fé cristã afirma que o reino de Deus é produto do amor e da graça divinas, e que nenhuma construção humana pode tomar o seu lugar.

d) **A opção pelos pobres.** Optar pelos pobres significa solidarizar-se radicalmente com aqueles que hoje em dia não têm nenhuma perspectiva de obter poder econômico nem político. É um ato gratuito de fé, uma aposta na ação do Espírito na história humana.

RECOMENDAÇÕES PARA A AÇÃO PASTORAL

As igrejas devem ser uma voz profética e uma presença solidária em favor e junto àqueles que são afetados negativamente pelas políticas de corte neoliberal, e cuja situação previsivelmente será agravada com a

plena vigência do Mercosul. Neste sentido, fazemos as seguintes recomendações para a ação pastoral, dentro deste marco e a serviço de nossos povos, no meio dos quais fomos chamados a dar testemunho.

No âmbito das igrejas e organismos ecumênicos

1) Como parte de sua tarefa, as igrejas devem elaborar uma integração teológica e pastoral dos legítimos anseios de unidade dos povos latino-americanos, com ênfase nas questões culturais (abrangendo todos os aspectos da vida) e particularmente na crítica à cultura depredadora.

2) Enfatizamos, uma vez mais, a enorme importância que envolve — à luz dos enormes desafios que enfrentamos — o aprofundamento de uma vocação genuína e transparente da parte de nossas igrejas na busca da unidade para que o testemunho que damos seja digno de crédito.

3) Deste modo, destacamos a importância de que as igrejas se mobilizem principalmente naquelas áreas geográficas que já estão sendo afetadas pelo Mercosul, ante os efeitos negativos que produz. Para isso, recomendamos usar os meios efetivos de divulgação, conseguindo a colaboração de especialistas em todos os campos.

4) Por outro lado, consideramos necessária a participação ampla não apenas dos setores eclesiásticos e organismos ecumênicos, mas também daquelas igrejas que, mesmo não fazendo parte do movimento ecumênico, como este valorizam a vida, na coordenação de ações comuns que tendem a melhorar a qualidade de vida em nossos países.

5) Cremos que é tarefa das igrejas realizar uma interpretação teológica dos elementos religiosos idólatras presentes na ideologia legitimadora do Mercosul, denunciando a maneira pela qual este sistema usa figuras, símbolos e imagens que conduzem a práticas religiosas que contrariam os valores do Evangelho.

6) Finalmente, recomendamos que as igrejas, as federações e os organismos ecumênicos tomem a iniciativa de desenvolver uma estratégia ecumênica para envolver as comunidades de diferentes denominações em ações pastorais conjuntas, tendentes ao fortalecimento de comunidades de fé abertas aos problemas de nosso tempo e confiadas na promessa de quem as sustenta.

No âmbito da sociedade civil

1) Valorizamos aquelas expressões, atitudes e gestos das igrejas, organismos ecumênicos e organizações populares que, à luz do Evangelho, denunciam as diferentes formas de exclusão, marginalização, exploração e empobrecimento da maioria da população como consequência do Mercosul; particularmente o aumento da concentração de riqueza em mãos de minorias transnacionais, locais e vinculadas às próprias igrejas.

2) Recomendamos, também, a criação e manutenção de espaços (foros) de discussão nos quais os setores sociais desfavorecidos, grupos étnicos e organizações populares possam fazer ouvir a sua voz, bem como incentivar experiências de economia solidária.

3) Sugerimos a formação de equipes interdisciplinares e pluralistas que façam pesquisas que permitam clarear os diversos aspectos que envolvem o Mercosul e suas consequências.

4) Finalmente, reconhecemos como parte integrante da missão da Igreja a promoção de uma tarefa conscientizadora e educativa nas comunidades locais, que lhes permita uma inserção criativa e responsável na transformação da realidade social, a partir de sua própria perspectiva e identidade.

Porto Alegre, 28 de novembro de 1992.

A AMIZADE

Lembrei-me dele e senti saudades... Tanto tempo a gente não se vê! Dei-me conta, com uma intensidade incomum, da coisa rara que é a amizade. E, no entanto, é a coisa mais alegre que a vida nos dá. A beleza da poesia, da música, da natureza, as delícias da boa comida e da bebida perdem o gosto e ficam meio tristes quando não temos um amigo com quem compartilhá-las. Acho mesmo que tudo o que fazemos na vida pode se resumir nisto: a busca de um amigo, uma luta contra a solidão...

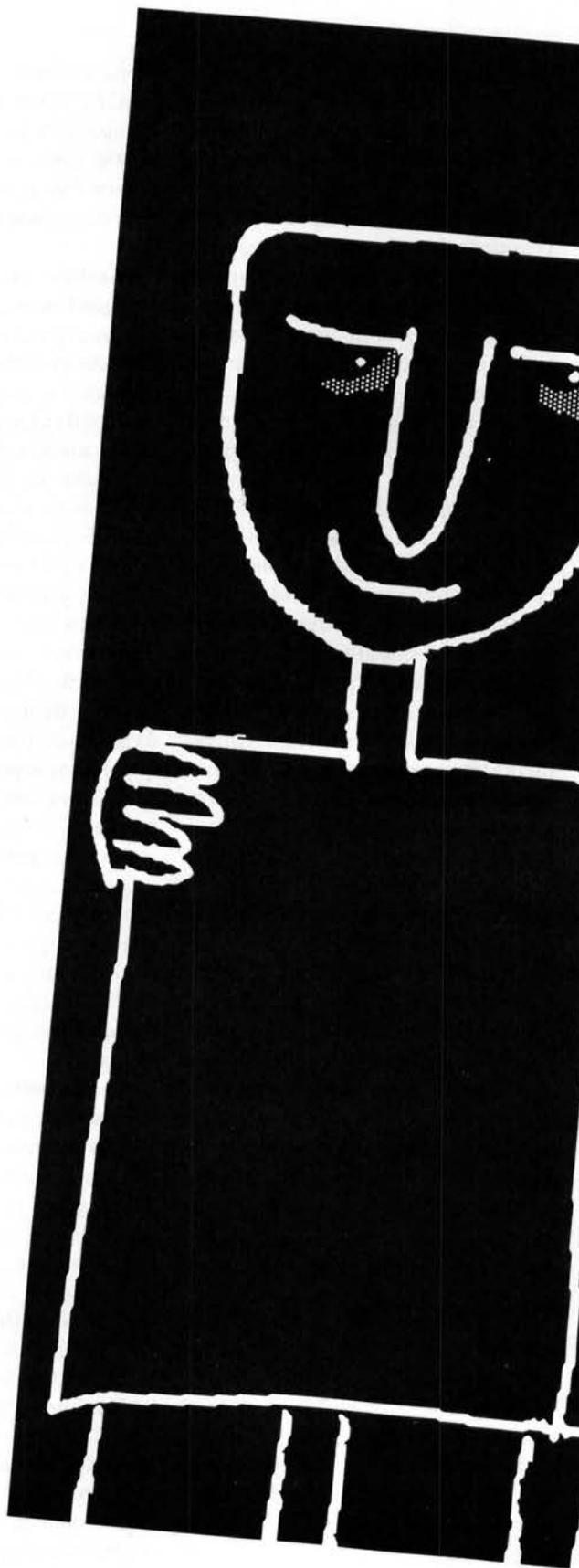
Lembrei-me de um trecho de Jean-Christophe, que li quando era jovem e do qual nunca me esqueci. Romain Rolland descreve a primeira experiência com a amizade do seu herói adolescente. Já conhecera muitas pessoas nos curtos anos de sua vida. Mas o que experimentava naquele momento era diferente de tudo o que já sentira antes.

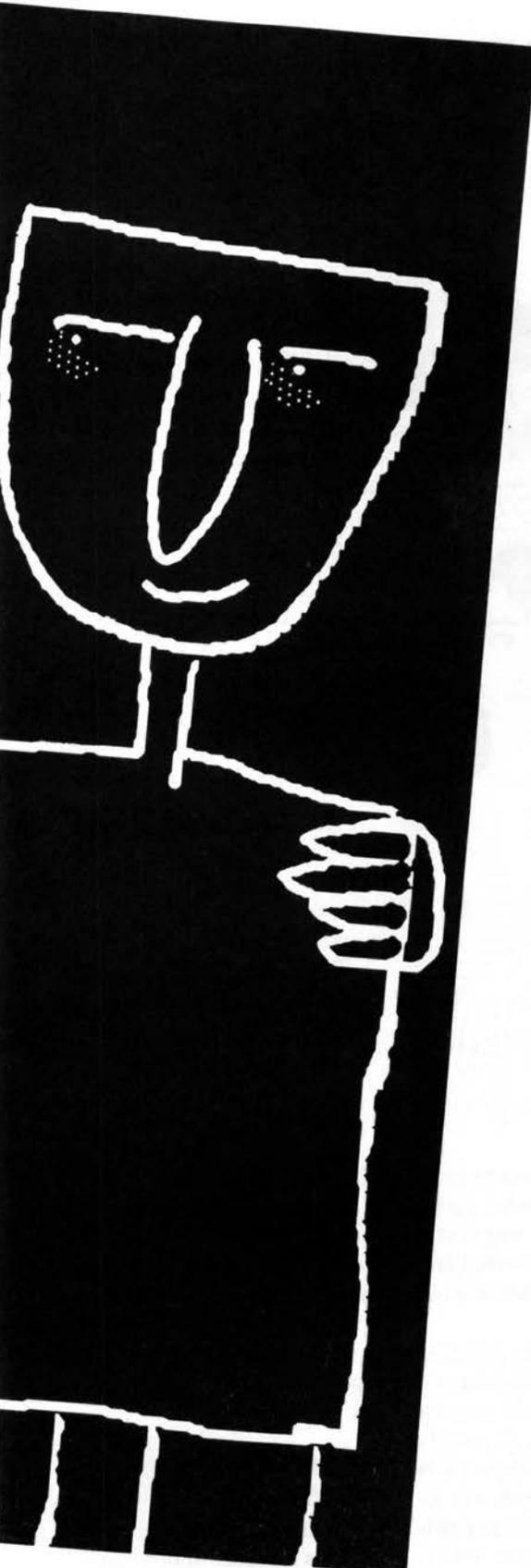
O encontro acontecera de repente, mas era como se já tivessem sido amigos a vida inteira. A experiência da amizade parece ter suas raízes fora do tempo, na eternidade. Um amigo é alguém com quem estivemos desde sempre.

Pela primeira vez, estando com alguém, não sentia necessidade de falar. Bastava a alegria de estarem juntos, um ao lado do outro.

“Christophe voltou sozinho dentro da noite. Seu coração cantava ‘Tenho um amigo, tenho um amigo!’. Nada via. Nada ouvia. Não pensava em mais nada. Estava morto de sono e adormeceu apenas deitou-se. Mas durante a noite foi acordado duas ou três vezes, como que por uma idéia fixa. Repetia para si mesmo: ‘Tenho um amigo’, e tornava a adormecer.”

Jean-Christophe compreendera a essência da amizade. Amiga é aquela pessoa em cuja companhia não é preciso falar. Você tem aqui um teste para saber quantos amigos você tem. Se o silêncio entre vocês dois lhe causa ansiedade, se quando o





Marta Strauch

assunto foge você se põe a procurar palavras para encher o vazio e manter a conversa animada, então a pessoa com quem você está não é amiga. Porque um amigo é alguém cuja presença procuramos não por causa daquilo que se vai fazer juntos, seja bater papo, comer, jogar ou transar. Até que tudo isso pode acontecer. Mas a diferença está em que, quando a pessoa não é amiga, terminado o alegre e animado programa, vêm o silêncio e o vazio — que são insuportáveis. Nesse momento o outro se transforma num incômodo que entulha o espaço e cuja despedida se espera com ansiedade.

Com o amigo é diferente. Não é preciso falar. Basta a alegria de estarem juntos, um ao lado do outro. Amigo é alguém cuja simples presença traz alegria, independentemente do que se faça ou diga. A amizade anda por caminhos que não passam pelos programas.

Uma estória oriental conta de uma árvore solitária que se via no alto da montanha. Não tinha sido sempre assim. Em tempos passados a montanha estivera coberta de árvores maravilhosas, altas e esguias, que os lenhadores cortaram e venderam. Mas aquela árvore era torta, não podia ser transformada em tábuas. Inútil para os seus propósitos, os lenhadores a deixaram lá. Depois vieram os caçadores de essências em busca de madeiras perfumadas. Mas a árvore torta, por não ter cheiro algum, foi desprezada e lá ficou. Por ser inútil, sobreviveu. Hoje ela está sozinha na montanha. Os viajantes se assentam sob a sua sombra e descansam.

Um amigo é como aquela árvore. Vive de sua inutilidade. Pode até ser útil eventualmente, mas não é isso que o torna um amigo. Sua inútil e fiel presença silenciosa torna a nossa solidão uma experiência de comunhão. Diante do amigo sabemos que não estamos sós. E alegria maior não pode existir.

OS PROFETAS E A MORADIA DOS POBRES

Ildo Bohn Gass

Os profetas não só criticam o luxo dos palácios dos opressores. Denunciam ao mesmo tempo a tentativa de roubar a casa do oprimido.

Durante o reinado de Acab (874-853 a.C.) em Israel, atua naquele estado do norte o profeta Elias. Sua grande missão é a defesa da fé em Javé libertador e dos mais fracos. Quando Elias é enviado à viúva de Sarepta, é em sua casa que acontece a partilha do pão e da moradia. Ela é oprimida por ser mulher, viúva e estrangeira (cf. 1 Rs 17.8-24).

No oitavo século, escuta-se em Miquéias e Isaías o grito dos pobres, denunciando o roubo de suas casas: “Ai daqueles que juntam casa a casa e aproximam campo a campo, até que não haja mais lugar e habitem sozinhos no país” (Is 5.8). “Ai dos que planejam a iniquidade e tramam o mal em seus leitos! Ao amanhecer o praticam, porque está em seu poder. Cobiçam campos e os roubam: cobiçam casas e as tomam...” (Mq 2.1-3). Miquéias e Isaías denunciavam o estado tributário que desintegra o clã camponês. Para eles, a defesa da casa dos camponeses é inseparável da luta pela terra.

Nos primeiros anos do exílio babilônico, os exilados tinham a esperança de voltar dentro de pouco tempo. Achavam que não era necessário construir casas, pois logo teriam que abandoná-las. Então entra em ação o profeta Jeremias, mais realista que os exilados. Por conhecer bem os babilônios e suas táticas de dominação, Jeremias sabe que o retorno não será tão imediato como se



Maria Cerqueira Leite

espera. Escreve, então, uma cartinha aos exilados, na qual, entre outras coisas, recomenda o seguinte: “Construí casas e instalai-vos. Plantai pomares e comei os seus frutos” (Jr 29.5).

Há os que moram em palácios. Há os que moram em casas simples. Mas há também os que não moram. São os pobres sem teto. O profeta Isaías, no lugar do falso jejum dos ricos (cf. Is 58.3-5), propõe um jejum agradável a Javé. Entre as práticas desse verdadeiro jejum está o acolhimento dos pobres sem teto:

“O jejum que eu aprecio é este: solta as algemas injustas, desata as brochas da canga, dá liberdade aos oprimidos e despedaça todo jugo. Reparte o pão com o faminto, acolhe em casa os pobres sem teto. Quando vires um homem sem roupa, veste-o e não te recuses a ajudar o próximo” (Is 58.6-7).

PROJETO HABITACIONAL PARA OS POBRES

Há muitos textos messiânicos nos livros dos profetas. Todos anunciam a vinda de um libertador e de um futu-

ro feliz para o povo. Praticamente todos são do exílio e pós-exílio, no momento em que não há mais reis em Judá. Mas já antes do exílio, a partir da decepção com o reinado, o povo espera por dias melhores, em que possa de novo morar em segurança como nos dias da época tribal. A moradia é apenas uma dimensão dessa nova sociedade.

Logo após a terrível ditadura de Manassés, pelo ano 630 a.C., o profeta Sofonias já está convicto de que irá chegar um novo dia. Depois de denunciar Jerusalém como a cidade rebelde e opressora, seus chefes como leões, seus juízes como lobos, seus profetas como impostores e seus sacerdotes como violadores da lei (cf. Sf 3.1-4), o profeta anuncia um futuro feliz aos pobres: "Deixarei em teu seio um povo pobre e humilde. Eles procurarão refúgio no nome de Javé. Eles já não praticarão a iniquidade (...) Sim, eles pastarão e habitarão sem que ninguém os inquiete" (Sf 3.12-13). Jeremias, durante o reinado de Sedecias (597-587 a.C.), faz um oráculo muito significativo. Ele já não acredita mais nos reis de Judá. Estes já o decepcionaram tanto. Quase o mataram. Anuncia, então, a vinda de um rei justo. Aí, sim, Israel habitará em segurança: "Eis que virão dias — oráculo de Javé — em que suscitarei a Davi um rebento justo. Um rei reinará e agirá com inteligência e administrará no país o direito e a justiça. Em seus dias, Judá será salvo e Israel habitará em segurança. Este é o nome com que o chamarão: Javé nossa justiça" (Jr 23.5-6). Só haverá moradia em segurança no momento em que a justiça alcançar a todos.

Durante o exílio, quem assumiu a função de animar os exilados, para que não perdessem a esperança, foi o profeta Ezequiel, juntamente com o Dêutero-Isaías (capítulos 40 a 55). Em dois textos, Ezequiel anuncia um futuro de paz e prosperidade: "Assim diz Javé Deus: quando reunir a casa de Israel dentre os povos

no meio dos quais foram dispersos, manifestarei neles a minha santidade à vista das nações e eles habitarão na terra que dei ao meu servo Jacó. Nela habitarão em segurança, construirão casas, plantarão vinhas. Viverão em sossego quando eu infligir castigos a todos os vizinhos que os odeiam. Assim saberão que eu sou Javé, seu Deus" (Ez 28.25-26). "Farei com eles uma aliança de paz, farei desaparecer os animais ferozes do país, de modo que poderão morar em segurança no deserto e dormir nos bosques. Já não servirão de pilhagem para as nações, e os animais do país não tomarão a devorá-los. Morarão em segurança sem que ninguém os aterrorize" (Ez 34.25-26).

Depois do exílio, o povo esperava que se concretizassem as promessas feitas pelos profetas. Mas a opressão continuava, agora sob o império persa. E o povo caiu num certo desânimo, pois o cumprimento das promessas estava demorando. Surge, então, um novo profeta, o Trito Isaías (capítulo 56 a 66), por volta do ano 500 a.C.. Este Isaías reanima o povo, a fim de que continue acreditando. Passemos a palavra ao profeta: "Construirão casas para nelas morar, plantarão vinhas para comer os seus frutos. Não acontecerá que um construa e outro more, tampouco um plante e outro coma; pois meu povo alcançará a idade das árvores e meus eleitos consumirão o pro-

duto de seu trabalho" (Is 65.21-22).

Javé se posiciona radicalmente contra as mansões dos ricos, anunciando dias de desgraça e ruína não só para quem nelas mora, mas também para os próprios palácios, que foram construídos com o sangue e o suor dos trabalhadores. Vimos também que os profetas vêm em defesa da casa do pobre, denunciando aqueles que a roubam e oprimem os que nela residem. Os profetas não se limitam a criticar os palácios dos poderosos. Eles vão além. Apresentam projetos para os empobrecidos, baseados na justiça. Somente no dia em que a justiça se tornar realidade, será possível morar com tranquilidade. Para os profetas, o fim dos palácios é também o fim dos que neles se banqueteiam, rei, sua corte, comerciantes, juízes, militares, sacerdotes. Os profetas não anunciam somente o fim dos casarões, mas o fim das próprias cidades, onde se encontram os palácios.

Que a mesma fé que animou os profetas vétero-testamentários nos anime na luta pela superação de todas as contradições sociais, em busca de dias em que os pobres "habitem sem que ninguém os inquiete" (cf. Sf 3.13).

Ido Bohn Gass é leigo católico, biblista e assessor nacional do Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (Cebi).



VÍDEOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

- A ABVP, Associação Brasileira de Vídeo Popular, possui o maior acervo brasileiro de imagens produzidas pelos movimentos sociais.
- Religião e Sociedade, Meio Ambiente, Questão Indígena, Educação Popular, América Latina, Mulheres, Questão da Terra, Direitos Humanos e Cidadania são alguns dos nossos temas.
- São mais de 300 títulos à sua disposição.
- Adquira seu catálogo ainda hoje (Cr\$ 10.000,00, incluindo correio).
- Vendas e locação, Fone (011) 284-7862 ou FAX (011) 287-2259 A/C Marlene.
- A ABVP está sediada em São Paulo, Rua 13 de Maio 489, CEP 01327-000

IGREJAS CRISTÃS SÃO CONTRA PENA DE MORTE

Diante da atual discussão sobre a pena de morte no Brasil, a diretoria do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC), que é constituído pelas Igrejas Católica Apostólica Romana, Cristã Reformada do Brasil, Episcopal Anglicana do Brasil, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Metodista, Presbiteriana Unida do Brasil e Católica Ortodoxa do Brasil, declara: **Rejeitamos a pena de morte como solução à criminalidade.**

1 — Nossa caminhada como povo de Deus, em alguns momentos da história, nos levou a atitudes contrárias à vida. Dessas atitudes, e da busca constante de aperfeiçoamento da caminhada, constatamos que a morte não é redimida pela morte; a transgressão cobra uma reparação por meio de ações de vida, tanto para o transgressor quanto para a sociedade.

A partir dessa palavra de penitência, elaboramos o que hoje compreendemos por “vencer o mal com o bem; a morte com a vida”.

2 — A pena de morte pode não existir constitucionalmente, mas extralegalmente existe na prática cotidiana do nosso país: pela escalada da violência que extermina diariamente crianças e adolescentes; pelos homens e mulheres que morrem no campo e na cidade, silenciados por causa do seu compromisso com a vida e justiça; pelo crescente número de famílias sem lar, sem alimento, sem atendimento médico, vitimadas por um modelo econômico excludente e concentrador de renda, que torna a vida descartável; pela ação dos grupos de extermínio, esquadrões da morte e de falsos justiceiros; pelo número cada vez maior de

peças de bem exterminadas pelo crime organizado que age impunemente, destruindo a vida pelo assassinato ou pelo narcotráfico. São concidadãos que morrem diariamente em homicídios urbanos e rurais, e suas famílias deixadas freqüentemente no abandono, tanto da parte do Estado como da própria sociedade.

Tudo isso configura um quadro de pena de morte de fato, a que se deseja agregar o direito do Estado de também matar, estabelecendo mais um mecanismo de violência. Talvez seja um caminho mais fácil do que uma reformulação moral que permeie toda a vida da sociedade. Por isso conclamamos as igrejas do CONIC e a sociedade em geral a:

2.1 — Propugnarem por atitudes e leis de respeito incondicional à vida e à integridade de pessoas, grupos e da natureza como um todo.

2.2 — Lutarem contra toda palavra, ato ou organização que tenha como meta semear a vingança, a violência, a morte, seja por meios legais ou ilegais (como grupos de extermínio).

2.3 — Lutarem por abolir do pensamento e/ou da prática brasileira e mundial a pena de morte.

2.4 — Repudiarem países que instauraram ou que estão em processo de instauração da pena de morte.

2.5 — Juntarem nossas vozes, esforços e ações a todos aqueles — pessoas e organizações — que são



visceralmente contrários à instalação da pena de morte em qualquer Estado ou país do mundo.

2.6 — Refutarem a realização de um plebiscito a respeito da introdução da pena de morte no Brasil, pois contraria preceitos constitucionais. O assunto

vem sendo debatido de modo emocional, e por isso facilmente manipulável.

3 — As igrejas cristãs fundamentam a sua fé na certeza da ressurreição, isto é, na vitória da vida sobre a morte. Nós cremos que o poder de Deus pode trazer de novo a vida aos dominados pela morte. Nosso Deus é o Deus da vida, que é contrário a toda forma institucionalizada de morte.

É dentro deste horizonte que nós lemos a mensagem do Evangelho: “Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10.10).

As igrejas cristãs, unidas no CONIC, se definem contrárias à implantação oficial da pena de morte e à realização de propugnado plebiscito porque acreditam que a violência não se combate com a violência, a morte não se combate com a morte, mas com a vida plena trazida por Jesus Cristo. Enfim, o ato de reparar o dano feito é realizado pela pessoa transformada e não pela pessoa eliminada. Por isso rezamos: “Perdoamos as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido... mas livra-nos do mal, pois teu é o reino, o poder e a glória para sempre”.

ENTRE OPRIMIDOS E A ESPERANÇA

Carlos Rodrigues Brandão

PEDAGOGIA DA ESPERANÇA

Um reencontro com a pedagogia do oprimido

Paulo Freire

Editora Paz e Terra, 1992

14 x 21 cm, 248 p.

Há uma idade em que se ensina o que se sabe; mas vem em seguida outra, em que se ensina o que não se sabe: isso se chama pesquisar. Vem talvez agora a idade de uma outra experiência, a de desaprender, de deixar trabalhar o remanejamento imprevisível que o esquecimento impõe à sedimentação dos saberes, das culturas, das crenças que atravessamos. Essa experiência tem, creio eu, um nome ilustre e fora de moda, que ousarei tomar aqui sem complexo, na própria encruzilhada de sua etimologia: Sapientia: nenhum poder, um pouco de saber, um pouco de sabedoria e um máximo de sabor possível.

Roland Barthes, *Aula* (o último parágrafo do texto de sua sala inaugural no Colégio de França — Cultrix, São Paulo, 1989)

Faz tempos todos nós esperávamos de Paulo Freire um livro de memórias. Não porque ele esteja “velho”, pois nunca está, mas porque já viveu muito, o que é uma coisa muito diferente. *Pedagogia da Esperança* é o seu livro de lembranças.

É também um livro do esquecimento, no sentido dado por Barthes a esta palavra na epígrafe acima. Porque a seu modo ele vive isso agora, e por isso o seu livro de hoje tem menos citações da ciência militante que o guiou anos atrás em *Pedagogia do Oprimido*, para desejar escrever sobre o saber... com sabedoria. Como quem volta a um lugar de onde nunca saiu.

Quem talvez espere do livro uma “atualização” do *Pedagogia do Oprimido*, não gostará de lê-lo. Pois não se trata de atualizar, mas de rever-se a si mesmo: sua vida, seus ca-

minhos, a raiz das primeiras idéias, as práticas, os companheiros das primeiras experiências, revisitados nos de agora, a amargura do exílio, o aprendizado com o outro, longe e tomado próximo.

Por isso é possível que fique no leitor o sentimento de que o pensador da educação lhe deve ainda uma definição mais clara sobre seu próprio pensamento hoje, a respeito das idéias e propostas que fizeram de *Pedagogia do Oprimido* um livro quase único em seu tempo e ainda hoje indispensavelmente atual. Tantos anos e tantas mudanças depois, um livro ainda urgente.

Paulo Freire não escreveu um único livro. Mas se ele voltou à memória de sua própria história de educador e de militante político pela reconstrução de sua experiência de educação, é porque tanto para ele quanto para todos nós, *Pedagogia da Esperança* é o escrito da unidade de sua obra escrita em *Pedagogia do Oprimido*. Sua tese, os primeiros artigos publicados em *Estudos Universitários* da Universidade Federal de Pernambuco dos anos de 1960, *A Educação como Prática da Liberdade*, todos os primeiros escritos foram o amadurecimento da gestação de *Pedagogia do Oprimido*. Da mesma maneira como tudo o que ele escreveu depois, ou deixou publicar de participações em encontros e entrevistas, é o seu comentário. Às vezes como um esforço de pensar a *Pedagogia do Oprimido* em um novo contexto definido, como o das nações libertadas do domínio português na África; às vezes como o trabalho de precisar suas idéias e repensá-las para sujeitos e situações muito concretas, aqui mesmo no Brasil.

Sem uma repartição muito formal, *Pedagogia da Esperança* está dividida em três tempos da memória em torno da experiência do antes, durante e depois de *Pedagogia do*

Oprimido. No primeiro ele reconta, a começar do Recife, os tempos iniciais quando, com algumas práticas novas e arrojadas, foram sendo gerados os princípios teóricos de uma filosofia da participação consciente na construção da história, e os de uma pedagogia destinada a partilhar com o sujeito popular oprimido a experiência da descoberta de si mesmo como o sujeito-agente de tal história revolucionariamente “tomada nas mãos”.

No segundo momento, Paulo Freire retoma a lembrança da *Pedagogia do Oprimido* e ele “se pensa” e ao seu tempo pelo que então começou a acontecer. Apresenta seu ponto de vista a respeito de algumas críticas feitas ao livro e ao tipo de educação que propunha.

No terceiro momento ele reconta — meio confessante, meio advogando de si mesmo — uma série de episódios vividos em vários países das Américas, da África, da Europa e até mesmo da Oceânia.

Ao aceitar passar do *oprimido à esperança* entre um livro e outro, Paulo Freire quer convencer-se e ao leitor de que não é assim. Resta aceitar os seus próprios termos fundados sempre sobre a idéia do diálogo. Resta viajar com ele, comprometendo a crítica de sua própria memória junto ou contra a dele, e decidir por si mesmo se o novo livro sobre o antigo vale apenas como um desabafo da memória à falta de novas idéias, ou se ele vale como uma bem realizada reconstrução de idéias por meio de uma esperançosa leitura de si mesmo, afinal tornada pública e posta diante de todos nós.

Carlos Rodrigues Brandão é antropólogo, professor na Unicamp e autor de diversos livros. Integra o Conselho Editorial de TEMPO E PRESENÇA.



Movimentos
de moradia
Reformas
políticas
Mercosul
Pena
de morte

